

Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo

Execução orçamental

2020 e 2021

FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Rua Alexandre Herculano, 37, 1250-009 Lisboa T: +351 213 837 100 F: +351 213 837 192 Website: http://www.ccdr-lvt.pt
Título	Finanças Municipais na Região de Lisboa e Vale do Tejo – Execução orçamental 2020 e 2021
Coordenação	Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) Margarida Cucharra (Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, DSAJAL)
Revisão	Alexandra Carapeto (Chefe de Divisão para a Administração Local, DAL/DSAJAL)
Elaboração técnica	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT)
Tratamento de dados Prestação de Contas	Alexandra Carapeto (DAL) Teresa Rosa (DSRVT) João Monteiro (DSRVT - estagiário)
Data	Dezembro 2022
ISBN	978-972-8872-99-1

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
APRESENTAÇÃO.....	2
CAPÍTULO I – RECEITA MUNICIPAL	5
1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2017 A 2021	5
1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL.....	5
1.1.2 EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA	8
1.1.3 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS	11
1.1.4 EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO	13
1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2020 E 2021	15
1.2.1 RECEITA TOTAL.....	15
1.2.2 RECEITA PRÓPRIA	21
1.2.3 TRANSFERÊNCIAS	23
1.2.4 PASSIVO FINANCEIRO	25
CAPÍTULO II – DESPESA MUNICIPAL	27
2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2017 A 2021	27

2.1.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL	27
2.1.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL	30
2.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	31
2.1.4 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	32
2.1.5 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO	33
2.1.6 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA.....	34
2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2020 E 2021	36
2.2.1 DESPESA TOTAL	36
2.2.2 DESPESA COM O PESSOAL.....	41
2.2.2 DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	43
2.2.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS.....	45
2.2.4 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO	47
2.2.5 SERVIÇO DE DÍVIDA	49
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
CONCEITOS	55
PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS	57
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS	59

ANEXOS

- I – Receitas municipais em 2020 dos municípios da RLVT
- II – Receitas municipais em 2021 dos municípios da RLVT
- III – Despesas municipais em 2020 dos municípios da RLVT
- IV – Despesas municipais em 2021 dos municípios da RLVT

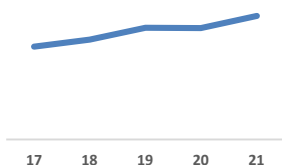
LISTA DE ABREVIATURAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CE	Classificação Económica
CP	Curto prazo
FAM	Fundo de Apoio Municipal
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FSM	Fundo Social Municipal
IMI	Imposto Municipal Sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUC	Imposto Único de Circulação
LOE	Lei do Orçamento do Estado
LT	Lezíria do Tejo
M€	Milhões de euros
MLP	Médio e Longo Prazo
MT	Médio Tejo
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O	Oeste
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
RLE	Resultado Líquido do Exercício
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo
RNAP	Reposições não abatidas nos pagamentos
SIIAL	Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UE	União Europeia
SGA	Saldo de Gerência Anterior
UE	União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

RECEITA

Na RLVT, a receita municipal, ascendendo aos 4.218,28 M€ em 2021, cresceu +423,76 M€ face a 2020, devido ao



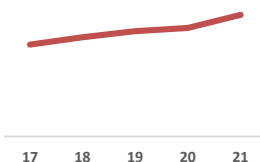
aumento da receita própria, com destaque para a receita fiscal e utilização do SGA. Observa-se também o aumento das transferências correntes e de capital bem como dos passivos financeiros. Contrariando esta

tendência, destaque para a queda dos impostos indiretos e da venda de bens e serviços. Naturalmente e atendendo à diversidade de municípios, mantêm-se registos com forte discrepância: a receita municipal oscilou, em 2021, entre os 1.086,92 M€ de Lisboa e os 7,49 M€ de Constância – amplitude de 1.079,43 M€.

DESPESA

A despesa aumentou em 2021, face ao ano anterior, em +384,24 M€ para o total de 3.467,04 M€, com o contributo significativo das despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e de capital, subsídios e aquisição de bens de capital. Contrariando esta tendência regista-se a descida das despesas com o serviço de dívida. O peso relativo das despesas com o investimento direto e

indireto subiu +14,0 p.p., bem como o peso conjunto das transferências correntes e subsídios +6,4%. Por contraponto

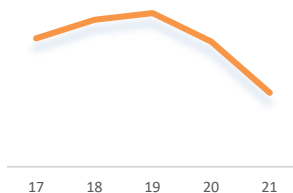


registra-se a descida do peso das despesas com o pessoal -4,7%, do peso da aquisição de bens e serviços -3,3% e do peso, relativamente ao total das despesas, do serviço de dívida -17,4% e do

peso das outras despesas -38,0%. A amplitude de valores entre municípios foi, em 2021, de 953,28 M€, variando, neste ano, entre os 960,16 M€ de Lisboa e os 6,88 M€ de Constância.

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Em termos regionais, a independência financeira baixou de um rácio de 75,6% em 2017 para 73,2% em 2021, ano em que

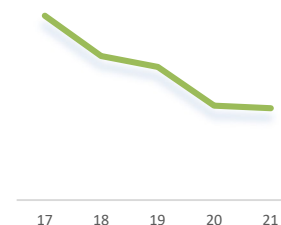


7 municípios, todos da AML, apresentaram índices superiores a 75%. Por outro lado, o rácio de receitas próprias sobre as receitas totais foi inferior a 50% em 15 municípios, em 2021.

O melhor registo (86,6%) pertenceu a Lisboa e o menor ao Sardoal (10,4%).

POUPANÇA CORRENTE

Quando medimos a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resulta a percentagem de



excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes. Entre 2017 e 2021 constatou-se uma descida contínua anual deste excedente, de 38,3% para 19,1%. Pese embora esta descida, em 2021 todos os

municípios da RLVT apresentaram excedentes de poupança corrente.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém uma síntese dos principais aspetos da execução orçamental dos municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) relativa aos exercícios de 2020 e de 2021¹, incluindo uma análise evolutiva desde 2017, tendo por fonte a informação contida nos documentos de prestação de contas relativas aos anos de 2017 a 2021 e da informação disponível no Portal Autárquico (DGAL)². Todos os dados foram submetidos a processos de validação da informação constante nos documentos de prestação de contas dos municípios através da análise e cruzamento de dados. Assim, os dados em análise são fruto do trabalho de colaboração entre as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a Direção-Geral das Autarquias Locais.

De acordo com o princípio da autonomia financeira, as autarquias têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, que têm o poder de arrecadar e dispor de receitas que por lei lhes são destinadas, e, de acordo com as decisões tomadas, têm expressão nas contas dos municípios e impacto nas economias dos seus territórios.

Ao longo do presente relatório serão referidas, sumariamente, o enquadramento das finanças locais e regras que influenciam as execuções orçamentais dos municípios, que julgamos importante para eventuais interpretações dos resultados apurados.

Importa referir que a legislação aplicável às finanças locais no período em análise assenta na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor em 2014³, alterando o quadro legislativo e definindo o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

O RFALEI define, em síntese, novas regras orçamentais, uma nova forma de cálculo das transferências do orçamento do Estado e um novo enquadramento para o cálculo e apuramento da dívida municipal bem como dos mecanismos de recuperação financeira, marcando de alguma forma, uma nova etapa para as finanças municipais.

Na nova redação do RFALEI, com a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, encontra-se definido um conjunto de alterações ao nível da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios⁴, bem como um período de convergência que vigorou de 2019 a 2021⁵.

Um dos princípios, relativo à estabilidade orçamental, pressupõe a sustentabilidade financeira das autarquias locais e uma gestão orçamental equilibrada⁶. Vigorando o princípio da estabilidade orçamental e o período de convergência entre 2019 e 2021, não se aplicou o disposto, como variação mínima, na alínea a) do nº 1 do art.º 35 do RFALEI, ficando definido que a participação dos municípios nos impostos do Estado seria pelo menos igual à do ano anterior⁷.

A esta participação acresceu⁸ o montante correspondente à aplicação de uma participação de 7,5% na receita do IVA⁹, tendo-se previsto também um regime transitório para os anos 2020 e 2021.

Assim, neste enquadramento foi determinado:

- Uma nova transferência relativa à participação de 7,5% na receita do IVA, prevista no Orçamento do Estado a partir de 2020.
- A inclusão de uma nova parcela resultante do excedente da variação da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS, a distribuir de forma proporcional, pelos municípios, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI - verbas previstas nos sucessivos Orçamentos de Estado.

Destaque também para a articulação do RFALEI com as leis do Orçamento do Estado e a Lei de Enquadramento Orçamental¹⁰, estabelecendo-se regras de elaboração e execução dos orçamentos municipais, regras de equilíbrio orçamental, tetos de despesa e de enquadramento da dívida e seus limites.

Note-se que muitas das vezes as regras definidas pelas leis de finanças locais vigentes, foram alteradas pelas leis anuais do orçamento do Estado, que suspenderam temporariamente

¹ RELATIVAMENTE AO MUNICÍPIO DE SETÚBAL, EMBORA O ESTUDO TENHA INCLUÍDO OS REGISTOS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, DE ACORDO COM A INFORMAÇÃO DISPONÍVEL, AS CONTAS DE 2021 NÃO FORAM APROVADAS (DELIBERAÇÃO 1422/2022, DE 24 DE ABRIL).

² PORTAL AUTÁRQUICO EM www.portalautarquico.dgal.gov.pt/. ATÉ AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2019 A APLICAÇÃO INFORMÁTICA CENTRALIZADORA DOS PRINCIPAIS DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS, VALIDADOS PELA CDDR, ASSENTAVA NO SIAL - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS. COM A ENTRADA EM VIGOR DO SNC-AP FOI NECESSÁRIO ADAPTAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DE REPORTE DE DADOS AO NOVO SISTEMA CONTABILÍSTICO, TENDO SIDO CRIADA PELA DGAL, EM ALTERNATIVA AO SIAL, UMA NOVA APLICAÇÃO DESIGNADA POR SISAL - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O SUBSETOR DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - NA QUAL AS AUTARQUIAS LOCAIS, A PARTIR DE 2020, TÊM VINDO A CARREGAR A INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS RESPATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS, REMETENDO CADA UMA DAS PEÇAS DE RELATO, NO CUMPRIMENTO DO EXPRESSO NA PORTARIA N.º 128/2017.

³ APROVA O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (RFALEI), NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

⁴ CONFORME Nº 7 DO ARTIGO 5 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO - A PERCENTAGEM DE CONVERGÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS REFERIDA NO NÚMERO ANTERIOR É PROPOSTA PELO CONSELHO DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA (CCF), NOS TERMOS DO ARTIGO 12.º, NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE.

⁵ MAIS INFORMAÇÃO DISPONÍVEL EM https://www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2022/10/PARTICIPACAO-NOS-IMPOSTOS-DO-ESTADO_MUNICIPIOS-RLVT-2019-2022.PDF

⁶ CONFORME Nº 5 DO ARTIGO 5º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

⁷ CONFORME NÚMERO 8 DO ARTIGO 5 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

⁸ CONFORME Nº 6 DO ARTIGO 5º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

⁹ CONFORME ARTIGO 25º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

¹⁰ APROVADA PELA LEI N.º 151/2015, DE 11 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

ou alteraram as regras, o que dificulta o enquadramento que está subjacente às tomadas de decisão, com reflexos na execução orçamental e financeira municipal.

Com a melhoria da conjuntura, e até ao ano de 2019, assistiu-se também a um aumento de normas que vieram introduzir alterações às regras vigentes, como as diversas exceções à regra da dívida total ou nos efeitos legais da sua violação bem como ao definido pela LCPA¹¹, materializadas por diplomas legais que alteraram a letra das leis vigentes ou através das leis anuais do orçamento do Estado¹².

No período em análise manteve-se a norma¹³, à semelhança de anos anteriores, que vedou aos municípios, em sede de elaboração dos documentos previsionais, a possibilidade de orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedessem o mês da sua elaboração, com exceção das situações em que fosse demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis, podendo nesta situação o montante orçamentado ser superior àquela média.

Neste enquadramento normativo das finanças municipais destaca também para o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visando a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico e financeiro.

Sendo que o presente relatório apresenta um enquadramento temporal de 2017 a 2021, a sua informação orçamental assenta em dois regimes contabilísticos distintos:

- POCAL¹⁴, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, que vigorou até 2019, inclusive. Um sistema que visou a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade moderna, por forma a constituir um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.
- SNC-AP¹⁵, Sistema de Normalização para as Administrações Públicas, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2020. Aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, permitindo o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Os municípios estão obrigados a “prestar contas” anualmente, com o dever de fornecer informação oportuna e fiável, de forma a permitir executar o controlo financeiro, verificar a legalidade e analisar a eficácia, a eficiência e a economia das decisões.

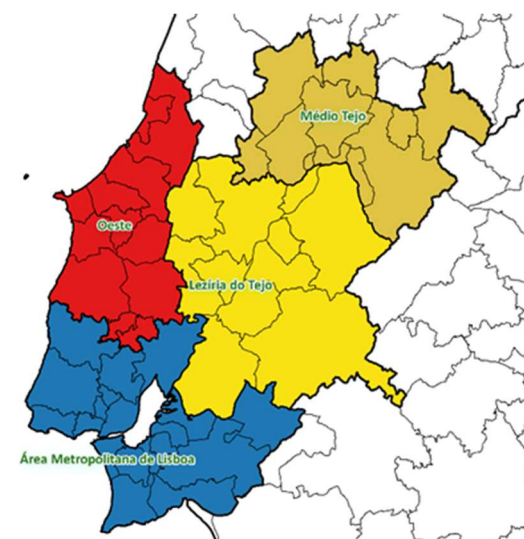
Por outro lado, a informação financeira dos municípios tem igualmente o dever de transparência, acessibilidade aos cidadãos¹⁶ e envio às entidades institucionais¹⁷.

O classificador económico das receitas e despesas utilizado pelas autarquias locais na preparação dos documentos foi o que resulta da adaptação da classificação económica das receitas e despesas públicas constante do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, às autarquias locais.

As receitas são agrupadas, pela sua natureza económica, em receitas correntes e receitas de capital. Com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, passou ainda a haver um terceiro grupo, intitulado “outras receitas”.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica, em despesas correntes, despesas de capital e outras despesas.

A delimitação do universo do estudo assentou na desagregação territorial subjacente à área de atuação da CCDR¹⁸, que compreende 52 municípios, agregados por NUTS III¹⁹:



- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;

¹¹ LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO NAS ENTIDADES PÚBLICAS – LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (NA SUA REDAÇÃO ATUAL).

¹² A TÍTULO DE EXEMPLO VEJA-SE A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 52.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, MATERIALIZADA PELA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO (LOE) 2016 E QUE EM 2018 FICOU DENSIFICADO NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.

¹³ ESTA REGRA, APLICÁVEL INICIALMENTE NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS PARA 2015, CONSTOU DO ARTIGO 253.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO (LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014) E TEM VINDO A CONSTAR SUCESSIVAMENTE DAS LOE.

¹⁴ APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 54-A/99, DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO.

¹⁵ APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 192/2015, DE 11 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.

¹⁶ RAZÃO PELA QUAL AS CONTAS DEVEM SER PUBLICADAS NO SÍTILO ELETRÓNICO DOS MUNICÍPIOS.

¹⁷ PARA O EFEITO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVEM SER ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS E À DGAL.

¹⁸ O DECRETO-LEI N.º 228/2012, DE 25 DE OUTUBRO, APROVOU A ORGÂNICA DAS COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E FOI ALTERADO PELOS DECRETOS-LEI N.º 68/2014, DE 8 DE MAIO, E N.º 24/2015, DE 6 DE FEVEREIRO.

¹⁹ REGULAMENTO (UE) N.º 868/2014 DA COMISSÃO, DE 8 DE AGOSTO DE 2014 - NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS.

- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- **Médio Tejo**²⁰ – Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha;
- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Este estudo encontra-se estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo desenvolve e caracteriza a receita municipal, inicialmente enquadrando-a no período de 2017 a 2021 e depois incidindo a sua análise sobre os exercícios financeiros de 2020 e 2021.

O segundo capítulo incide a sua apresentação sobre as despesas municipais, ilustrando inicialmente a sua evolução entre 2017 e 2021, depois caracterizando o seu desempenho orçamental nos anos 2020 e 2021.

O estudo termina com um conjunto de notas finais, terceiro capítulo, evidenciando-se alguns aspetos conclusivos relativamente à gestão orçamental desenvolvida em 2017 versus 2021, incidindo sobre a estrutura evolutiva, destacando-se também a análise do índice de independência financeira e excedente de poupança corrente.

A metodologia adotada nos vários pontos foi semelhante – uma análise inicial da situação ao nível do conjunto dos municípios da RLVT, focalizando-se de seguida a situação por sub-região, ao nível das NUTS III.

Para complementar a análise, são apresentados um conjunto de conceitos relevantes para a melhor compreensão dos dados.

Finalmente, incluem-se também quatro anexos:

- Principais dados das receitas municipais de 2020 e 2021, por município.
- Principais dados das despesas municipais de 2020 e 2021, por município.

²⁰ NOTE-SE QUE A DESAGREGAÇÃO UTILIZADA DIFERE DA PREVISTA NA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVA O ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E APROVA O REGIME JURÍDICO DO ASSOCIATIVISMO AUTÁRQUICO. DE ACORDO COM A LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ÁREA GEOGRÁFICA CORRESPONDENTE À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO ESTÃO AINDA INCLUÍDOS

OS MUNICÍPIOS DE SERTÃO E VILA DE REI, QUE NÃO SE INTEGRAM NA ÁREA GEOGRÁFICA ABRANGIDA PELA CCDRLVT, NOS TERMOS DA RESPECTIVA LEI ORGÂNICA.

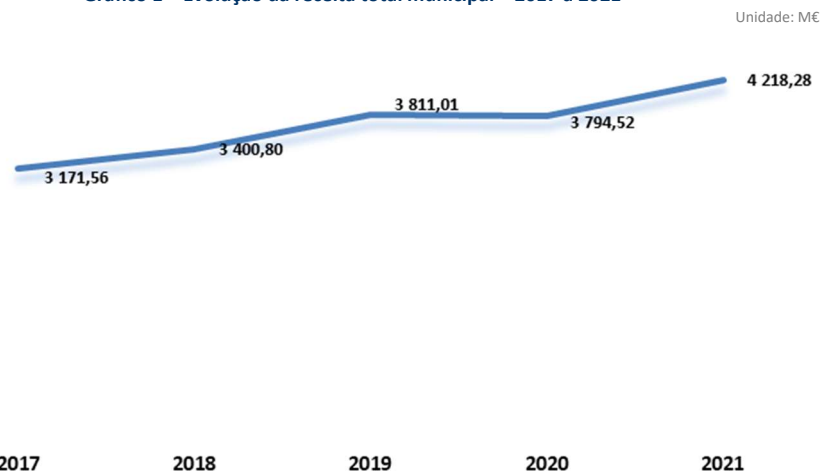
CAPÍTULO I – RECEITA MUNICIPAL

1.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA MUNICIPAL – 2017 A 2021

1.1.1 EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

O ano de 2021 evidenciou uma cobrança de receitas municipais²¹ na região na ordem dos 4.218,28 M€ superior em +423,76 M€ face ao ano transato, correspondente a +11,2%. Desde 2017 que as receitas cresceram +33,0%, correspondente a +1.046,72 M€.

Gráfico 1 – Evolução da receita total municipal – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

A tendência de crescimento verificada desde 2017 caracteriza-se pelo aumento das receitas dos municípios da RLVT em 3 dos 4 anos seguintes, +7,2% (2018), +12,1% (2019) e +11,2% (2021), registando-se uma ligeira descida, em -0,4%, no exercício de 2020.

²¹ O APURAMENTO E TRATAMENTO DAS RECEITAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DESTE ESTUDO, TEVE POR BASE A CONSULTA AOS MAPAS DE DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA - RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento das receitas municipais em todas as NUTS III, entre 2017 e 2021 e entre 2020 e 2021, confirmando a tendência regional, embora não de forma contínua ao longo dos anos.

Tabela 1 – Evolução da receita municipal, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

Receita municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	2 459,43	2 686,51	3 056,27	3 029,89	3 336,46	10,1	35,7
Lezíria do Tejo	254,15	240,27	233,40	235,80	266,18	12,9	4,7
Médio Tejo	197,67	198,33	210,74	224,49	249,47	11,1	26,2
Oeste	260,31	275,69	310,60	304,34	366,17	20,3	40,7
RLVT	3 171,56	3 400,80	3 811,01	3 794,52	4 218,28	11,2	33,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

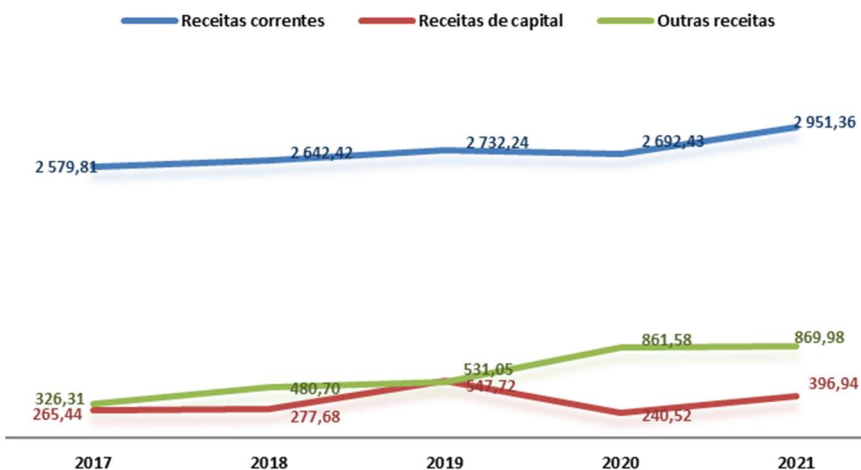
A linha evolutiva das receitas totais resultou da dinâmica conjunta apresentada pelas:

- Receitas correntes – aumento da cobrança de impostos diretos (à exceção de 2019 e de 2020), crescimento contínuo das transferências correntes recebidas e subida, até 2019, da venda de bens e serviços;
- Receitas de capital – crescimento significativo entre 2018 e 2019 da venda de bens de investimento e passivos financeiros, caindo em 2020 para depois voltar a subir, contrastando com a subida contínua por parte das transferências de capital;
- Outras receitas – subida contínua da receita associada à utilização do saldo da gerência anterior²².

²² PRESUME-SE QUE ESTE ACRÉSCIMO DO SALDO DA GERÊNCIA, POSSA TER SIDO INFLUENCIADO PELA NORMA QUE PREVÊ QUE A INTEGRAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR RELEVA NA PROPORÇÃO DA DESPESA CORRENTE QUE VISA FINANCIAR OU DA RECEITA QUE VISA SUBSTITUIR, PREVISTA NO ART.º 104 DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2018 E DENSIFICADA NO ART.º 40 DA LEI N.º 73/2013 NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16/08.

Gráfico 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 2 – Evolução da receita municipal, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: M€

Receita municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Impostos diretos	1 330,87	1 427,57	1 424,78	1 406,26	1 562,34	11,1	17,4
Impostos indiretos	54,12	53,46	61,06	13,43	6,25	-53,5	-88,5
Taxas, multas, out. penalidades	168,57	113,06	138,40	137,22	169,36	23,4	0,5
Rendimentos da propriedade	76,40	74,45	80,43	76,59	83,08	8,5	8,7
Transferências correntes	576,37	592,96	621,71	726,67	800,01	10,1	38,8
Venda bens serviços correntes	334,91	350,91	365,90	299,69	292,11	-2,5	-12,8
Outras receitas correntes	38,56	30,01	39,96	32,57	38,22	17,3	-0,9
Receitas correntes	2 579,81	2 642,42	2 732,24	2 692,43	2 951,36	9,6	14,4
Venda de bens investimento	56,90	56,41	274,93	24,93	25,68	3,0	-54,9
Transferências de capital	74,53	91,86	124,53	152,00	197,09	29,7	164,4
Ativos financeiros	5,88	1,51	0,34	2,36	31,97	1254,6	444,2
Passivos financeiros	122,19	118,31	140,57	52,71	132,44	151,3	8,4
Outras receitas de capital	5,93	9,59	7,36	8,52	9,76	14,7	64,5
Receitas de capital	265,44	277,68	547,72	240,52	396,94	65,0	49,5
Reposições não abatidas pagamentos	2,95	2,11	1,98	2,51	6,41	155,9	117,1
Saldo da gerência anterior	323,35	478,59	529,06	859,07	863,57	0,5	167,1
Outras receitas	326,31	480,70	531,05	861,58	869,98	1,0	166,6
Receita total	3 171,56	3 400,80	3 811,01	3 794,52	4 218,28	11,2	33,0

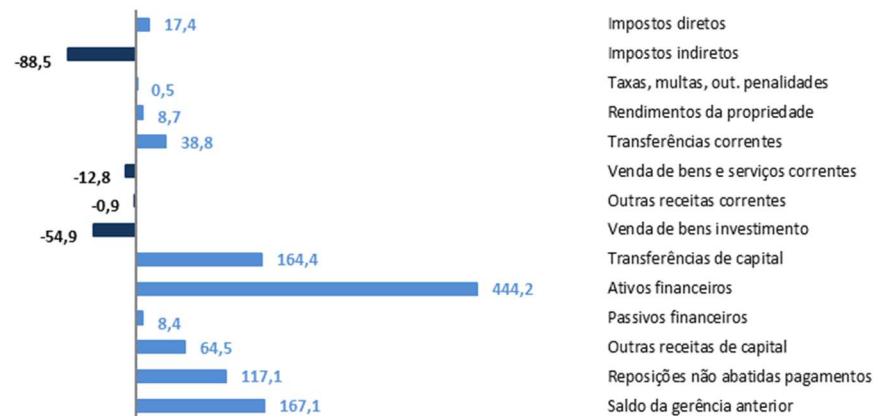
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Analisando a tendência evolutiva dos agregados de receitas, entre 2020 e 2021:

- Aumentaram os valores de receitas cobradas em impostos diretos (+11,1%), taxas, multas e outras penalidades (+23,4%), rendimentos da propriedade (+8,5%), transferências correntes (+10,1%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências do Orçamento do Estado, outras receitas correntes (+17,3%), venda de bens de investimento (+3,0%), transferências de capital (+29,7%) – estas essencialmente por via do aumento das transferências dos fundos comunitários, ativos financeiros (+1254,6%), passivos financeiros (+151,3%), outras receitas de capital (+14,7%), reposições não abatidas nos pagamentos (+155,9%) e saldo da gerência anterior (+0,5%);
- Diminuíram as receitas arrecadadas pelos municípios ao nível dos impostos indiretos (-53,5%)²³ e venda de bens e serviços correntes (-2,5%).

Gráfico 3 – Variação da receita municipal, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

²³ Com o SNC-AP foi feita uma alteração ao classificador económico das receitas que respeita ao registo das taxas. De acordo com as notas explicativas do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, e não no

capítulo 02 – Impostos indiretos. Esta orientação poderá ter justificado a diminuição das receitas previstas nos impostos indiretos e subida das taxas municipais.

Na evolução do peso dos principais agregados de receitas municipais, entre 2017 e 2021, destaca-se:

- A cobrança de impostos diretos a rondar os 42%, sem grandes oscilações em 2017 e 2018, mas descendo progressivamente para os 37,0% em 2021;
- A descida do peso das transferências correntes recebidas, até 2019, sendo de 18,2% em 2017 e de 16,3% em 2019, crescendo posteriormente para um peso de 19,0% em 2021;
- A descida contínua do peso da venda de bens e serviços, de 10,6% para 6,9%, entre 2017 e 2021;
- A subida contínua do peso das transferências de capital no total das receitas municipais – de 2,4% em 2017 subiu gradualmente para 4,7% até 2021;
- Descidas e subidas anuais alternadas do peso do recurso a novos empréstimos entre 2017 e 2021, sendo de 3,9% em 2017 e de 3,1% em 2021;
- Subidas e descidas anuais alternadas do peso do saldo de gerência anterior, sendo de 10,2% em 2017 e de 20,5% em 2021.

Tabela 3 – Evolução do peso da receita municipal, por natureza económica – 2017 a 2021

Receita municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Impostos diretos	42,0	42,0	37,4	37,1	37,0	-0,1	-11,7
Impostos indiretos	1,7	1,6	1,6	0,4	0,1	-58,2	-91,3
Taxas, multas, outras penalidades	5,3	3,3	3,6	3,6	4,0	11,0	-24,5
Rendimentos da propriedade	2,4	2,2	2,1	2,0	2,0	-2,4	-18,2
Transferências correntes	18,2	17,4	16,3	19,2	19,0	-1,0	4,4
Venda bens e serviços correntes	10,6	10,3	9,6	7,9	6,9	-12,3	-34,4
Outras receitas correntes	1,2	0,9	1,0	0,9	0,9	5,5	-25,5
Receitas correntes	81,3	77,7	71,7	71,0	70,0	-1,4	-14,0
Venda de bens investimento	1,8	1,7	7,2	0,7	0,6	-7,4	-66,1
Transferências de capital	2,4	2,7	3,3	4,0	4,7	16,6	98,8
Ativos financeiros	0,2	0,0	0,0	0,1	0,8	1118,5	309,2
Passivos financeiros	3,9	3,5	3,7	1,4	3,1	126,0	-18,5
Outras receitas de capital	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	3,1	23,7
Receitas de capital	8,4	8,2	14,4	6,3	9,4	48,5	12,4
Reposições não abatidas pagamentos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	130,2	63,2
Saldo da gerência anterior	10,2	14,1	13,9	22,6	20,5	-9,6	100,8
Outras receitas	10,3	14,1	13,9	22,7	20,6	-9,2	100,5
Receita total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Considerando os valores das receitas por fontes de financiamento, afere-se do seguinte:

- O valor de receitas próprias tendencialmente crescente, exceção 2020, evidenciando uma capacidade crescente numa menor dependência do financiamento de outras entidades;
- O valor de transferências recebidas²⁴ sempre crescente, subindo significativamente o seu peso no total de receitas a partir de 2019, de 19,6% para 23,6% em 2021, situação que fez diminuir o peso das receitas próprias neste mesmo período, de 76,7% para 73,2%;
- Um valor e peso de receitas de empréstimos revelando descidas e subidas alternadas ao longo de cada ano, terminando por evidenciar um acréscimo em +33,0% face a 2017. O peso dos passivos financeiros teve o seu pico mais alto em 2017 (3,9%) e o peso mais baixo em 2020 (1,4%), sendo de 3,1% em 2021.

Tabela 4 – Evolução da receita municipal por fonte de financiamento – 2017 a 2021

Receita municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Receitas próprias	2 398,46	2 597,68	2 924,20	2 863,14	3 088,74	7,9	28,8
Transferências	650,91	684,82	746,24	878,67	997,10	13,5	53,2
Passivos financeiros	122,19	118,31	140,57	52,71	132,44	151,3	8,4
Receita total	3 171,56	3 400,80	3 811,01	3 794,52	4 218,28	11,2	33,0

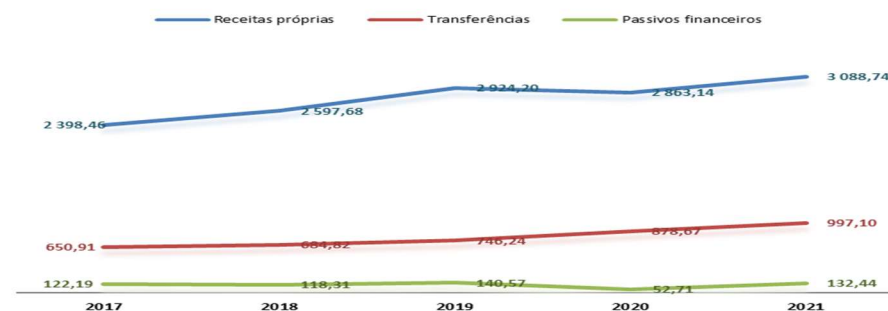
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 5 – Evolução do peso da receita municipal por fonte de financiamento – 2017 a 2021

Receita municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Receitas próprias	75,6	76,4	76,7	75,5	73,2	-3,0	-3,2
Transferências	20,5	20,1	19,6	23,2	23,6	2,1	15,2
Passivos financeiros	3,9	3,5	3,7	1,4	3,1	126,0	-18,5
Receita total	100	100	100	100	100		

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 4 – Evolução da receita municipal por fonte de financiamento – 2017 a 2021



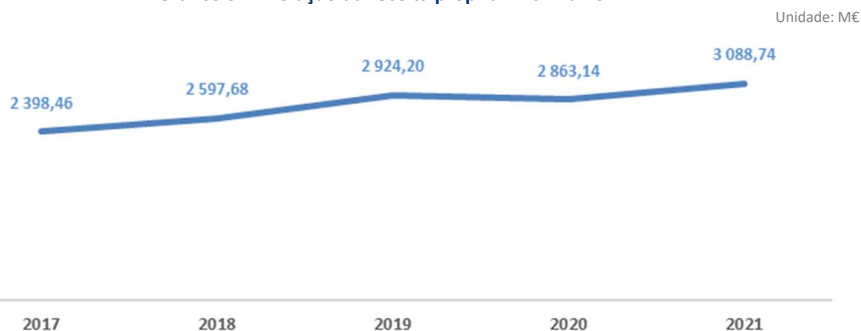
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

²⁴ CORRESPONDE AO TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL.

1.1.2 EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA

Entre 2017 e 2021, as receitas próprias, entendidas como todas as receitas à exceção das decorrentes do recurso a novos empréstimos bem como das transferências recebidas, registaram favoravelmente uma tendência crescente, aumentando +690,28 M€ (+28,8%), ou seja, evoluíram de um valor de 2.398,46 M€ para 3.088,74 M€.

Gráfico 5 – Evolução da receita própria – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 6 – Evolução da receita própria, por natureza económica – 2017 a 2021

Receita própria	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Impostos diretos	1 330,87	1 427,57	1 424,78	1 406,26	1 562,34	11,1	17,4
Impostos indiretos	54,12	53,46	61,06	13,43	6,25	-53,5	-88,5
Taxas, multas, out. penalid.	168,57	113,06	138,40	137,22	169,36	23,4	0,5
Rendimentos da propriedade	76,40	74,45	80,43	76,59	83,08	8,5	8,7
Venda bens serviços corrente	334,91	350,91	365,90	299,69	292,11	-2,5	-12,8
Outras receitas correntes	38,56	30,01	39,96	32,57	38,22	17,3	-0,9
Venda de bens investimento	56,90	56,41	274,93	24,93	25,68	3,0	-54,9
Ativos financeiros	5,88	1,51	0,34	2,36	31,97	1254,6	444,2
Outras receitas de capital	5,93	9,59	7,36	8,52	9,76	14,7	64,5
Reposições não abatidas pag.	2,95	2,11	1,98	2,51	6,41	155,9	117,1
Saldo da gerência anterior	323,35	478,59	529,06	859,07	863,57	0,5	167,1
Total receita própria	2 398,46	2 597,68	2 924,20	2 863,14	3 088,74	7,9	28,8

²⁵ A COBRANÇA FISCAL DE 2020 FOI FORTEMENTE AFETADA PELA PANDEMIA DE COVID-19.

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

A evolução das receitas próprias, entre 2017 e 2021, resultou de dinâmicas distintas, nomeadamente:

- Aumento anual da receita fiscal (exceção ocorrida no exercício financeiro de 2020 ²⁵) resultante, por um lado e essencialmente, do crescimento dos impostos diretos em 2018 e em 2021 (descida nos anos intermédios), por outro da significativa descida das receitas decorrentes dos impostos indiretos entre 2019 e 2021;
- Aumento contínuo das receitas decorrentes do saldo da gerência anterior (+167,1%), tendo estas receitas ultrapassado significativamente, a partir de 2018, o valor da venda de bens e serviços correntes, o qual subiu até 2019, caindo progressivamente até 2021;
- Evolução irregular dos rendimentos de propriedade, apresentando, em 2021, registos ligeiramente superiores aos de 2017 (+8,7%);
- Sucessivas descidas e subidas anuais na venda de bens de investimento, destacando-se 2019, ano que evidenciou um aumento em +387,4% face ao ano transato²⁶.

Como referido uma das grandes componentes integrada nas receitas próprias é a receita fiscal, pelo que desenvolve uma análise mais detalhada.

No período em análise a evolução genericamente crescente das receitas fiscais resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, com tendências diversas:

- Evolução de subidas e descidas anuais do IMI (maior componente da receita fiscal), refletindo uma subida genérica em +1,4%, quando comparados os exercícios financeiros de 2017 e 2021), ultrapassando os 600 milhões de euros entre 2018 e 2020;
- Aumento do IMT em +50,3%, entre 2017 e 2021, em especial devido à sua subida neste último ano face ao transato (+37,6%);
- A terceira maior fonte de receita fiscal resulta da derrama, a qual evidenciou uma coleta irregular, registando em 2019 o seu maior valor, 184,87 milhões de euros e em 2021 o seu menor valor, 154,72 milhões de euros;
- Já os impostos indiretos revelam tendência global de descida, evoluindo de 54,12 M€ em 2017 para 6,25 M€ em 2021.

²⁶ ESTE AUMENTO NA VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO, QUE SE REPERCUTIU À ESCALA REGIONAL, TEVE POR BASE A VENDA DOS TERRENOS DE ENTRECAMPOS EM 2018, EFETUADA PELO MUNICÍPIO DE LISBOA, PELOS QUAIS RECEBEU EM 2019 CERCA DE 245,6 MILHÕES DE EUROS (FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO 2019 DO MUNICÍPIO DE LISBOA).

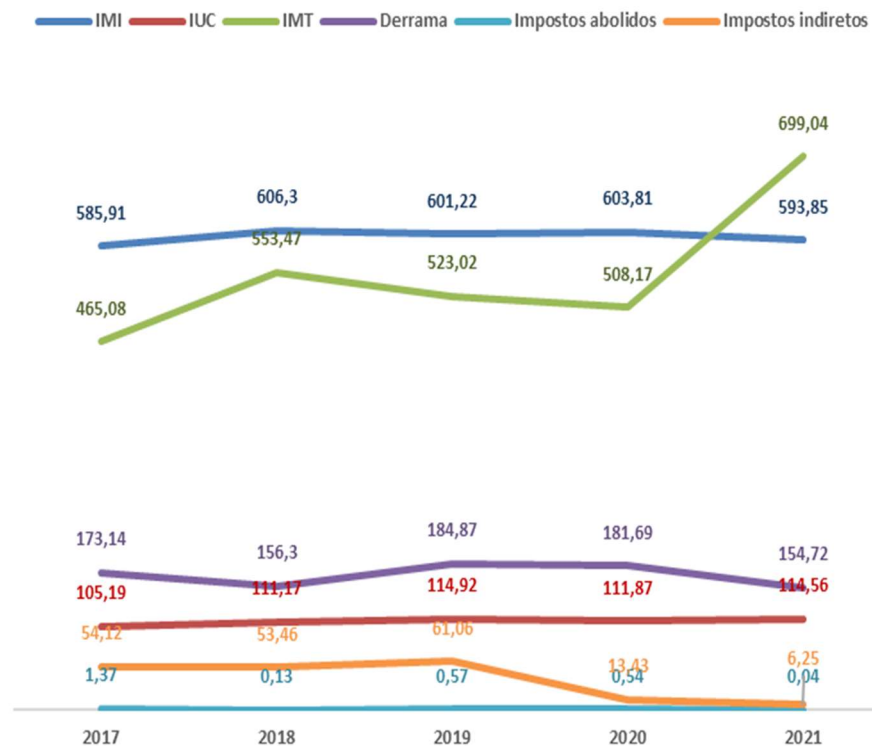
Tabela 7 – Evolução da receita fiscal, por natureza económica – 2017 a 2021

Receita fiscal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						Unidade: M€	
						2020/21	2017/21
IMI	585,91	606,3	601,22	603,81	593,85	-1,6	1,4
IUC	105,19	111,17	114,92	111,87	114,56	2,4	8,9
IMT	465,08	553,47	523,02	508,17	699,04	37,6	50,3
Derrama	173,14	156,3	184,87	181,69	154,72	-14,8	-10,6
Impostos abolidos	1,37	0,13	0,57	0,54	0,04	-92,6	-97,1
Outros impostos diretos	0,18	0,2	0,18	0,18	0,13	-27,3	-25,8
Impostos diretos	1 330,87	1 427,57	1 424,78	1 406,26	1 562,34	11,1	17,4
Impostos indiretos	54,12	53,46	61,06	13,43	6,25	-53,5	-88,5
Receita fiscal	1 384,99	1 481,03	1 485,84	1 419,69	1 568,59	10,5	13,3

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 6 – Evolução dos principais agregados da receita fiscal, por natureza económica – 2017 a 2021

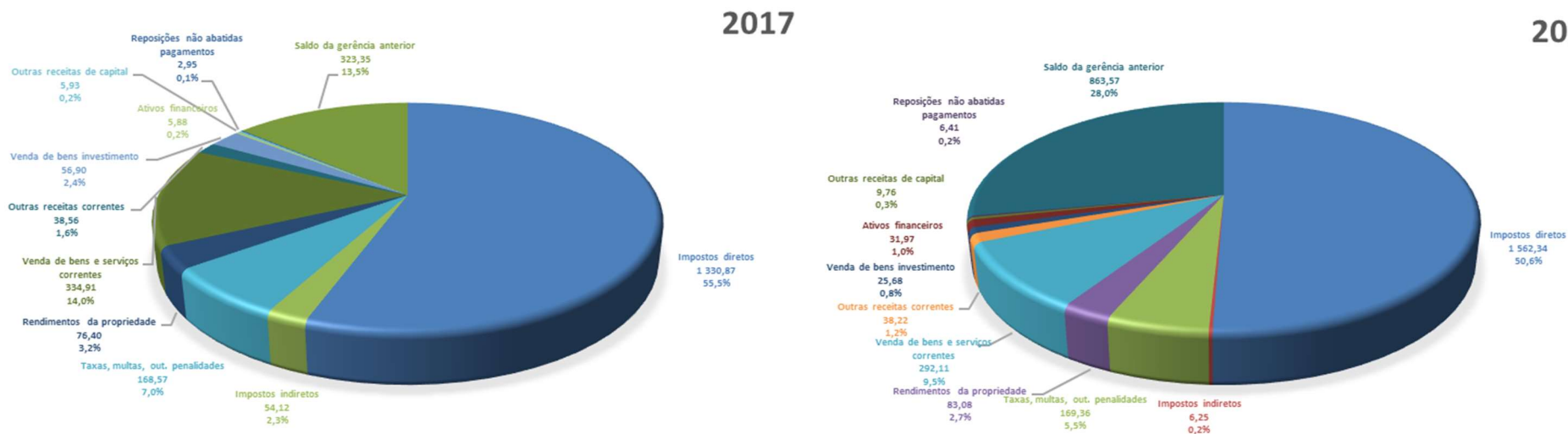
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 7 – Evolução da estrutura de receita própria – 2017 e 2021

Unidade: ME e %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Considerando agora o peso da receita própria nas receitas totais, quando comparada a sua estrutura no ano de 2017 com a que resultou em 2021, releve-se a diminuição do peso dos impostos diretos (de 55,5% em 2017 passou para 50,6% em 2021) e ainda do peso da venda de bens e serviços correntes (de 14,0% para 9,5%) e das taxas, multas e outras penalidades (de 7,0% para 5,5%), resultante sobretudo da importância crescente do peso relativo do saldo da gerência anterior²⁷ (de 13,5% para 28,0%).

Numa outra abordagem de análise, a que evidencia a criação de receita própria dentro de cada sub-região da RLVT, e dentro desta, a receita fiscal, conclui-se que em todas as NUTS III ocorreu um crescimento favorável do nível destes agregados, quando comparados os exercícios financeiros de 2017 e de 2021, bem como face ao ano transato.

Tabela 8 – Evolução da receita própria, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: ME

Receita própria	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	2 028,86	2 208,22	2 508,77	2 462,83	2 630,31	6,8	29,6
Lezíria do Tejo	112,32	121,46	125,10	116,39	139,85	20,2	24,5
Médio Tejo	97,55	97,46	102,54	97,67	107,12	9,7	9,8
Oeste	159,73	170,54	187,79	186,26	211,46	13,5	32,4
RLVT	2 398,46	2 597,68	2 924,20	2 863,14	3 088,74	7,9	28,8

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 9 – Evolução da receita fiscal, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: ME

Receita fiscal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	1 198,84	1 276,33	1 276,51	1 221,12	1 348,51	10,4	12,5
Lezíria do Tejo	53,15	61,46	58,33	52,22	58,24	11,5	9,6
Médio Tejo	42,35	44,52	45,10	43,59	45,36	4,1	7,1
Oeste	90,64	98,72	105,90	102,76	116,48	13,4	28,5
RLVT	1 384,99	1 481,03	1 485,83	1 419,69	1 568,59	10,5	13,3

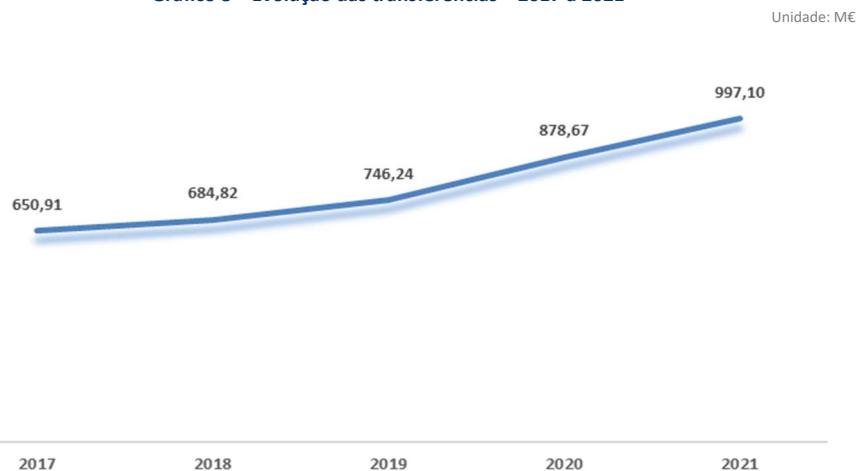
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

²⁷ ATENTE-SE QUE A UTILIZAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR EM DETERMINADO EXERCÍCIO FINANCEIRO REFLETE A REALIZAÇÃO DE POUPANÇA EM ANO(S) ANTERIOR(ES), PELOS MUNICÍPIOS.

1.1.3 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

O período de gestão municipal em análise evidencia um crescimento contínuo das receitas provenientes de transferências, essencialmente compostas por transferências da Administração Central do Estado e por Fundos Comunitários, registando-se em 2021 um aumento em +346,19 M€ face a 2017, correspondente a uma variação positiva de +53,2%.

Gráfico 8 – Evolução das transferências – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

O aumento das transferências correntes ficou reforçado, a partir de 2019, pela receita proveniente da participação de 7,5% na receita do IVA²⁸, bem como de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018.

Por outro lado, o aumento das transferências de capital refletiu a subida na arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários, o novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente²⁹, bem como a receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018.

²⁸ CONFORME ARTIGO 26-A DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. A PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO IVA É DISTRIBUÍDA AOS MUNICÍPIOS PROPORCIONALMENTE, DETERMINADA POR REFERÊNCIA AO IVA LIQUIDADO NA RESPECTIVA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL RELATIVO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS DE ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO, COMUNICAÇÕES, ELETRICIDADE, ÁGUA E GÁS.

²⁹ O ATUAL REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO, PREVÊ A INCLUSÃO DE UMA NOVA PARCELA RESULTANTE DO EXCEDENTE DA VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO, POR VIA DO FEF, DO FSM E DO IRS A DISTRIBUIR DE FORMA PROPORCIONAL, PELOS MUNICÍPIOS.

³⁰ A ALTERAÇÃO AO RFALEI, EFETIVADA ATRAVÉS DA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO, PREVIU UM CONJUNTO DE ALTERAÇÕES AO NÍVEL DA REPARTIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ENTRE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS, TENDO-SE DEFINIDO UM PERÍODO DE CONVERGÊNCIA QUE VIGOROU DE 2019 A 2021, NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE. NESTE PERÍODO, A PARTICIPAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS NOS IMPOSTOS DO

Tabela 10 – Evolução das transferências, por natureza económica – 2017 a 2021

Transferências	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
FEF corrente	231,58	230,56	239,30	253,59	274,69	8,3	18,6
Fundo Social Municipal	39,34	39,34	39,34	39,36	39,49	0,3	0,4
Participação fixa no IRS	173,09	187,30	191,38	203,55	218,00	7,1	25,9
Transferência competências Lei 50/2018				38,69	49,79	28,7	
Participação do IVA				30,85	33,35	8,1	
Fundos comunitários correntes	1,58	3,39	5,29	26,75	37,92	41,8	2294,0
Outras transferências correntes	130,78	132,36	146,40	133,88	146,78	9,6	12,2
Transferências correntes	576,37	592,96	621,71	726,67	800,01	10,1	38,8
FEF capital	26,36	26,07	28,04	28,94	31,21	7,8	18,4
Coop. Técnica e Financeira	2,84	3,07	2,40	2,18	4,51	107,1	58,4
R. Cap. - art 35º nº 3 da Lei73/2013			14,24	18,65	20,86	11,8	
Transferência competências Lei 50/2018				0,82	0,89	9,0	
Fundos comunitários de capital	28,12	43,36	47,19	77,05	126,73	64,5	350,7
Outras transferências de capital	17,21	19,37	32,66	24,37	12,90	-47,1	-25,1
Transferências de capital	74,53	91,86	124,53	152,00	197,09	29,7	164,4
Total Transferências	650,91	684,82	746,24	878,67	997,10	13,5	53,2

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

A evolução das transferências recebidas resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, com tendências diversas, entre 2017 e 2021, com destaque:

- Aumento das transferências correntes totais, com destaque para a componente associada ao FEF³⁰ corrente (+43,11 M€, ou seja +18,6%), ao IRS³¹ (+25,9%), às outras transferências correntes (+12,2%) e aos fundos comunitários correntes (+2294,0%). As novas transferências, designadamente a participação do IVA e a receita proveniente da transferência de competências ao abrigo da Lei nº 50/2018, ascenderam, em 2021, respetivamente aos 33,75 M€ e aos 49,79 M€;
- Também aumento contínuo das transferências de capital (+122,56 M€, +164,4%). Esta evolução teve por principal suporte a subida das receitas provenientes dos fundos comunitários de capital (+350,7%), a par da nova transferência de capital recebida pelos municípios a partir de 2019, ao abrigo do art.º 35º nº 3 da Lei nº 73/2013, tendo ascendendo aos 20,86 M€ em 2021.

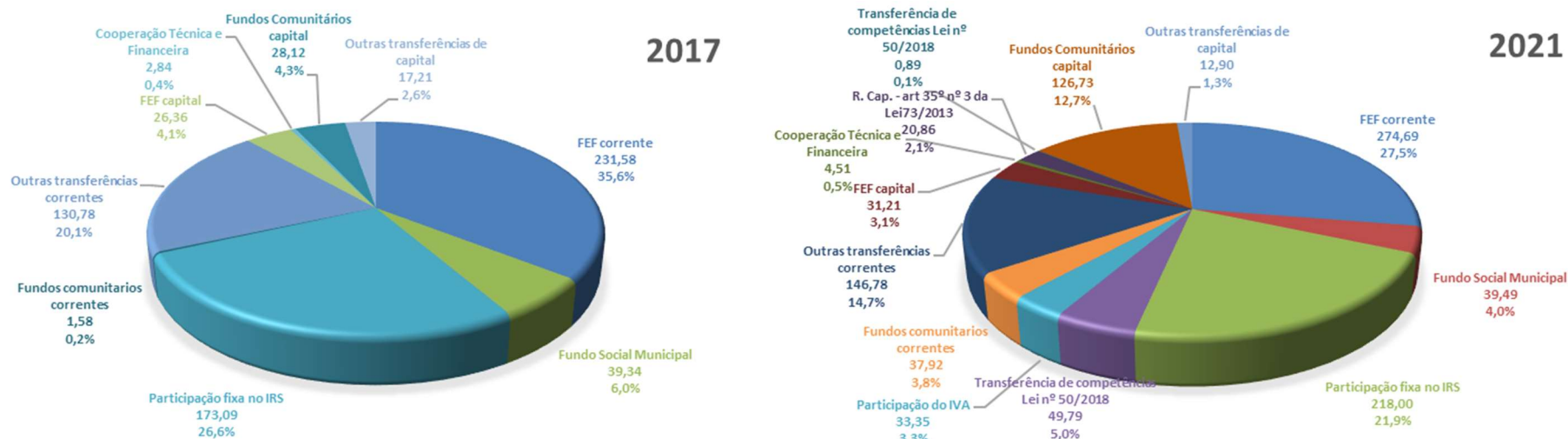
ESTADO GARANTIA, FACE ÀS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS PELO ORÇAMENTO DO ESTADO DO ANO ANTERIOR, UMA VARIAÇÃO PERCENTUAL IGUAL À VARIAÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS PREVISTAS NO PROGRAMA DE ESTABILIDADE.

NESSE ÂMBITO, FICOU CONSAGRADO, NAS LEIS DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019, 2020 E 2021, QUE A PARTICIPAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO RESULTANTE DO DISPOSTO NOS N. 1 E 2 E NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, GARANTIA UM MONTANTE PELO MENOS IGUAL AO DO ANO ANTERIOR

³¹ REFIRA-SE QUE A PARTIR DO ANO DE 2015, DE ACORDO COM AS LEIS DO ORÇAMENTO DO ESTADO, A TRANSFERÊNCIA PARA OS MUNICÍPIOS DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS FOI SEMPRE ASSEGURADA TENDO EM CONTA O IRS GERADO LOCALMENTE, CONFORME AS RESPECTIVAS LOE, NO SENTIDO DE RESPONDER À NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS NA REDAÇÃO ATUAL, ART.º 81.

Gráfico 9 – Evolução da estrutura das transferências recebidas – 2017 e 2021

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Reflexo daquelas alterações ao regime financeiro das autarquias locais, o quadro caracterizador da estrutura das transferências recebidas, quando comparados os exercícios de 2017 e de 2021, revela algumas diferenças a destacar.

Tendência de decréscimo do peso do FEF e da participação fixa no IRS - de 39,7% e 26,6% em 2017 passou para 30,6% e 21,9% em 2021, respetivamente.

A nova transferência de capital recebida pelos municípios a partir de 2019, ao abrigo do art.º 35º nº 3 da Lei nº 73/2013 – excedente, no âmbito da participação de cada município nos impostos do Estado, representou 2,1% do total de transferências, em 2021.

Já as receitas recebidas por transferência de competências, correntes e de capital, atingiram um peso de 5,1% no total de transferências.

Os fundos comunitários, correntes e de capital, evoluíram de um peso de 4,5% em 2017, para um peso de 16,5% em 2021.

A tabela seguinte destaca a tendência evolutiva ao nível das transferências recebidas pelos municípios quando enquadrados no âmbito das sub-regiões a que pertencem.

Pese embora ao longo do período em análise se tenha verificado tendências evolutivas distintas, constatou-se, tanto entre 2017 e 2021 como entre 2020 e 2021, subida do peso regional das transferências recebidas.

Na AML, em 2021 face a 2017, as transferências recebidas pelos municípios aumentaram em + 212,85 M€; na Lezíria do Tejo aumentaram em + 32,84 M€, no Médio Tejo cresceram +45,91 M€ e no Oeste aumentaram +54,61 M€.

Tabela 11 – Evolução das transferências recebidas, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

Transferências	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	384,16	404,15	443,83	531,18	597,01	12,4	55,4
Lezíria do Tejo	90,56	94,33	100,38	112,75	123,40	9,4	36,3
Médio Tejo	87,75	95,55	101,55	120,03	133,66	11,4	52,3
Oeste	88,43	90,78	100,49	114,71	143,04	24,7	61,7
RLVT	650,91	684,82	746,24	878,67	997,10	13,5	53,2

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

1.1.4 EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

O período de gestão municipal em análise evidencia uma tendência irregular das receitas provenientes de passivos financeiros, essencialmente compostos por empréstimos de curto prazo e de médio e longo prazo, registando-se +10,25 M€ em 2021 face a 2017 (+8,4%).

O volume do recurso ao crédito em 2021 foi de 132,44 M€, dos quais a maior fatia, no valor de 114,88 M€ resultou de empréstimos de médio e longo prazo obtidos naquele ano pelos municípios.

Gráfico 10 – Evolução do passivo financeiro – 2017 a 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 12 – Evolução do passivo financeiro, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: M€

Passivos financeiros	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Empréstimos a curto prazo	9,42	12,59	13,07	16,11	16,75	4,0	77,9
Empréstimos a médio e longo prazo	112,78	105,46	125,88	32,53	114,88	253,1	1,9
Outros passivos financeiros	0,00	0,26	1,62	4,06	0,81	-80,1	
Total passivo financeiro	122,19	118,31	140,57	52,71	132,44	151,3	8,4

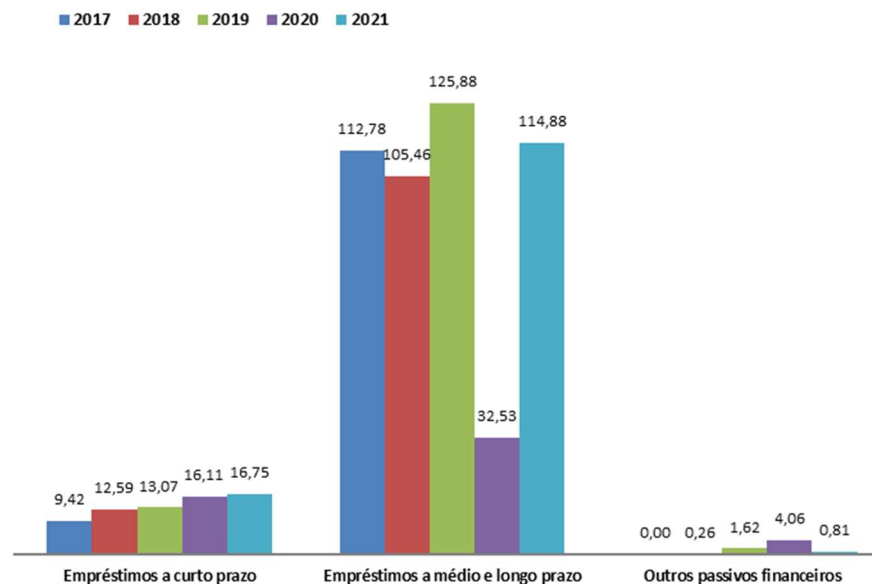
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

A evolução do passivo financeiro resultou de dinâmicas distintas na variação das suas componentes, entre 2017 e 2021, com destaque:

- Subida contínua do recurso a novos empréstimos de curto prazo, subindo gradualmente de 9,42 M€ para 16,75 M€;
- Descidas e subidas anuais, alternadas, no recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo, com particular destaque para a grande descida evidenciada em 2020, ano em que este agregado registou um valor de 32,53 M€, voltando a crescer significativamente em 2021, para valores mais altos que os de 2017, atingindo os 114,88 M€.

Gráfico 11 – Evolução principais agregados do passivo financeiro, por natureza económica – 2017 a 2021

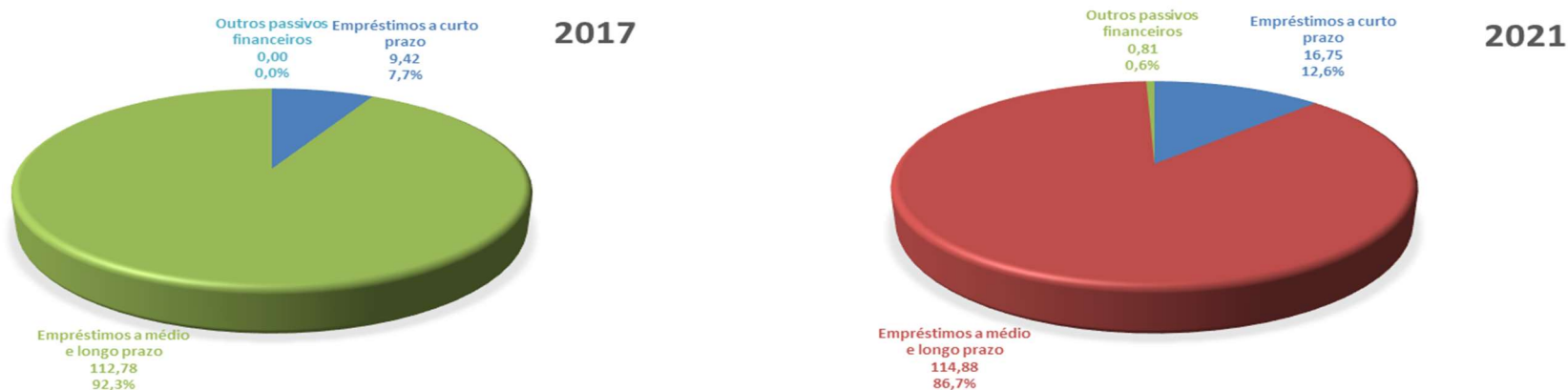
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 12 – Evolução da estrutura do passivo financeiro – 2017 e 2021

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Esta dinâmica evolutiva do passivo financeiro evidenciou uma tendência de decréscimo do peso do recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo (de 92,3% para 86,7%), comparando os exercícios de 2017 e de 2021, em contraponto à importância crescente do peso do recurso a novos empréstimos de curto prazo (de 7,7% cresceu para um peso de 12,6%).

No âmbito da análise do passivo financeiro das sub-regiões da RLVT destaca-se:

- Na AML a tendência de subida anual não foi confirmada em 2020³², verificando-se crescimento neste agregado entre 2017 e 2021 e entre 2020 e 2021;
- No Oeste, à subida gradual até 2019, contrapôs-se a descida significativa em 2020³³, pós a qual volta a crescer o recurso ao crédito, embora com registos inferiores aos de 2017;
- Na Lezíria do Tejo, o recurso ao crédito tem caído gradualmente, sendo o registo de 2021 inferior em -94,3% ao de 2017;
- No Médio Tejo, a descida do passivo financeiro ocorreu em 2018, voltando a crescer anualmente, mas com registos sempre inferiores aos de 2017.

³² A SIGNIFICATIVA DESCIDA NO VOLUME DE PASSIVOS FINANCEIROS NA AML, EM 2020, COM IMPACTO NO VALOR REGIONAL, RESULTOU EM LARGA MEDIDA DA DIMINUIÇÃO DO RECURSO AO CRÉDITO QUE, ENTRE 2019 E 2020, OCORREU NOS MUNICÍPIOS DE BARREIRO, LISBOA, MAFRA E SEIXAL. EM 2021, O AUMENTO DEVE-SE SOBRETUDO AOS EMPRÉSTIMOS CONTRATUALIZADOS/UTILIZADOS PELOS MUNICÍPIOS DE LISBOA E DO SEIXAL (RELATÓRIOS PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021 DOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS).

³³ ESTE RESULTADO FOI SIGNIFICATIVAMENTE INFLUENCIADO PELO MUNICÍPIO DA NAZARÉ QUE EM 2020 NÃO REGISTOU PASSIVOS FINANCEIROS. EM 2019, ESTE MUNICÍPIO RECORREU AO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM). O VALOR DO EMPRÉSTIMO CONSIDERADO FOI, NO MÁXIMO, ATÉ

Comparando 2017 com 2021, o número de municípios que recorreu a novos empréstimos aumentou de 30 para 32.

Por outro lado, constatou-se que 10 municípios da RLVT, designadamente, Abrantes, Alcobaca, Alenquer, Amadora, Azambuja, Bombarral, Ferreira do Zêzere, Montijo, Oeiras e Sintra, não registaram passivos financeiros em nenhum momento, entre 2017 e 2021.

Tabela 13 – Evolução do passivo financeiro, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

Passivo financeiro	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	46,40	74,13	103,68	35,88	109,14	204,2	135,2
Lezíria do Tejo	51,27	24,48	7,92	6,66	2,93	-56,1	-94,3
Médio Tejo	12,38	5,33	6,65	6,79	8,70	28,1	-29,8
Oeste	12,14	14,37	22,32	3,37	11,67	246,0	-3,8
RLVT	122,19	118,31	140,57	52,71	132,44	151,3	8,4

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

35.242.012,00 € (9.953.507,66 € RECEBIDOS EM 2018, 19.154.798,37 € EM 2019 E 3.103.586,42 € POR RECEBER RELATIVOS AOS PASSIVOS CONTINGENTES), TENDO COMO FINALIDADE A DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO DO MUNICÍPIO (FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO 2019). EM 2021, O MUNICÍPIO DESEMBOLSOU A TRANCHE DO EMPRÉSTIMO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA QUE ESTAVA PREVISTO NO PAM – PASSIVOS CONTINGENTES, TENDO UTILIZADO O VALOR DE 1.850.000,00 €, UMA VEZ QUE “O MUNICÍPIO FOI CONDENADO A PAGAR 1.850.000,00 € NO ÂMBITO DO PROCESSO 1347/16.0 BELRA-A – ECOAMBIENTE, CONFORME SENTENÇA NOTIFICADA NO 1.º SEMESTRE DO CORRENTE ANO” (FONTE: RELATÓRIO DE GESTÃO 2021).

1.2 ANÁLISE DA RECEITA MUNICIPAL – 2020 E 2021

1.2.1 RECEITA TOTAL

As receitas municipais na RLVT ascenderam em 2020 aos 3.794,52 M€, evoluindo para os 4.218,28 M€ em 2021, sendo que mais de ¼ foram cobradas pelos municípios da AML.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

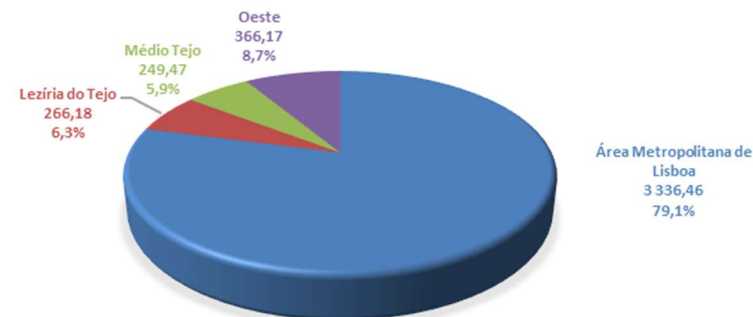
- O valor de receitas cobradas por Lisboa representa mais de ¼ do valor total de receitas municipais da RLVT, seguindo-se Cascais, com 7,5% das receitas geradas na RLVT, valores muito díspares do valor mais baixo registado em Constância (0,2% do total regional);
- A amplitude na cobrança de receitas foi muito significativa, diferença entre a maior e menor cobrança de receitas rondando os 1,1 M€;
- Apenas 4 municípios – Lisboa, Cascais, Sintra e Oeiras, correspondentes a 8% dos municípios da região, concentram 49,4% do total de receitas municipais em 2020 e 45,9% em 2021, sendo que 35 municípios, correspondentes a 66% dos municípios da RLVT, concentram à volta de 20% das receitas municipais regionais.

Gráfico 13 – Receita total dos municípios da RLVT, por NUTS III - 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 14 – Receita total dos municípios da RLVT, por NUTS III - 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

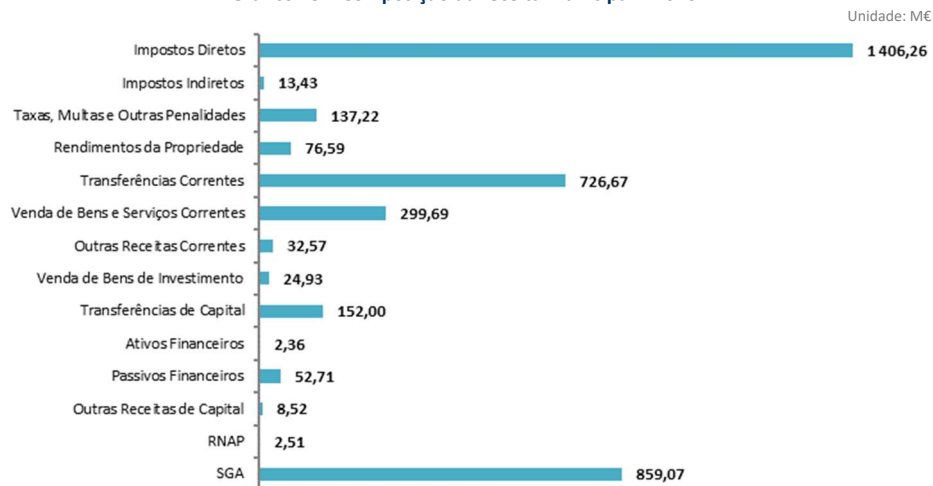
Tabela 14 – Composição das receitas, por NUTS III – 2020

Receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	1 211,43	52,06	43,10	99,67	1 406,26
Impostos Indiretos	9,69	0,17	0,49	3,09	13,43
Taxas, multas e outras penalidades	124,97	4,65	3,49	4,11	137,22
Rendimentos de propriedade	51,36	5,38	8,07	11,78	76,59
Transferências correntes	456,88	89,78	90,37	89,64	726,67
Venda bens e serviços correntes	247,83	14,98	11,01	25,87	299,69
Outras receitas correntes	30,33	0,99	0,63	0,61	32,57
Venda de bens de investimento	22,82	0,29	0,86	0,95	24,93
Transferências de capital	74,30	22,97	29,66	25,07	152,00
Ativos financeiros	2,15	0,00	0,21	0,00	2,36
Passivos financeiros	35,88	6,66	6,79	3,37	52,71
Outras receitas de capital	8,19	0,02	0,16	0,15	8,52
Receitas não abatidas pagamentos	2,32	0,05	0,06	0,08	2,51
Saldo gerência anterior	751,74	37,81	29,59	39,93	859,07
Receita total	3 029,89	235,80	224,49	304,34	3 794,52

Unidade: M€

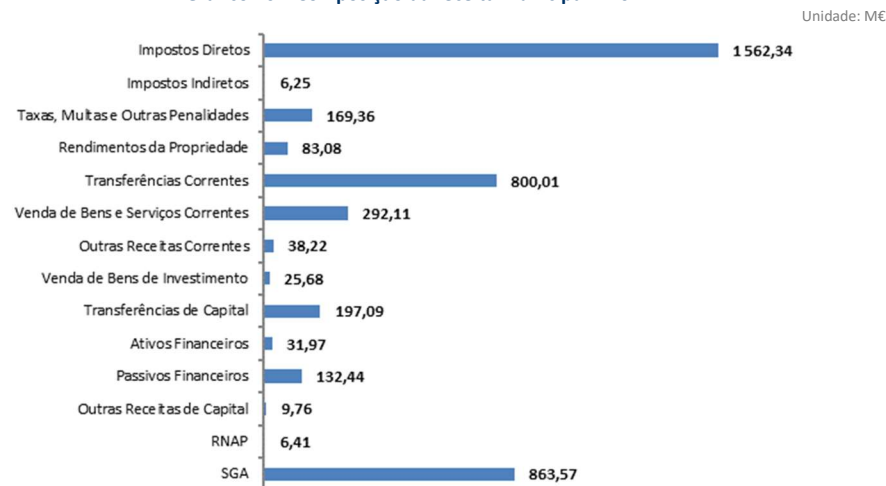
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 15 – Composição da receita municipal – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 16 – Composição da receita municipal – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

As principais origens de receita municipal na RLVT decorreram da cobrança de impostos diretos (37%), transferências correntes (19%), venda de bens e serviços correntes (7,9% em 2020 e 6,5% em 2021) e transferências de capital (4,0% em 2020 e 4,7% em 2021). A utilização do saldo da gerência anterior representou 22,6% em 2020 e 20,5% em 2021.

Cerca de 1/3 do valor das receitas da RLVT, rondando os 37%, resultou das receitas fiscais, representando as transferências recebidas de outras entidades um peso na casa dos 23%.

Tabela 15 – Composição das receitas, por NUTS III – 2021

Unidade: ME

Receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	1.346,16	57,93	45,27	112,98	1.562,34
Impostos indiretos	2,34	0,31	0,09	3,50	6,25
Taxas, multas e outras penalidades	156,27	4,12	4,12	4,84	169,36
Rendimentos de propriedade	56,02	6,16	8,38	12,51	83,08
Transferências correntes	495,65	97,68	100,86	105,82	800,01
Venda bens e serviços correntes	240,48	15,59	9,89	26,15	292,11
Outras receitas correntes	34,96	1,24	1,05	0,96	38,22
Venda de bens de investimento	23,09	0,23	1,82	0,54	25,68
Transferências de capital	101,36	25,71	32,80	37,22	197,09
Ativos financeiros	31,88	0,01	0,09	0,00	31,97
Passivos financeiros	109,14	2,93	8,70	11,67	132,44
Outras receitas de capital	8,00	0,91	0,60	0,26	9,76
Receitas não abatidas pagamentos	5,38	0,61	0,29	0,14	6,41
Saldo gerência anterior	725,72	52,73	35,53	49,58	863,57
Receita total	3.336,46	266,18	249,47	366,17	4.218,28

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

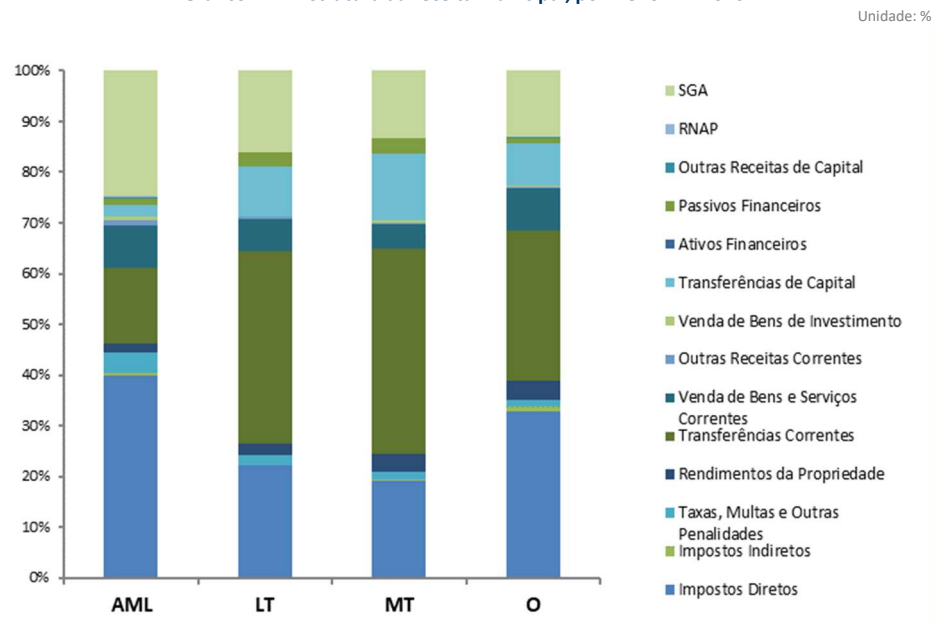
Tabela 16 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2020

Unidade: %

Peso das receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	40,0	22,1	19,2	32,7	37,1
Impostos indiretos	0,3	0,1	0,2	1,0	0,4
Taxas, multas e outras penalidades	4,1	2,0	1,6	1,4	3,6
Rendimentos de propriedade	1,7	2,3	3,6	3,9	2,0
Transferências correntes	15,1	38,1	40,3	29,5	19,2
Venda bens e serviços correntes	8,2	6,4	4,9	8,5	7,9
Outras receitas correntes	1,0	0,4	0,3	0,2	0,9
Venda de bens de investimento	0,8	0,1	0,4	0,3	0,7
Transferências de capital	2,5	9,7	13,2	8,2	4,0
Ativos financeiros	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Passivos financeiros	1,2	2,8	3,0	1,1	1,4
Outras receitas de capital	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2
Receitas não abatidas pagamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Saldo gerência anterior	24,8	16,0	13,2	13,1	22,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

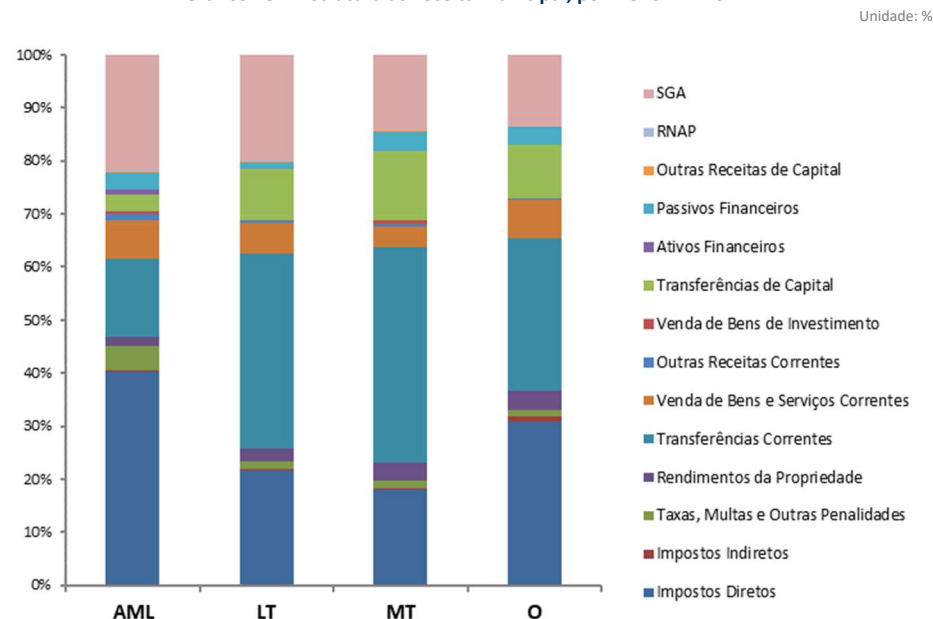
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 17 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 18 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 17 – Estrutura da receita municipal, por NUTS III – 2021

Unidade: %

Peso das receitas municipais	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos diretos	40,3	21,8	18,1	30,9	37,0
Impostos indiretos	0,1	0,1	0,0	1,0	0,1
Taxas, multas e outras penalidades	4,7	1,5	1,7	1,3	4,0
Rendimentos de propriedade	1,7	2,3	3,4	3,4	2,0
Transferências correntes	14,9	36,7	40,4	28,9	19,0
Venda bens e serviços correntes	7,2	5,9	4,0	7,1	6,9
Outras receitas correntes	1,0	0,5	0,4	0,3	0,9
Venda de bens de investimento	0,7	0,1	0,7	0,1	0,6
Transferências de capital	3,0	9,7	13,1	10,2	4,7
Ativos financeiros	1,0	0,0	0,0	0,0	0,8
Passivos financeiros	3,3	1,1	3,5	3,2	3,1
Outras receitas de capital	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2
Receitas não abatidas pagamentos	0,2	0,2	0,1	0,0	0,2
Saldo gerência anterior	21,8	19,8	14,2	13,5	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

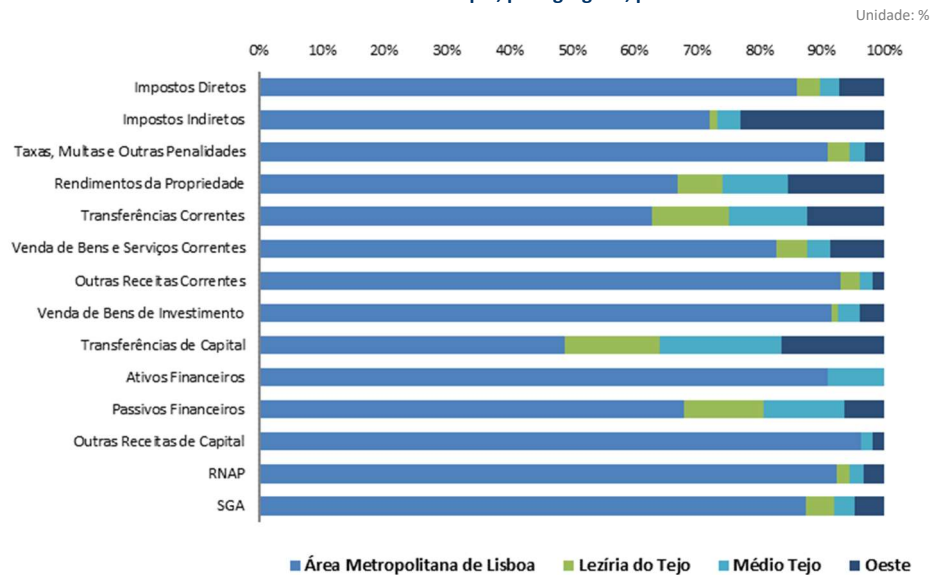
Cada sub-região apresentou situações distintas nos principais agregados de receitas:

- Na AML e no Oeste destaque para o peso dos impostos diretos, seguindo-se o peso da utilização do saldo de gerência anterior, no caso da AML, ou o peso das transferências correntes recebidas, no caso do Oeste;
- No Médio Tejo e na Lezíria do Tejo o peso das transferências correntes recebidas ultrapassou o peso da cobrança de impostos diretos, no total das receitas. Em 2020, no Médio Tejo, o peso das receitas associadas à utilização do SGA ficou a par do peso evidenciado pelas transferências de capital recebidas, mas, de uma forma geral, manteve-se como a terceira maior fonte de receitas.

Analisando os diferentes agregados que compõem as receitas municipais voltamos a constatar a preponderância das cobranças registada pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para as componentes de receitas próprias.

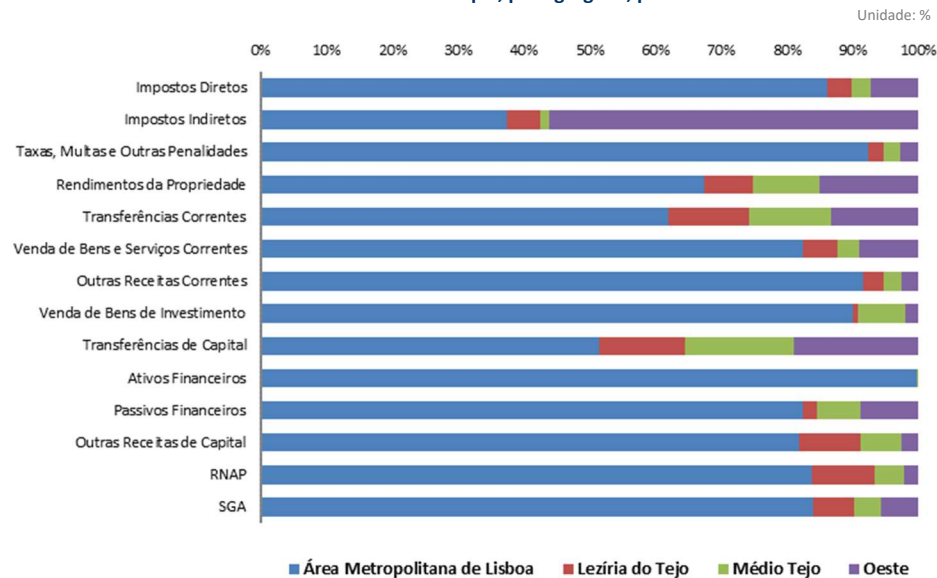
Nota para o volume de transferências de capital registado pelos municípios da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e do Oeste.

Gráfico 19 – Estrutura da receita municipal, por agregado, por NUTS III – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 20 – Estrutura da receita municipal, por agregado, por NUTS III – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

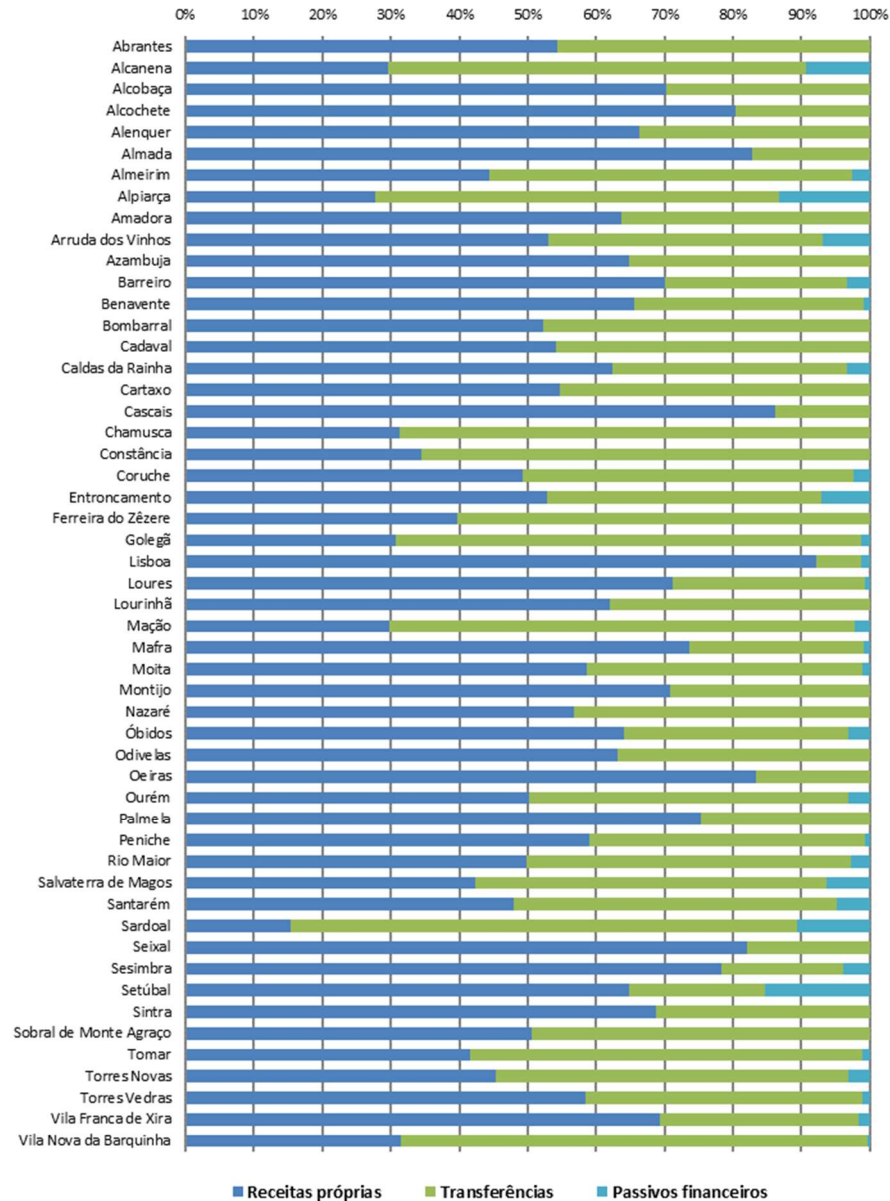
As tabelas seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das receitas municipais, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT, para os anos de 2020 e 2021.

Tabela 18 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2020

Municípios	Receitas próprias	Transferências	Passivos financeiros	Receitas totais
Abrantes	20,09	16,86	0,00	36,95
Alcanena	4,79	9,87	1,53	16,19
Alcobaça	34,66	14,68	0,00	49,34
Alcochete	19,89	4,84	0,00	24,72
Alenquer	21,08	10,74	0,00	31,83
Almada	113,65	23,48	0,00	137,12
Almeirim	8,21	9,81	0,47	18,49
Alpiarça	2,46	5,25	1,18	8,89
Amadora	71,78	41,08	0,00	112,86
Arruda dos Vinhos	6,81	5,17	0,88	12,86
Azambuja	15,67	8,55	0,00	24,22
Barreiro	39,72	15,14	1,90	56,76
Benavente	15,58	7,93	0,23	23,74
Bombarral	6,56	6,01	0,00	12,57
Cadaval	8,01	6,80	0,00	14,81
Caldas da Rainha	21,53	11,83	1,17	34,53
Cartaxo	10,58	8,76	0,00	19,34
Cascais	245,68	39,77	0,00	285,44
Chamusca	4,63	10,18	0,00	14,81
Constância	2,26	4,29	0,00	6,54
Coruche	15,26	14,99	0,75	31,00
Entroncamento	8,32	6,29	1,13	15,74
Ferreira do Zêzere	4,35	6,61	0,00	10,96
Golegã	2,35	5,21	0,10	7,67
Lisboa	1 018,38	73,38	13,50	1 105,26
Loures	106,03	41,90	0,98	148,91
Lourinhã	16,39	10,06	0,00	26,45
Mação	3,86	8,81	0,29	12,96
Mafra	59,89	20,75	0,69	81,34
Moita	21,33	14,69	0,41	36,43
Montijo	30,38	12,58	0,00	42,96
Nazaré	8,45	6,42	0,00	14,87
Óbidos	9,89	5,04	0,50	15,43
Odivelas	54,63	31,97	0,00	86,60
Oeiras	192,34	38,62	0,00	230,96
Ourém	23,17	21,54	1,50	46,21
Palmela	45,50	14,98	0,00	60,47
Peniche	11,78	8,04	0,16	19,97
Rio Maior	12,33	11,72	0,67	24,72
Salvaterra de Magos	6,54	7,90	0,99	15,43
Santarém	22,77	22,45	2,27	47,50
Sardoal	1,42	6,87	0,98	9,27
Seixal	96,42	21,22	0,00	117,64
Sesimbra	42,59	9,69	2,16	54,44
Setúbal	61,23	18,80	14,48	94,51
Sintra	172,83	78,65	0,00	251,48
Sobral de Monte Agraço	4,93	4,81	0,00	9,73
Tomar	12,37	17,14	0,31	29,82
Torres Novas	14,69	16,67	1,03	32,38
Torres Vedras	36,18	25,11	0,66	61,95
Vila Franca de Xira	70,58	29,65	1,75	101,97
Vila Nova da Barquinha	2,35	5,10	0,03	7,48
Receita total	2 863,14	878,67	52,71	3 794,52

Unidade: ME

Gráfico 21 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2020



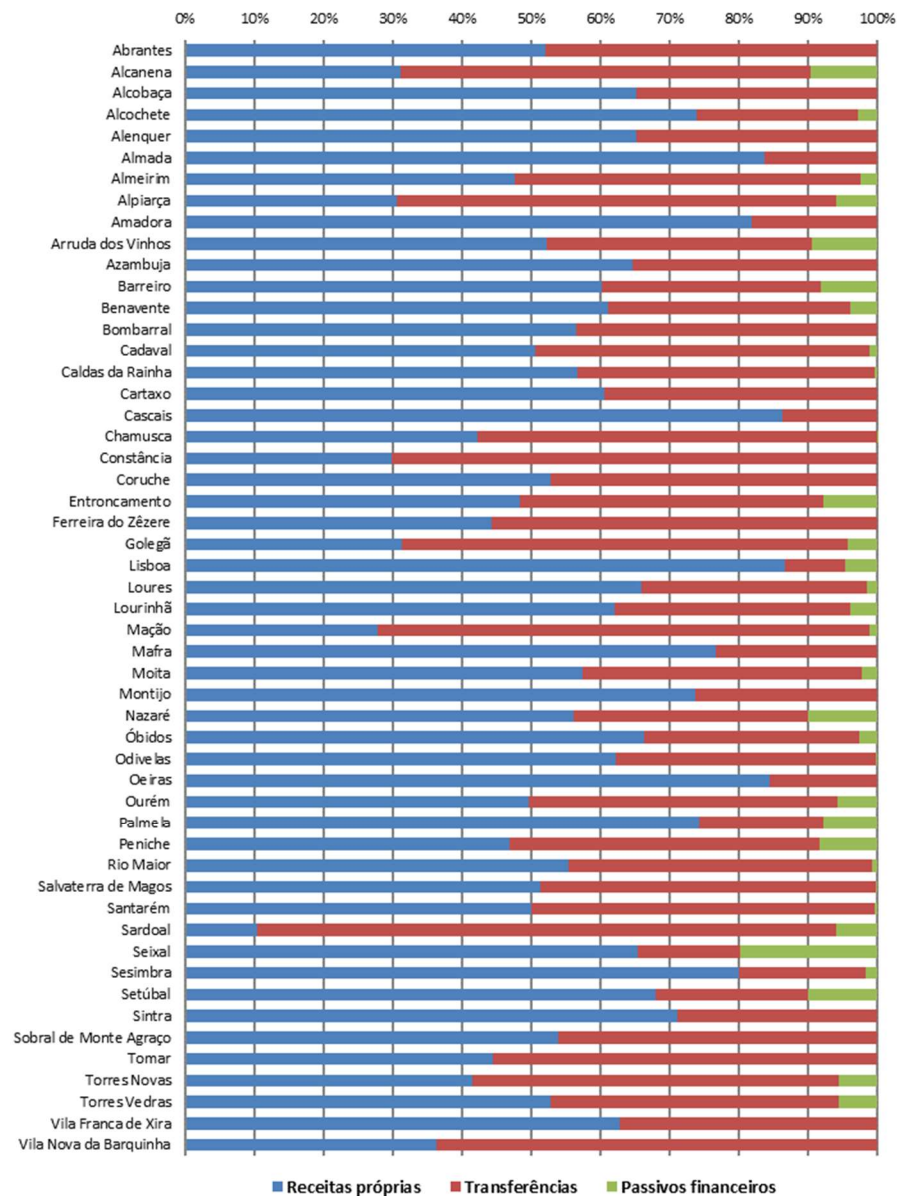
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 19 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2021

Municípios	Receitas próprias	Transferências	Passivos financeiros	Receitas totais
Abrantes	20,88	19,22	0,00	40,09
Alcanena	5,00	9,49	1,54	16,02
Alcobaça	40,33	21,54	0,00	61,87
Alcochete	20,13	6,38	0,73	27,24
Alenquer	22,83	12,18	0,00	35,01
Almada	125,87	24,60	0,00	150,47
Almeirim	10,68	11,19	0,55	22,42
Alpiarça	2,93	6,07	0,56	9,56
Amadora	187,36	41,40	0,00	228,76
Arruda dos Vinhos	7,85	5,74	1,42	15,00
Azambuja	17,49	9,57	0,00	27,06
Barreiro	35,76	18,70	4,86	59,31
Benavente	16,77	9,61	1,06	27,44
Bombarral	7,99	6,13	0,00	14,12
Cadaval	9,62	9,21	0,20	19,03
Caldas da Rainha	22,89	17,38	0,14	40,41
Cartaxo	13,30	8,69	0,00	21,99
Cascais	273,63	43,40	0,00	317,03
Chamusca	7,58	10,34	0,00	17,91
Constância	2,24	5,25	0,00	7,49
Coruche	18,63	16,61	0,00	35,23
Entroncamento	9,99	9,12	1,59	20,70
Ferreira do Zêzere	5,23	6,58	0,00	11,81
Golegã	2,45	5,03	0,33	7,80
Lisboa	941,14	95,28	50,50	1 086,92
Loures	100,16	49,43	2,36	151,95
Lourinhã	18,52	10,15	1,17	29,84
Mação	4,08	10,51	0,15	14,74
Mafra	67,11	20,34	0,00	87,45
Moita	25,22	17,72	1,00	43,94
Montijo	38,46	13,76	0,00	52,22
Nazaré	10,44	6,31	1,85	18,61
Óbidos	13,02	6,09	0,50	19,60
Odivelas	62,02	37,49	0,22	99,73
Oeiras	208,71	38,28	0,00	246,99
Ourém	25,79	23,16	3,00	51,96
Palmela	54,63	13,24	5,77	73,64
Peniche	12,96	12,40	2,30	27,66
Rio Maior	14,85	11,81	0,20	26,87
Salvaterra de Magos	8,70	8,21	0,04	16,95
Santarém	26,47	26,28	0,19	52,94
Sardoal	0,89	7,13	0,50	8,52
Seixal	106,99	24,02	32,53	163,53
Sesimbra	48,59	11,11	1,00	60,70
Setúbal	69,85	22,75	10,18	102,77
Sintra	203,20	82,56	0,00	285,76
Sobral de Monte Agraço	5,49	4,68	0,00	10,17
Tomar	15,85	19,80	0,00	35,66
Torres Novas	14,17	18,13	1,92	34,22
Torres Vedras	39,53	31,22	4,09	74,84
Vila Franca de Xira	61,48	36,55	0,00	98,03
Vila Nova da Barquinha	3,01	5,26	0,00	8,26
Receita total	3 088,74	997,10	132,44	4 218,28

Unidade: ME

Gráfico 22 – Receita municipal por fonte de financiamento – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

1.2.2 RECEITA PRÓPRIA

A receita própria representando 75,5% em 2020 e 73,2% em 2021 do total de receitas da RLVT, ascendeu, respetivamente aos 2.863,14 M€ e 3.088,74 M€, das quais maioritariamente geradas pelo grupo de municípios da Área Metropolitana de Lisboa (86,0% em 2020 e 85,2% em 2021), em especial Lisboa, o qual concentrou cerca de 1/3 das receitas próprias da região (35,6% em 2020 e 30,5% em 2021).

Destaque para os impostos diretos, os quais constituem cerca de metade das receitas próprias (49,1% em 2020 e 50,6% em 2021) e registo ainda para a importância significativa, na estrutura das receitas municipais da região, do saldo da gerência anterior (30,0% em 2020 e 28,0% em 2021) e da venda de bens e serviços (10,5% em 2020 e 9,5% em 2021).

Tabela 20 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2020

Receita própria	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos Diretos	1 211,43	52,06	43,10	99,67	1 406,26
Impostos Indiretos	9,69	0,17	0,49	3,09	13,43
Taxas, Multas e Outras Penalidades	124,97	4,65	3,49	4,11	137,22
Rendimentos da Propriedade	51,36	5,38	8,07	11,78	76,59
Venda de Bens e Serviços Correntes	247,83	14,98	11,01	25,87	299,69
Outras Receitas Correntes	30,33	0,99	0,63	0,61	32,57
Venda de Bens de Investimento	22,82	0,29	0,86	0,95	24,93
Ativos Financeiros	2,15	0,00	0,21	0,00	2,36
Outras Receitas de Capital	8,19	0,02	0,16	0,15	8,52
RNAP	2,32	0,05	0,06	0,08	2,51
SGA	751,74	37,81	29,59	39,93	859,07
Receita própria	2 462,83	116,39	97,67	186,26	2 863,14

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

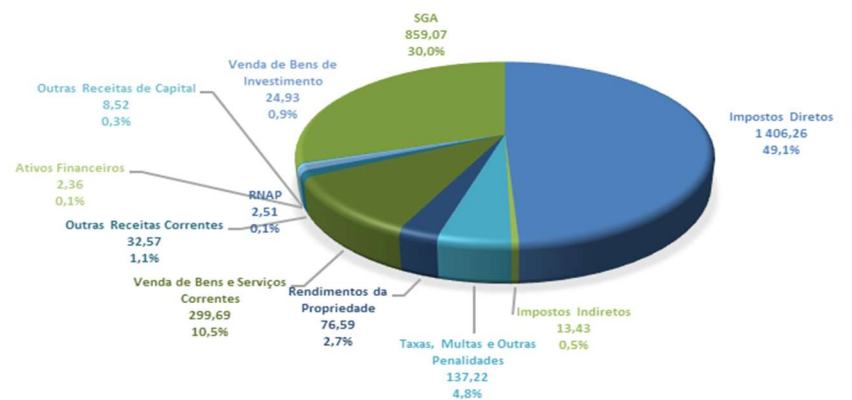
Tabela 21 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2021

Receita própria	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Impostos Diretos	1 346,16	57,93	45,27	112,98	1 562,34
Impostos Indiretos	2,34	0,31	0,09	3,50	6,25
Taxas, Multas e Outras Penalidades	156,27	4,12	4,12	4,84	169,36
Rendimentos da Propriedade	56,02	6,16	8,38	12,51	83,08
Venda de Bens e Serviços Correntes	240,48	15,59	9,89	26,15	292,11
Outras Receitas Correntes	34,96	1,24	1,05	0,96	38,22
Venda de Bens de Investimento	23,09	0,23	1,82	0,54	25,68
Ativos Financeiros	31,88	0,01	0,09	0,00	31,97
Outras Receitas de Capital	8,00	0,91	0,60	0,26	9,76
RNAP	5,38	0,61	0,29	0,14	6,41
SGA	725,72	52,73	35,53	49,58	863,57
Receita própria	2 630,31	139,85	107,12	211,46	3 088,74

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

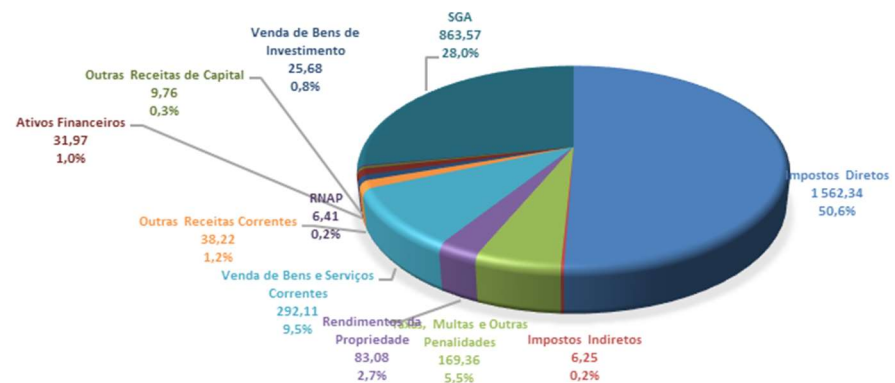
Gráfico 23 – Estrutura da receita própria, RLVT – 2020

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.



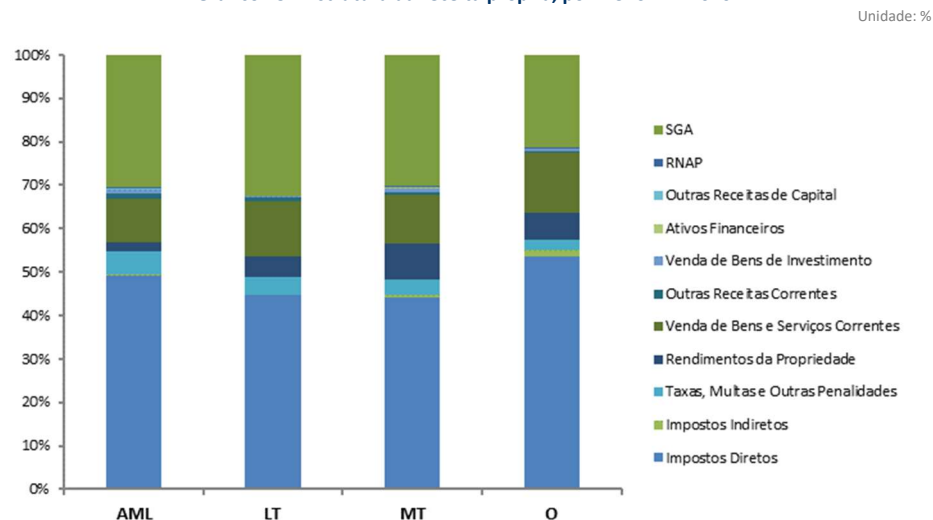
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 24 – Estrutura da receita própria, RLVT – 2021



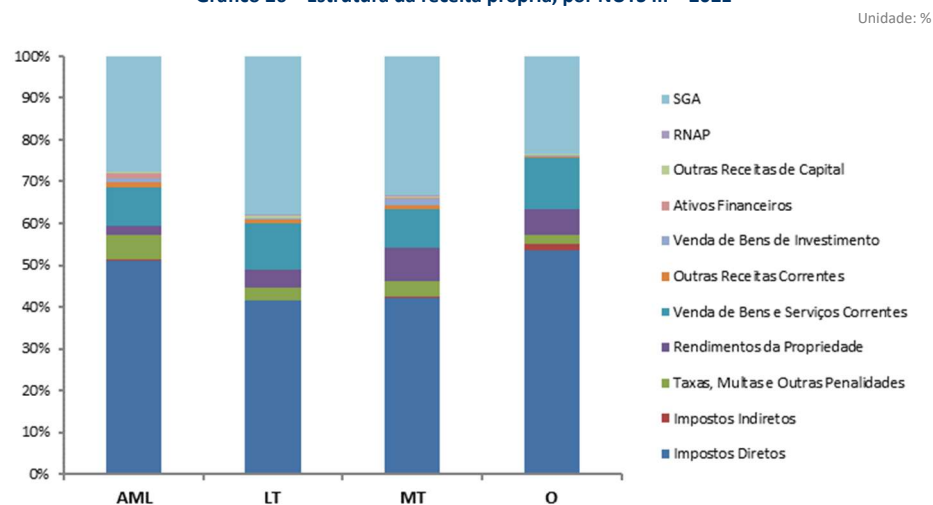
Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 25 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 26 – Estrutura da receita própria, por NUTS III – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Cerca de metade das receitas próprias decorrem receita fiscal (49,6% em 2020 e 50,8% em 2021).

Na RLVT, a receita fiscal rondou os 1.419,69 M€ e os 1.568,59 M€, respetivamente em 2020 e 2021, sendo que a maior parte (86%) foi cobrada nos municípios da AML, seguindo-se os do Oeste (7%), Lezíria do Tejo (4%) e Médio Tejo (3%).

Em todas as sub-regiões a maior fatia da receita fiscal resultou, genericamente, da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI) seguindo-se o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT). Exceção ocorrida em 2021, onde, na Área Metropolitana de Lisboa, o IMT ultrapassou as receitas fiscais provenientes do IMI.

Tabela 22 – Estrutura da receita fiscal, por NUTS III – 2020

Unidade: M€

Receita fiscal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
IMI	491,68	30,47	25,90	55,74	603,81
IUC	90,26	6,45	5,22	9,94	111,87
IMT	464,73	10,39	7,04	26,01	508,17
Derrama	164,06	4,72	4,94	7,97	181,69
Impostos abolidos	0,53	0,01	0,00	0,00	0,54
Outros impostos diretos	0,18	0,01	0,00	0,00	0,18
Impostos diretos	1 211,43	52,06	43,10	99,67	1 406,26
Impostos indiretos	9,69	0,17	0,49	3,09	13,43
Receita fiscal	1 221,12	52,22	43,59	102,76	1 419,69

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 23 – Estrutura da receita fiscal, por NUTS III – 2021

Unidade: M€

Receita fiscal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
IMI	483,27	29,99	26,06	54,54	593,85
IUC	91,69	6,93	5,52	10,42	114,56
IMT	633,14	15,99	8,89	41,01	699,04
Derrama	137,86	5,10	4,74	7,00	154,72
Impostos abolidos	0,07	-0,07	0,05	0,00	0,04
Outros impostos diretos	0,13	0,00	0,00	0,00	0,13
Impostos diretos	1 346,16	57,93	45,27	112,98	1 562,34
Impostos indiretos	2,34	0,31	0,09	3,50	6,25
Receita fiscal	1 348,51	58,24	45,36	116,48	1 568,59

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

1.2.3 TRANSFERÊNCIAS

As transferências recebidas pelos municípios, representando 23,2% em 2020 e 23,6% em 2021 do total de receitas da RLVT, ascenderam aos 878,67 M€ e aos 997,10 M€, das quais, 82,7% e 80,2% respetivamente em 2020 e em 2021, são de natureza corrente.

Tabela 24 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2020

Transferências recebidas	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
FEF corrente	87,07	58,17	60,44	47,91	253,59
Fundo Social Municipal	24,97	4,14	3,94	6,32	39,36
Participação fixa no IRS	174,94	8,83	7,81	11,96	203,55
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	26,64	3,79	1,99	6,26	38,69
Participação do IVA	25,54	1,38	2,66	1,26	30,85
Fundos comunitários correntes	25,03	0,69	0,57	0,45	26,75
Outras transferências correntes	92,68	12,77	12,95	15,48	133,88
Transferências Correntes	456,88	89,78	90,37	89,64	726,67
Fundo de Equilíbrio Financeiro	10,00	6,48	6,72	5,74	28,94
Cooperação Técnica e Financeira	0,75	0,36	0,17	0,90	2,18
Artigo 35º, nº 5 da Lei 73/2013	5,07	4,05	5,25	4,28	18,65
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	0,74	0,02	0,00	0,06	0,82
Fundos comunitários capital	34,77	11,95	17,39	12,93	77,05
Outras transferências de capital	22,96	0,12	0,12	1,17	24,37
Transferências de capital	74,30	22,97	29,66	25,07	152,00
Total de transferências	531,18	112,75	120,03	114,71	878,67

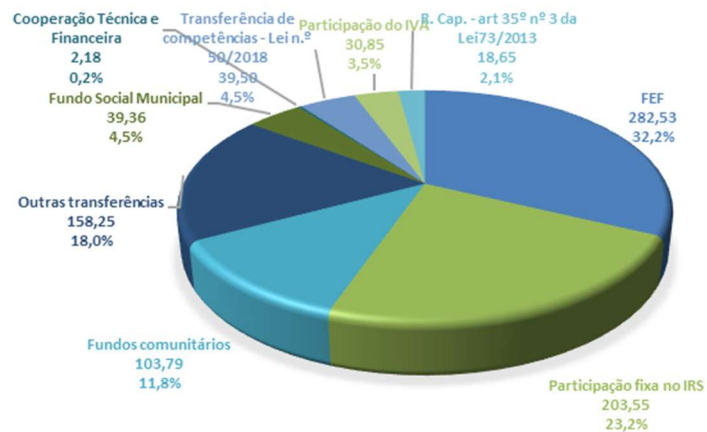
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 25 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2021

Transferências recebidas	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
FEF corrente	93,82	63,76	65,42	51,70	274,69
Fundo Social Municipal	24,97	4,14	3,94	6,44	39,49
Participação fixa no IRS	187,29	9,64	8,35	12,71	218,00
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	20,06	5,83	8,62	15,27	49,79
Participação do IVA	29,66	1,18	1,24	1,28	33,35
Fundos comunitários correntes	35,14	1,13	0,90	0,75	37,92
Outras transferências correntes	104,72	12,01	12,38	17,67	146,78
Transferências Correntes	495,65	97,68	100,86	105,82	800,01
Fundo de Equilíbrio Financeiro	10,78	7,10	7,28	6,05	31,21
Cooperação Técnica e Financeira	1,46	0,60	0,06	2,39	4,51
Artigo 35º, nº 5 da Lei 73/2013	5,80	3,74	5,37	5,94	20,86
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	0,85	0,02	0,00	0,02	0,89
Fundos comunitários capital	70,52	14,16	19,78	22,27	126,73
Outras transferências de capital	11,96	0,10	0,29	0,55	12,90
Transferências de capital	101,36	25,71	32,80	37,22	197,09
Total de transferências	597,01	123,40	133,66	143,04	997,10

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

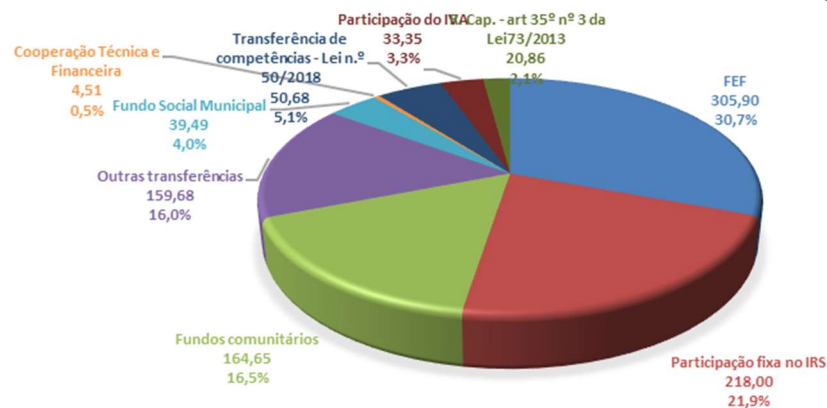
Gráfico 27 – Estrutura das transferências recebidas, RLVT – 2020



Unidade: M€, %

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 28 – Estrutura das transferências recebidas, RLVT – 2021



Unidade: M€, %

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

A maior parte das transferências foram recebidas no âmbito da participação nos impostos do Estado, em especial através do FEF corrente (28,9% em 2020 e 27,5% em 2021) e da participação fixa no IRS (23,2% em 2020 e 21,9% em 2021) e, em menor valor, do FSM e FEF de capital.

Como referido anteriormente, a partir de 2020 surgiu uma nova transferência, correspondente à participação do IVA, a qual tem representado acima de 3% do total de transferências recebidas.

Destaque também para o reforço que se tem vindo a evidenciar decorrente da transferência de competências para os municípios, rondando os 5% do total de transferências recebidas.

Refira-se também que o peso das transferências do orçamento de Estado é maior nos municípios com menor dimensão, o que evidencia a sua dependência das mesmas.

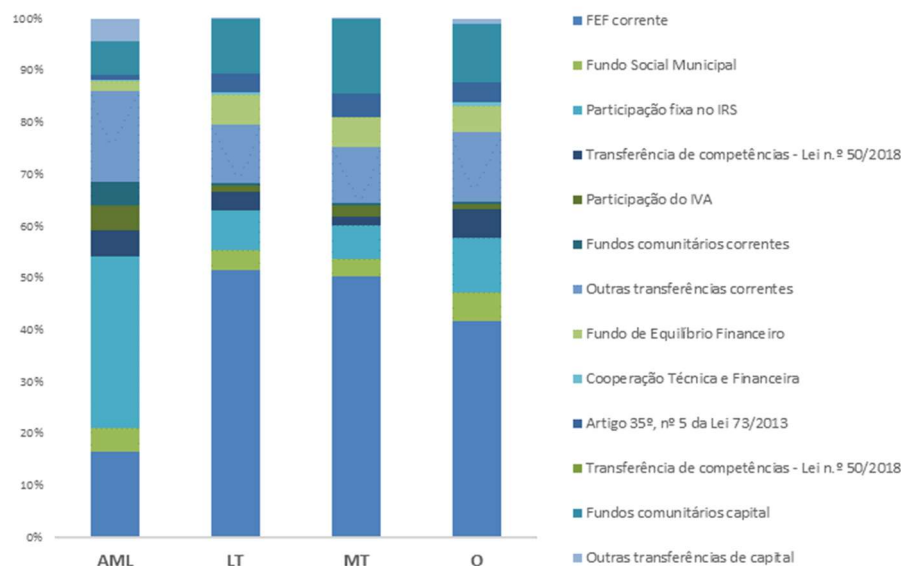
As transferências provenientes dos fundos comunitários, representando 11,8% e 16,5% do total de transferências, constituíram-se maioritariamente de capital (74,2% e 77,0%), respetivamente em 2020 e 2021.

A AML recebeu mais de metade das transferências recebidas pela totalidade dos municípios da RLVT (60,5% em 2020 e 59,9% em 2021), tendo sido transferido, em média, 13% para cada uma das outras NUTS III, em cada ano.

Na AML a maior componente de transferências recebidas provém da participação fixa no IRS³⁴ enquanto nas outras sub-regiões a maior transferência vem do FEF corrente.

Gráfico 29 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2020

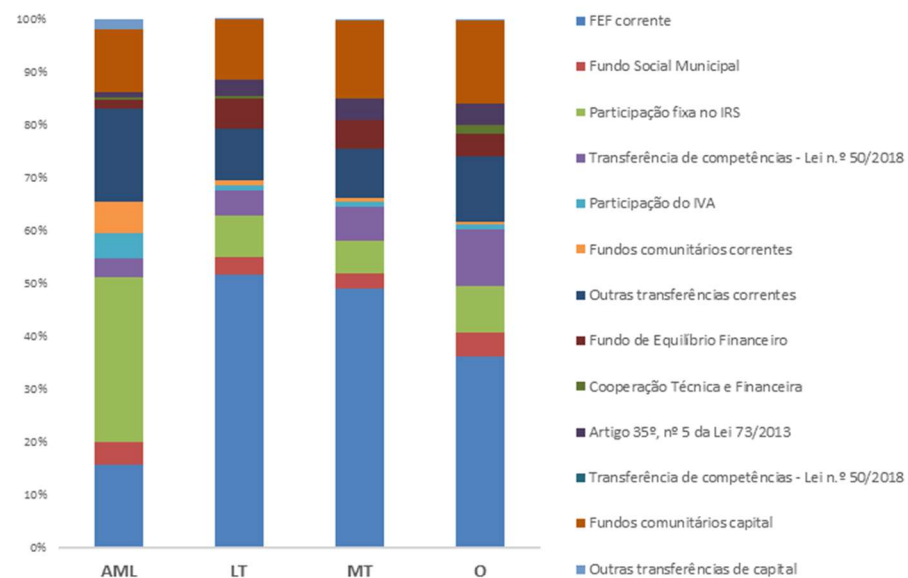
Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 30 – Estrutura das transferências recebidas, por NUTS III – 2021

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

³⁴ ATENTE-SE QUE OS MUNICÍPIOS DE LISBOA, CASCAIS E OEIRAS NÃO RECEBEM A SUBVENÇÃO GERAL NO ÂMBITO DO FEF NEM O EXCEDENTE, SENDO QUE AS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR ESTES MUNICÍPIOS, NO ÂMBITO DO IRS, REVELAM ELEVADA CAPACITAÇÃO NA COBRANÇA DESTE IMPOSTO.

1.2.4 PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro, representando 1,4% em 2020 e 3,1% em 2021 do total de receitas municipais da RLVT, ascendeu aos 52,71 M€ e aos 132,44 M€, das quais, 61,7% e 86,7%, respetivamente em 2020 e em 2021, resultaram do recurso a empréstimos a médio e longo prazo.

Em 2020, 23 municípios não tiveram quaisquer receitas provenientes do recurso ao crédito, diminuindo esse número para 20, em 2021.

Na Lezíria do Tejo, em 2020, recorreu-se em 61,0% a outros passivos financeiros que não empréstimos.

Tabela 26 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2020

Passivo financeiro	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Empréstimos a curto prazo	12,10	0,48	3,04	0,50	16,11
Empréstimos a médio e longo prazo	23,78	2,13	3,76	2,87	32,53
Outros passivos financeiros	0,00	4,06	0,00	0,00	4,06
Total passivo financeiro	35,88	6,66	6,79	3,37	52,71

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 27 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2021

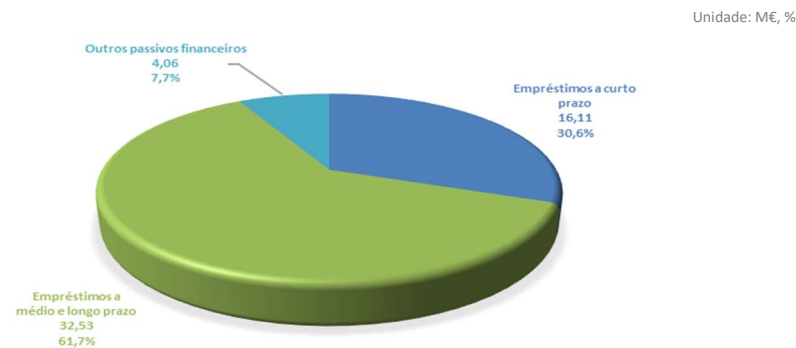
Passivo financeiro	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Empréstimos a curto prazo	12,80	0,00	3,00	0,95	16,75
Empréstimos a médio e longo prazo	96,13	2,34	5,70	10,72	114,88
Outros passivos financeiros	0,22	0,59	0,00	0,00	0,81
Total passivo financeiro	109,14	2,93	8,70	11,67	132,44

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

O aumento do passivo financeiro, entre 2020 e 2021, decorreu em larga medida do recurso a novos empréstimos contratualizados por municípios da AML e do Oeste³⁵.

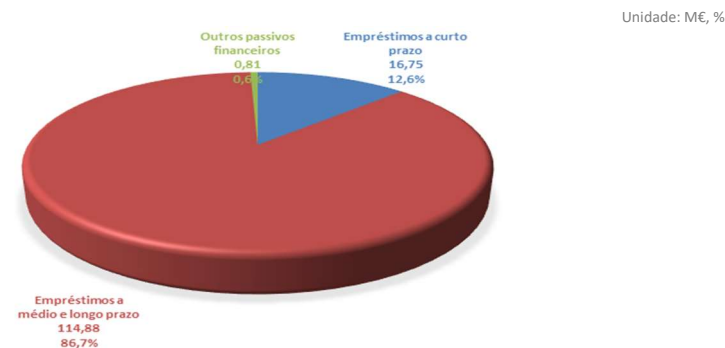
Já a Lezíria do Tejo, contrariando a dinâmica regional evidenciou descida no total do passivo financeiro, designadamente por conta dos outros passivos financeiros³⁶.

Gráfico 31 – Estrutura do passivo financeiro, RLVT – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 32 – Estrutura do passivo financeiro, RLVT – 2021



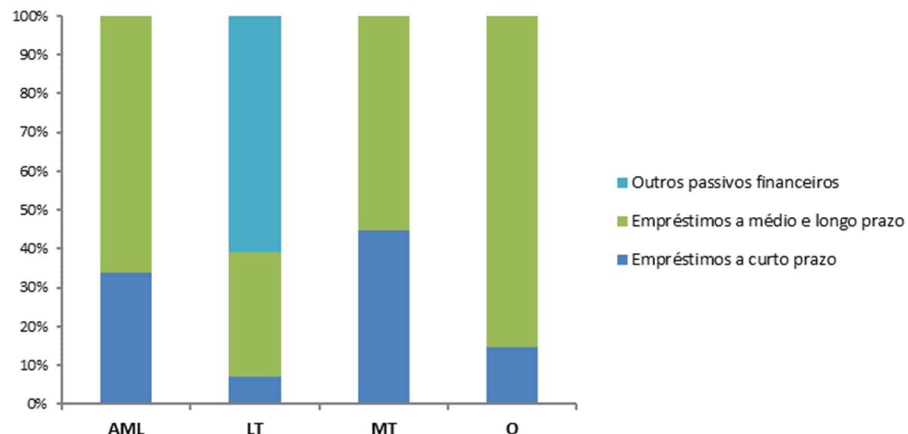
Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

³⁵ NO CASO DA AML, DESTAQUE PARA A SUBIDA DO RECURSO AO CRÉDITO CONTRATUALIZADO EM 2021 POR PARTE DOS MUNICÍPIOS DE LISBOA, PALMELA E SEIXAL. NO CASO DO OESTE REGISTO PARA OS MUNICÍPIOS DE LOURINHÃ, NAZARÉ, PENICHE E TORRES VEDRAS.

³⁶ NO CASO DA LEZÍRIA DO TEJO REGISTO PARA A DESCIDA NOS OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS EVIDENCIADA PELOS MUNICÍPIOS DE CORUCHE, SALVATERRA DE MAGOS E SANTARÉM.

Gráfico 33 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2020

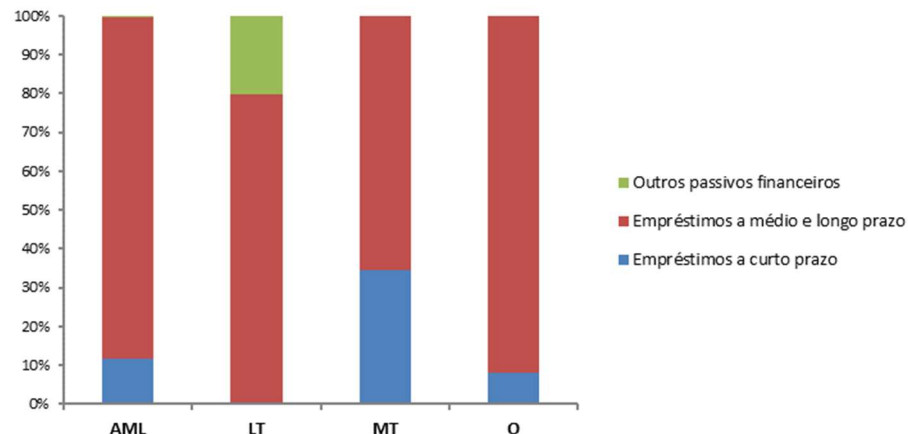
Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 34 – Estrutura do passivo financeiro, por NUTS III – 2021

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Em 2020, na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo o passivo financeiro representou cerca de 3% do total das suas receitas, rondando os 1% nas outras sub-regiões.

Em 2021, na AML, no Médio Tejo e no Oeste o peso do passivo financeiro situou-se à volta dos 3% do total das suas receitas, rondando os 1% na Lezíria do Tejo.

Do total do passivo financeiro regional, em 2020, 68,1% for contraído na AML, 12,9% no Médio Tejo, 12,6% na Lezíria do Tejo e 6,4% no Oeste.

Do total do passivo financeiro regional, em 2021, 82,4% for contraído na AML, 8,8% no Oeste, 6,6% no Médio Tejo e 2,2% na Lezíria do Tejo.

CAPÍTULO II – DESPESA MUNICIPAL

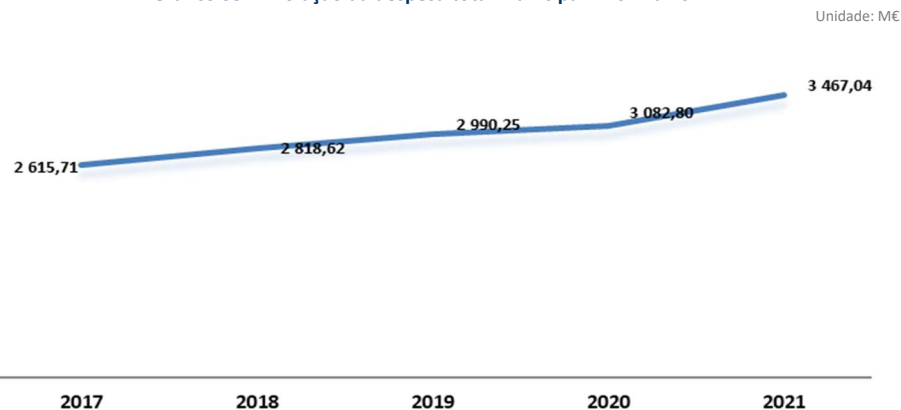
2.1 ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA MUNICIPAL – 2017 A 2021

2.1.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL

O ano de 2021 evidenciou um volume de despesas³⁷ pagas pelos municípios da região no valor de 3.467,04 M€, superior em +384,24 M€ face a 2020, correspondente a um acréscimo em +12,5%.

A subida das despesas foi contínua ao longo do período em análise, tendo crescido +32,5% quando comparados os exercícios financeiros de 2017 e de 2021, ou seja +851,33 M€.

Gráfico 35 – Evolução da despesa total municipal – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 28 – Evolução da despesa municipal, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/2021	2017/2021
AML	1 985,13	2 201,66	2 338,07	2 454,81	2 750,30	12,0	38,5
Lezíria do Tejo	219,87	199,99	197,41	185,64	203,53	9,6	-7,4
Médio Tejo	175,44	172,24	182,40	187,72	204,29	8,8	16,4
Oeste	235,28	244,72	272,37	254,63	308,92	21,3	31,3
RLVT	2 615,71	2 818,62	2 990,25	3 082,80	3 467,04	12,5	32,5

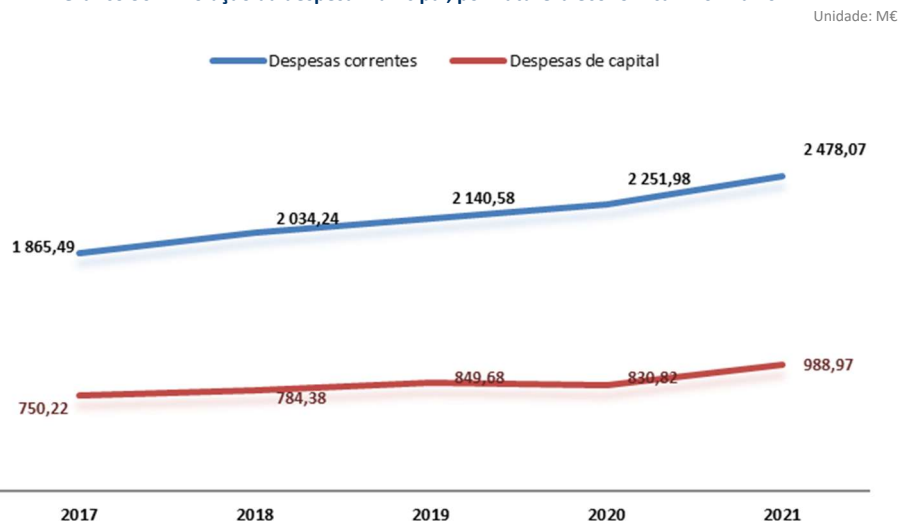
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Numa abordagem sub-regional sublinhe-se o crescimento genérico das despesas municipais em todas as NUTS III, entre 2017 e 2021 (exceção para a Lezíria do Tejo), confirmando a tendência regional, sendo que essa evolução não foi constante ao longo dos anos.

Na Lezíria do Tejo verificou-se uma descida anual contínua do volume de despesas pagas, até 2020, ano em que influiu esta tendência.

³⁷ O APURAMENTO E TRATAMENTO DAS DESPESAS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DESTE ESTUDO, TEVE POR BASE A CONSULTA AOS MAPAS DE DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA - DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS.

Gráfico 36 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

A dinâmica evolutiva das despesas totais no período em análise resultou da tendência apresentada:

- Despesas correntes - evidenciando-se um crescimento contínuo, decorrente, em grande medida, do aumento anual da despesa com o pessoal e das transferências correntes;
- Subida anual das despesas de capital, exceção ocorrida em 2020 (ano em que simultaneamente ocorre descida das transferências de capital e das despesas em passivos financeiros), essencialmente resultado do acréscimo contínuo ao nível da aquisição de bens de capital.

Entre 2020 e 2021, o aumento regional da despesa municipal não se verificou em todas as componentes de despesas:

- Aumentaram os valores de despesas pagas em pessoal (+7,2%), aquisição de bens e serviços (+8,7%), transferências correntes para outras entidades (+14,7%), subsídios (+41,2%), outras despesas correntes (+2,2%), aquisição de bens de capital (+32,6%) e transferências de capital (+2,9%);
- Diminuíram as despesas pagas pelos municípios ao nível de juros e outros encargos (-32,2%), ativos financeiros (-56,5%), passivos financeiros (-4,2%) e outras despesas de capital (-53,4%).

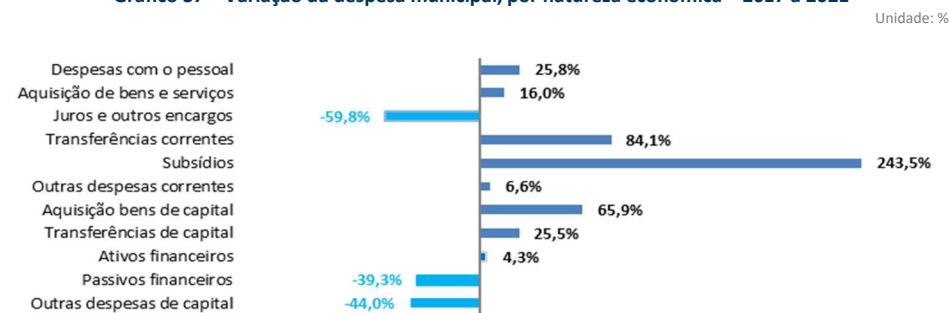
Tabela 29 – Evolução da despesa municipal, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: M€

Despesa municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/2021
Despesas com o pessoal	839,65	884,64	943,99	985,83	1 056,54	7,2	25,8
Aquisição bens e serviços	686,12	684,40	730,57	731,95	795,69	8,7	16,0
Juros e outros encargos	23,93	48,30	15,20	14,20	9,63	-32,2	-59,8
Transferências correntes	246,17	272,11	324,51	395,30	453,22	14,7	84,1
Subsídios	37,49	51,97	80,56	91,18	128,75	41,2	243,5
Outras despesas correntes	32,13	92,82	45,75	33,52	34,24	2,2	6,6
Despesas correntes	1 865,49	2 034,24	2 140,58	2 251,98	2 478,07	10,0	32,8
Aquisição bens de capital	451,03	463,29	532,10	564,26	748,45	32,6	65,9
Transferências de capital	81,68	65,45	141,57	99,66	102,52	2,9	25,5
Ativos financeiros	14,36	14,71	9,00	34,40	14,97	-56,5	4,3
Passivos financeiros	196,58	169,66	161,09	124,59	119,35	-4,2	-39,3
Outras despesas de capital	6,57	71,27	5,91	7,90	3,68	-53,4	-44,0
Despesas de capital	750,22	784,38	849,68	830,82	988,97	19,0	31,8
Despesa total	2 615,71	2 818,62	2 990,25	3 082,80	3 467,04	12,5	32,5

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 37 – Variação da despesa municipal, por natureza económica – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 30 – Evolução do peso da despesa municipal, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: %

Peso da despesa municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/2021	2017/2021
Despesas com o pessoal	32,1	31,4	31,6	32,0	30,5	-4,7	-5,1
Aquisição de bens e serviços	26,2	24,3	24,4	23,7	23,0	-3,3	-12,5
Juros e outros encargos	0,9	1,7	0,5	0,5	0,3	-39,7	-69,7
Transferências correntes	9,4	9,7	10,9	12,8	13,1	1,9	38,9
Subsídios	1,4	1,8	2,7	3,0	3,7	25,6	159,1
Outras despesas correntes	1,2	3,3	1,5	1,1	1,0	-9,2	-19,6
Despesas correntes	71,3	72,2	71,6	73,0	71,5	-2,2	0,2
Aquisição bens de capital	17,2	16,4	17,8	18,3	21,6	17,9	25,2
Transferências de capital	3,1	2,3	4,7	3,2	3,0	-8,5	-5,3
Ativos financeiros	0,5	0,5	0,3	1,1	0,4	-61,3	-21,3
Passivos financeiros	7,5	6,0	5,4	4,0	3,4	-14,8	-54,2
Outras despesas de capital	0,3	2,5	0,2	0,3	0,1	-58,6	-57,8
Despesas de capital	28,7	27,8	28,4	27,0	28,5	5,8	-0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Na evolução do peso dos principais agregados de despesas municipais, comparando 2017 com 2021, destaca-se:

- Diminuição do peso do pagamento das despesas com o pessoal de 32,1% para 30,5%;
- Diminuição do peso das aquisições de serviços, de 26,2% para 23,0%;
- Diminuição do peso de juros e outros encargos, de 0,9% para 0,3%;
- Diminuição do peso da amortização de empréstimos de 7,5% para 3,4%;
- Diminuição do peso das transferências de capital de 3,1% para 3,0%;
- Aumento do peso dos subsídios correntes de 1,4% para 3,7%;
- Aumento do peso das transferências correntes de 9,4% para 13,1%;
- Aumento do peso das aquisições de capital de 17,2% para 21,6%.

Uma outra abordagem, por grupos de despesa, permite observar o seguinte, entre 2017 e 2021:

- Crescimento contínuo por parte das despesas de pessoal, transferências correntes e subsídios e aquisição de bens e serviços (neste caso ocorreu uma ligeira descida em 2018);
- Tendência evolutiva alternada de descidas e subidas anuais por parte do investimento direto e indireto, registando-se em 2021 valores superiores aos de 2017;
- Descida contínua, a partir de 2017, do serviço de dívida³⁸.

Analisando o peso no total da despesa, destes grupos de despesa, constatou-se, no mesmo período:

- Os pesos de despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e serviço de dívida registam tendências predominantemente decrescentes;
- Os pesos de despesas em transferências correntes e subsídios, bem como do investimento direto e indireto evidenciaram um comportamento genericamente crescente.

Tabela 31 – Evolução da despesa municipal por grupos de despesa – 2017 a 2021

Despesa municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Unidade: M€	
						Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Despesas com o pessoal	839,65	884,64	943,99	985,83	1 056,54	7,2	25,8
Aquisição de bens e serviços	686,12	684,40	730,57	731,95	795,69	8,7	16,0
Transf correntes e subsídios	283,66	324,08	405,07	486,48	581,97	19,6	105,2
Investimento direto e indireto	532,71	528,74	673,67	663,93	850,97	28,2	59,7
Serviço de dívida	220,51	217,96	176,29	138,79	128,97	-7,1	-41,5
Outras despesas	53,06	178,80	60,67	75,83	52,90	-30,2	-0,3
Despesa total	2 615,71	2 818,62	2 990,25	3 082,80	3 467,04	12,5	32,5

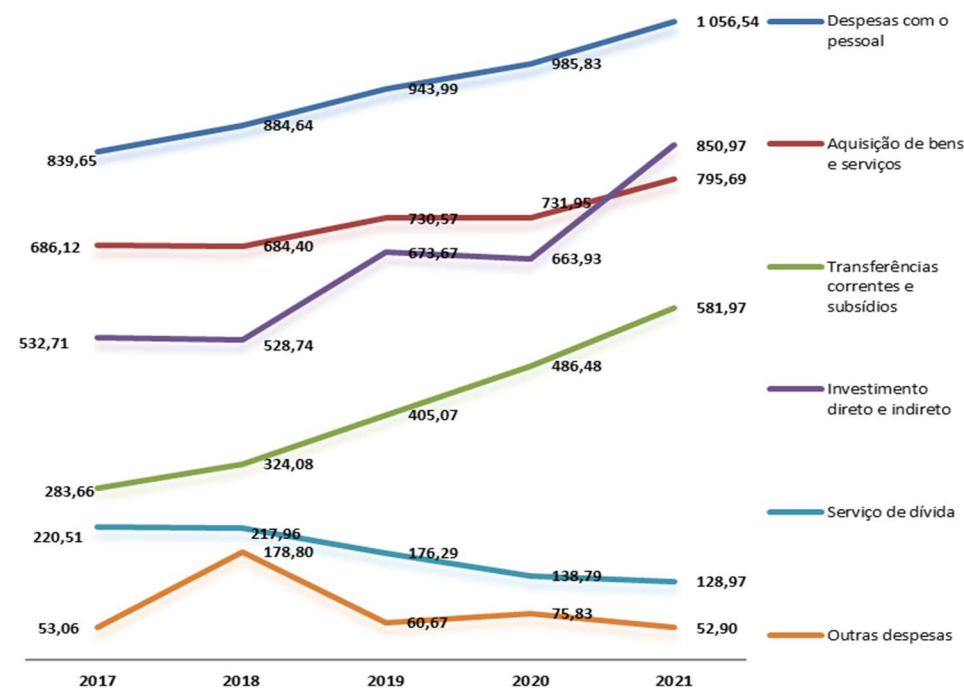
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 32 – Evolução do peso da despesa municipal por grupos de despesa – 2017 a 2021

Peso da despesa municipal	2017	2018	2019	2020	2021	Unidade: %	
						Variação (%)	
						2020/21	2017/2021
Despesas com o pessoal	32,1	31,4	31,6	32,0	30,5	-4,7	-5,1
Aquisição de bens e serviços	26,2	24,3	24,4	23,7	23,0	-3,3	-12,5
Transferências correntes e subsídios	10,8	11,5	13,5	15,8	16,8	6,4	54,8
Investimento direto e indireto	20,4	18,8	22,5	21,5	24,5	14,0	20,5
Serviço de dívida	8,4	7,7	5,9	4,5	3,7	-17,4	-55,9
Outras despesas	2,0	6,3	2,0	2,5	1,5	-38,0	-24,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 38 – Evolução da despesa municipal por grupo de despesa – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

³⁸ O SERVIÇO DE DÍVIDA É AQUI DEFINIDO NA ÓTICA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA, RESULTADO DO SOMATÓRIO DE JUROS E OUTROS ENCARGOS COM OS PASSIVOS FINANCEIROS.

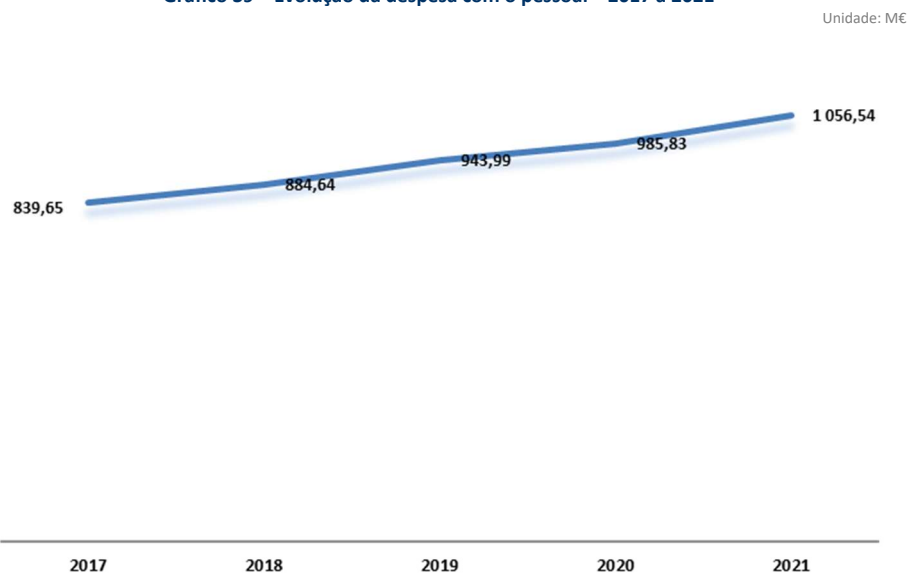
2.1.2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL

Entre 2017 e 2021, as despesas com o pessoal registaram uma tendência sempre crescente, aumentando +216,89 M€ (+25,8%), subindo em todas as NUTS III, tendência que também se verificou entre 2020 e 2021, registando-se um acréscimo regional de +70,71 M€ (+7,2%).

A tendência de crescimento em valor absoluto por parte das despesas com o pessoal não se reformulou no respetivo peso relativamente ao total de despesas municipais.

Variando este peso entre os 30,5% registados em 2021 e os 31,4% registados em 2018, evidenciou-se uma descida no peso destes gastos, entre 2017 e 2021, em -5,1%, resultado do peso acrescido que as despesas com investimento e as transferências e subsídios correntes conseguiram alcançar.

Gráfico 39 – Evolução da despesa com o pessoal – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 33 – Evolução da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/2021
AML	660,67	693,54	736,38	771,42	816,70	5,9	23,6
Lezíria do Tejo	59,41	62,64	67,31	67,34	72,83	8,2	22,6
Médio Tejo	52,36	55,81	61,22	62,54	68,68	9,8	31,2
Oeste	67,20	72,65	79,08	84,52	98,32	16,3	46,3
RLVT	839,65	884,64	943,99	985,83	1 056,54	7,2	25,8

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

As despesas com o pessoal, comparados os exercícios financeiros de 2017 e 2021, cresceram +25,8% na RLVT: +23,6% na AML, +22,6% na Lezíria do Tejo, +31,2% no Médio Tejo e +46,3% no Oeste.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que as despesas com o pessoal representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos flutuações ao longo do período em análise, sendo que o maior e o menor peso se registaram na Lezíria do Tejo – 36,3% (2020) e 27,0% (2017). Em 2021, o peso foi de 30,5% na RLVT, sendo de 32,1% em 2017.

Gráfico 40 – Evolução do peso da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

2.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

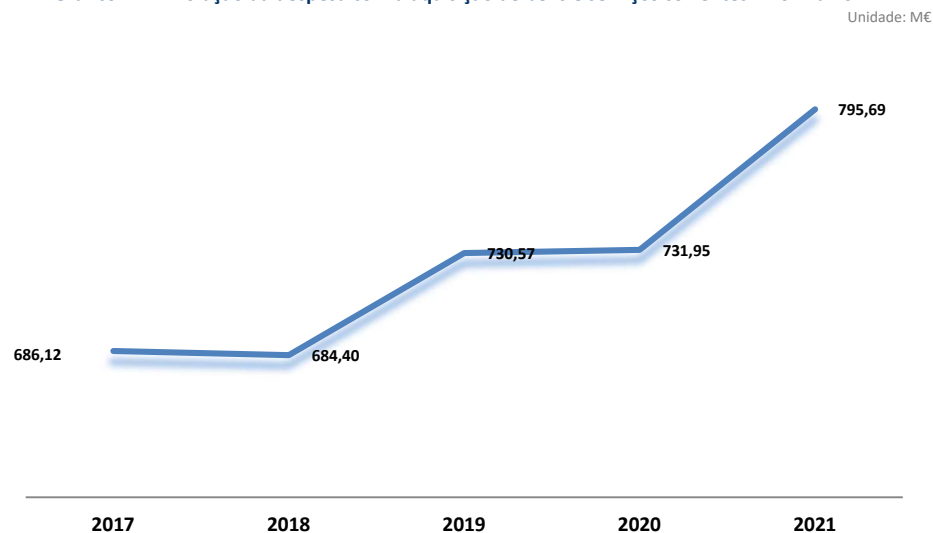
Entre 2017 e 2021, as despesas com a aquisição de bens e serviços correntes registaram um crescimento contínuo no conjunto da RLVT, rondando os 686,12 M€, em 2017, e os 795,69 M€, em 2021 (+109,57 M€, +16,0%).

O crescimento regional deste agregado não se refletiu no Médio Tejo, onde se constatou descida destas despesas municipais entre 2017 e 2021 (-12,3%), sendo irregulares as tendências evolutivas registadas anualmente nas outras NUTS III, mas culminando em subidas quando comparados aqueles 2 exercícios financeiros.

A tendência de crescimento em valor absoluto por parte destas despesas não se confirmou no respetivo peso relativamente ao total de despesas municipais.

Variando o peso das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes entre os 23,0% registados em 2021 e os 26,2% registados em 2017, evidenciou-se uma descida no peso destes gastos, em -12,5%, resultado do peso acrescido que as despesas com investimento e as transferências e subsídios conseguiram alcançar.

Gráfico 41 – Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 34 – Evolução da despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	513,74	510,90	541,89	576,78	618,65	7,3	20,4
Lezíria do Tejo	47,41	47,49	50,37	43,59	51,60	18,4	8,8
Médio Tejo	50,78	50,13	49,32	40,08	44,54	11,1	-12,3
Oeste	74,19	75,88	88,99	71,50	80,90	13,1	9,0
RLVT	686,12	684,40	730,57	731,95	795,69	8,7	16,0

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Em termos relativos, ao nível de cada NUTS III, as tendências são distintas, sendo que o menor peso se registou no Médio Tejo (21,4%) em 2020 e o maior no Oeste (32,7%) em 2019. Em 2020 o peso das despesas com a aquisição de bens e serviços foi de 23,7% na RLVT e, em 2019, foi de 24,4%.

Gráfico 42 – Evolução do peso da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes, por NUTS III – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

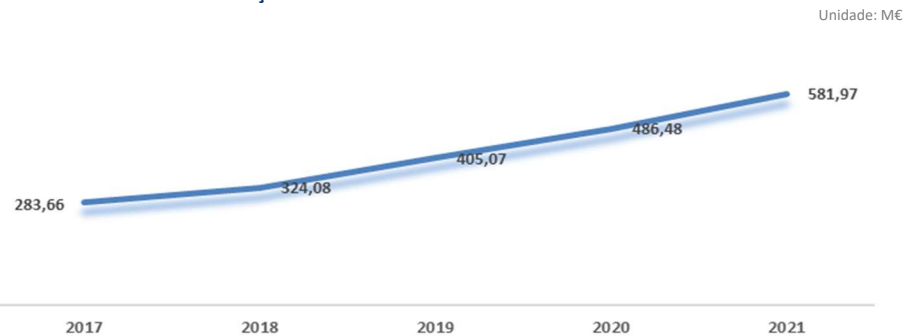
2.1.4 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

Este agregado, composto pelas transferências correntes e subsídios, evidencia um contínuo crescimento, à escala de região, entre 2017 e 2021, atingindo no final do período o valor de 581,97 M€ (+298,31 M€ face a 2017), correspondente a uma variação positiva de +105,2%, tendo por suporte a dinâmica observada em todas as sub-regiões, em especial na AML (+115,8%).

O acréscimo contínuo das despesas pagas em transferências correntes foi reforçado com a mesma tendência revelada por parte dos subsídios atribuídos a outras entidades.

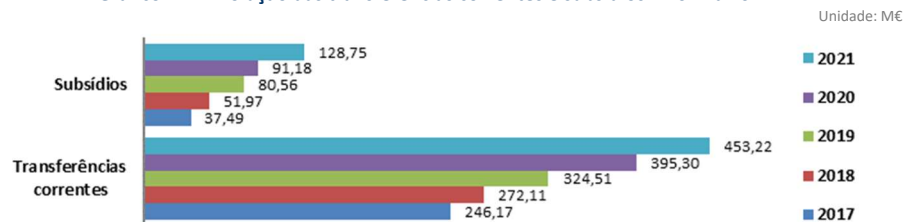
Em termos relativos, quando consideramos o peso que estas despesas representam no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos flutuações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou em 2021 (18,5% na AML) e o menor peso em 2017 (6,3% no Médio Tejo). Na RLVT, em 2021, o peso foi de 16,8% e, em 2017, foi de 10,8%.

Gráfico 43 – Evolução das transferências correntes e subsídios – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 44 – Evolução das transferências correntes e subsídios – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 35 – Evolução das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020-2021	2017-2021
AML	235,40	273,17	350,11	420,80	507,99	20,7	115,8
Lezíria do Tejo	14,54	15,65	16,38	19,06	20,06	5,2	38,0
Médio Tejo	11,10	11,90	12,14	14,68	17,92	22,1	61,4
Oeste	22,62	23,36	26,44	31,94	35,99	12,7	59,1
RLVT	283,66	324,08	405,07	486,48	581,97	19,6	105,2

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Apesar da evolução irregular, o peso das despesas em transferências correntes e subsídios concedidos a outras entidades cresceu em todas as NUTS III entre 2017 e 2021 e face ao ano transato, com exceção para a Lezíria do Tejo e o Oeste.

Gráfico 45 – Evolução do peso da despesa com transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2017 a 2021



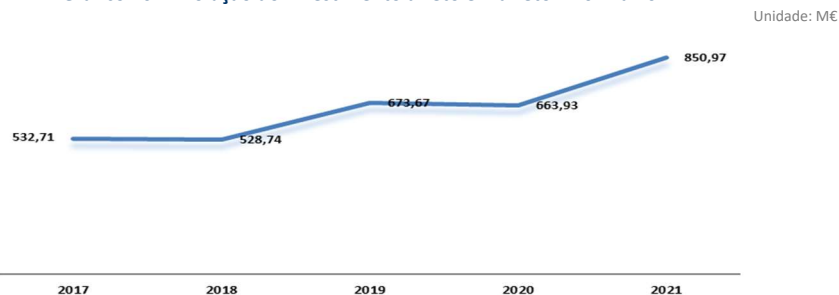
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

2.1.5 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

Estas despesas com o investimento - direto (aquisição de bens de capital) e indireto (transferências de capital) - registaram descidas e subidas anuais alternadas, ao longo do período, sendo que, em 2021, este agregado foi superior em +318,26 M€ ao valor de 2017 (+59,7%), atingindo os 850,97 M€. Atente-se que a dinâmica parcelar evolutiva entre as componentes do investimento foi diferente, com crescimento contínuo evidenciado pela aquisição de bens de capital e alternância de ciclos de descida e subida registada pelas transferências de capital para outras entidades.

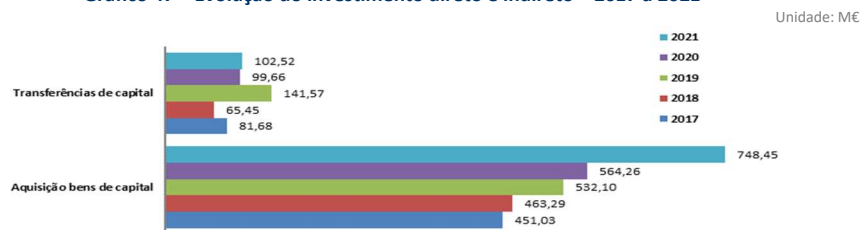
Os exercícios financeiros de 2019 e de 2021 evidenciaram picos no volume de investimento realizado, influenciados pelo crescimento revelado na AML tanto ao nível do investimento direto quanto no indireto³⁹.

Gráfico 46 – Evolução do investimento direto e indireto – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 47 – Evolução do investimento direto e indireto – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

³⁹ ENTRE 2018 E 2019, O AUMENTO SIGNIFICATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DOS MUNICÍPIOS PARA OUTRAS ENTIDADES (DE 65,45 M€ PARA 141,57 M€, NA RLVT), TEVE POR SUPORTE O ACRÉSCIMO SIGNIFICATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL,

Em termos relativos, ao considerarmos o peso destas despesas no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise, sendo que o maior peso se registou em 2020, no Médio Tejo (28,6%) e o menor peso na Lezíria do Tejo (13,2%) em 2017. Em 2020, o peso foi de 21,5% na RLVT (quase ¼ do total das despesas), e em 2017 foi de 20,4%.

Tabela 36 – Evolução do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2017 a 2021

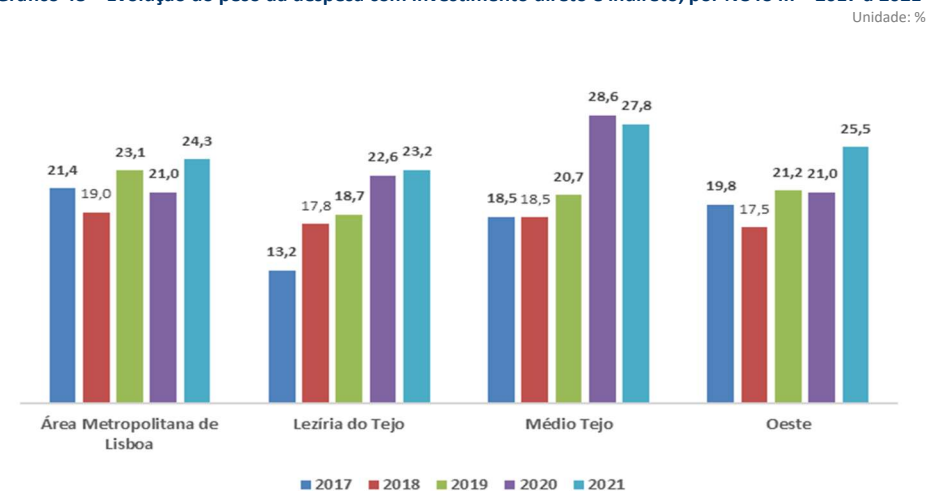
Unidade: M€

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017-2021
AML	424,55	418,51	541,19	514,66	668,25	29,8	57,4
Lezíria do Tejo	29,06	35,63	37,00	42,04	47,25	12,4	62,6
Médio Tejo	32,52	31,83	37,81	53,76	56,70	5,5	74,4
Oeste	46,58	42,76	57,68	53,46	78,76	47,3	69,1
RLVT	532,71	528,74	673,67	663,93	850,97	28,2	59,7

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Constatando-se uma evolução irregular ao longo do período, o peso do investimento direto e indireto cresceu em todas as NUTS III entre 2018 e 2019, sendo que, entre 2015 e 2019, o Médio Tejo revelou uma queda deste agregado (-2,7%) bem como o Oeste (-5,1%).

Gráfico 48 – Evolução do peso da despesa com investimento direto e indireto, por NUTS III – 2017 a 2021



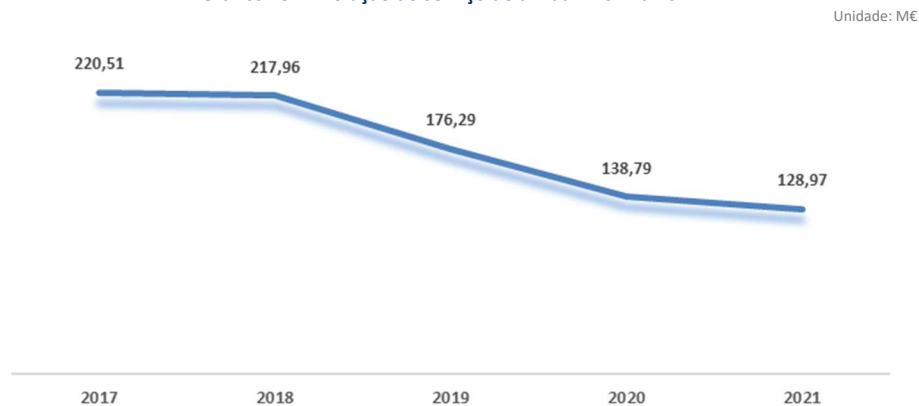
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

DESIGNADAMENTE TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS E PARA SERVIÇOS AUTÓNOMOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, BEM COMO INCREMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS.

2.1.6 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA

Ao nível regional, as despesas com o serviço de dívida (conjunto das despesas pagas em juros e outros encargos e passivos financeiros) registaram uma queda em -91,54 M€, (-41,5%), entre 2017 e 2021, associada à redução generalizada destas despesas em todas as sub-regiões, nomeadamente ao nível da descida dos encargos com juros e das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo.

Gráfico 49 – Evolução do serviço de dívida – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

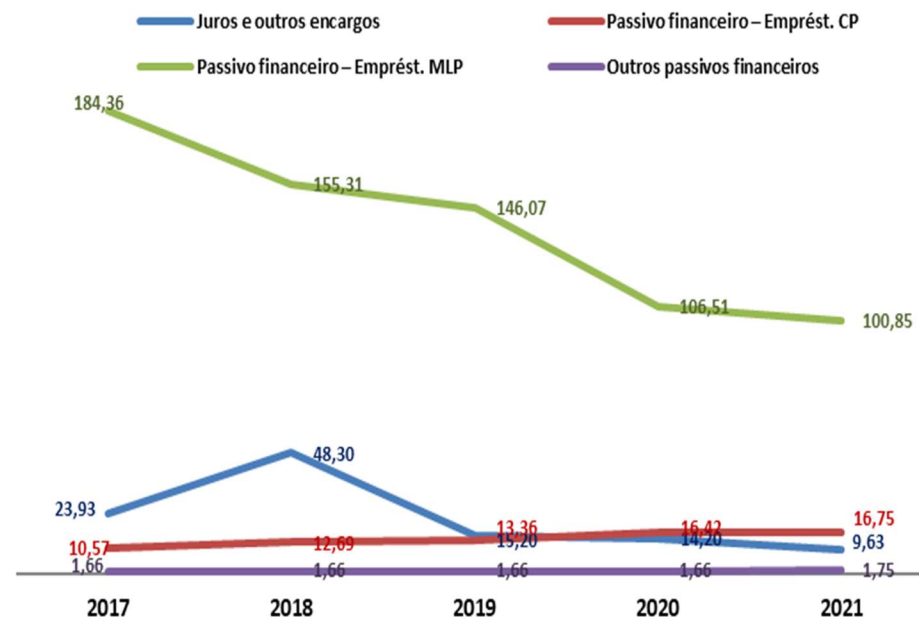
Tabela 37 – Evolução do serviço de dívida, por natureza económica – 2017 a 2021

Serviço da dívida	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017/21
Juros e outros encargos	23,93	48,30	15,20	14,20	9,63	-32,2	-59,8
Passivo financeiro – Emprést. CP	10,57	12,69	13,36	16,42	16,75	2,0	58,5
Passivo financeiro – Emprést. MLP	184,36	155,31	146,07	106,51	100,85	-5,3	-45,3
Outros passivos financeiros	1,66	1,66	1,66	1,66	1,75	5,4	5,4
Passivo financeiro	196,58	169,66	161,09	124,59	119,35	-4,2	-39,3
Total do serviço de dívida	220,51	217,96	176,29	138,79	128,97	-7,1	-41,5

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 50 – Evolução dos principais agregados serviço de dívida, por natureza económica – 2017 a 2021

Unidade: M€



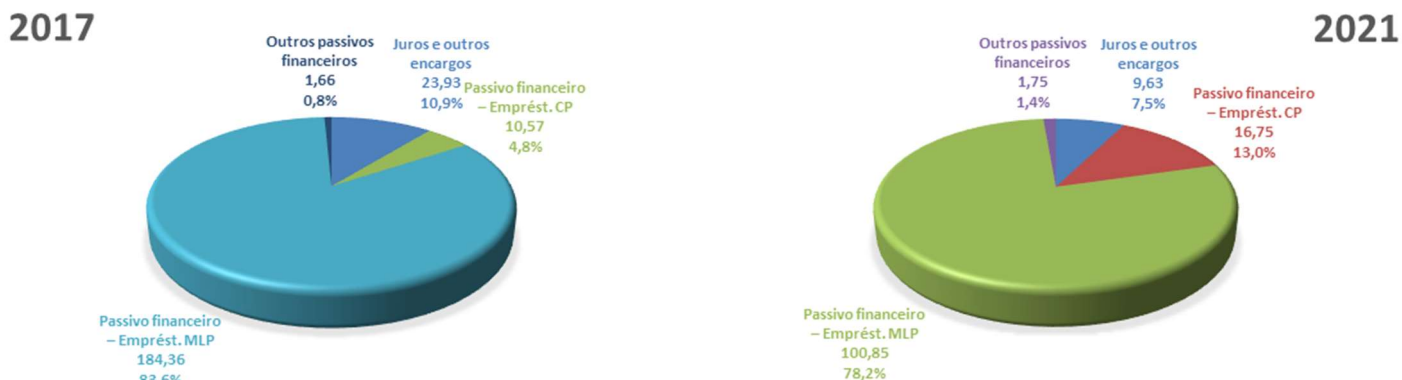
Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Analisando as componentes que integram o serviço de dívida, de referir:

- A descida, a partir de 2018, do pagamento de juros e outros encargos financeiros, registando-se em 2021 valores inferiores em -59,8% aos de 2017;
- Descida anual contínua das despesas com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, apresentando, em 2021, registos significativamente inferiores aos de 2017 (-45,3%);
- Evolução diferente foi evidenciada pelas despesas com amortizações de empréstimos de curto prazo, as quais subiram progressivamente ao longo do período em análise, revelando em 2021 valores superiores em +58,5% aos de 2017.

Gráfico 51 – Evolução da estrutura de serviço de dívida – 2017 a 2021

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Em 2017, a fatia das amortizações de empréstimos a médio e longo prazo correspondia a 83,6% do total de serviço de dívida, diminuindo para quase 78,2% em 2021. Em contraponto, as amortizações de empréstimos a curto prazo cresceram de um peso no total do serviço de dívida de 4,8% para 13,0%.

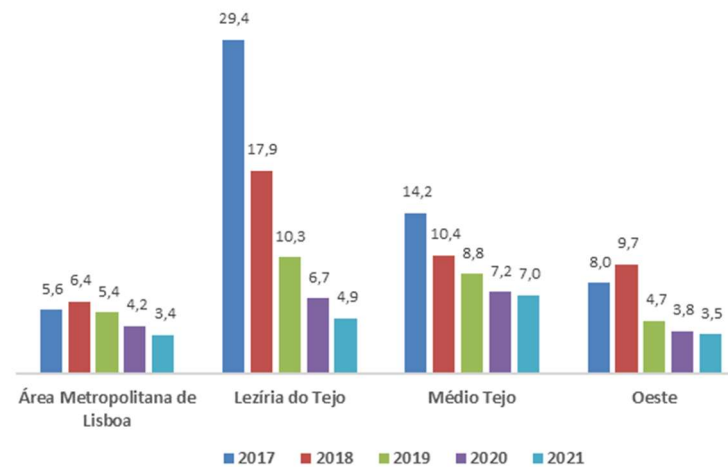
O peso das despesas com o pagamento de juros e outros encargos financeiros prazo evidenciou descida ao longo do período em análise, sendo de 10,9% em 2017 e de 7,5% em 2021.

Em termos relativos, quando consideramos o peso que o serviço de dívida representa no total de despesas municipais de cada NUTS III, verificamos oscilações ao longo do período em análise. O maior peso foi registado em 2017 registando-se um serviço de dívida que ultrapassou ¼ das despesas municipais da Lezíria do Tejo (29,4%) e o menor peso (3,4%) registado na AML, em 2021. Em 2017 o peso na RLVT foi de 8,4% e em 2021 foi de 3,7%.

As despesas com o serviço de dívida, entre 2017 e 2021, apresentaram uma evolução favorável em todas as sub-regiões, tendo descido -16,1% no conjunto dos municípios da AML, registando-se também queda em -84,6% na Lezíria do Tejo, em -42,9% no Médio Tejo e em -42,8% no Oeste.

Gráfico 52 – Evolução do peso da despesa com o serviço de dívida, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 38 – Evolução do serviço de dívida, por NUTS III – 2017 a 2021

NUTS III	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (%)	
						2020/21	2017-2021
AML	112,01	140,46	127,07	103,27	93,99	-9,0	-16,1
Lezíria do Tejo	64,75	35,88	20,31	12,37	9,98	-19,3	-84,6
Médio Tejo	24,91	17,97	16,10	13,59	14,22	4,7	-42,9
Oeste	18,84	23,65	12,80	9,56	10,78	12,7	-42,8
RLVT	220,51	217,96	176,29	138,79	128,97	-7,1	-41,5

Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

2.2 ANÁLISE DA DESPESA MUNICIPAL – 2020 E 2021

2.2.1 DESPESA TOTAL

As despesas municipais na RLVT ascenderam aos 3.082,80 M€, em 2020, crescendo para os 3.467,04 M€, em 2021 (+384,24 M€, +12,5%), sendo que mais de ¼ foram pagas pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

A grande amplitude revela a heterogeneidade de situações na gestão municipal:

- O valor de despesas pagas por Lisboa representa acima de ¼ do valor total de despesas municipais da RLVT, seguindo-se Cascais, equivalente a cerca de 26% das despesas pagas em Lisboa, 7% das despesas totais da RLVT, valores muito díspares do valor mais baixo registado em Constância;
- A amplitude das despesas municipais foi muito significativa, diferença entre o maior e menor registo rondando os 836 M€ em 2020 e os 953 M€ em 2021;
- Apenas 5 municípios – Lisboa, Cascais, Oeiras, Sintra e Loures, correspondentes a 10% dos municípios da região, concentraram 51,1% do total de despesas municipais, mais de metade das despesas municipais regionais, sendo que 34 municípios, correspondentes a 65% dos municípios da RLVT, concentram apenas 19%, tanto em 2020 como em 2021.

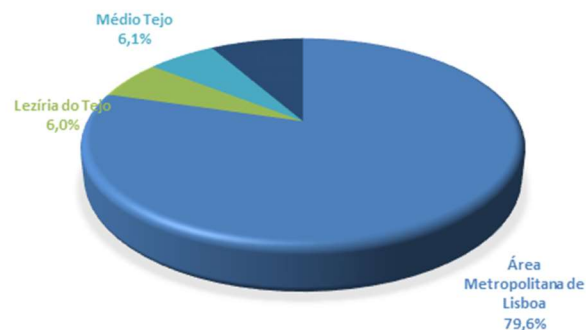
Tabela 39 – Composição da despesa municipal, por NUTS III – 2020

Despesa municipal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	771,42	67,34	62,54	84,52	985,83
Aquisição de bens e serviços correntes	576,78	43,59	40,08	71,50	731,95
Juros e outros encargos	10,48	1,53	0,78	1,42	14,20
Transferências correntes	332,77	16,98	14,63	30,92	395,30
Subsídios	88,03	2,08	0,05	1,02	91,18
Outras despesas correntes	27,37	1,00	2,01	3,15	33,52
Aquisição bens de capital	429,64	39,30	50,21	45,11	564,26
Transferências de capital	85,03	2,74	3,55	8,35	99,66
Ativos financeiros	33,20	0,14	0,72	0,34	34,40
Passivos financeiros	92,79	10,84	12,81	8,15	124,59
Outras despesas de capital	7,32	0,08	0,34	0,16	7,90
Despesa total	2 454,81	185,64	187,72	254,63	3 082,80

Unidade: M€

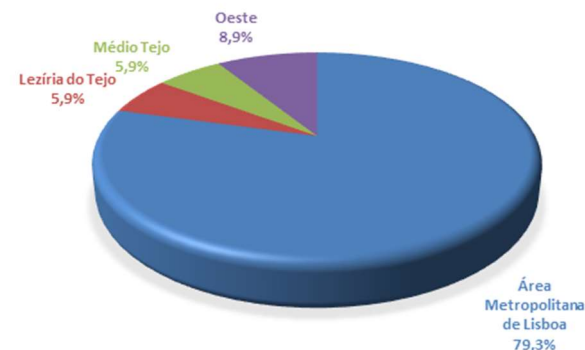
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 53 – Despesa total dos municípios da RLVT, por NUTS III – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 54 – Despesa total dos municípios da RLVT, por NUTS III – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 40 – Composição da despesa municipal, por NUTS III – 2021

Despesa municipal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	816,70	72,83	68,68	98,32	1 056,54
Aquisição de bens e serviços correntes	618,65	51,60	44,54	80,90	795,69
Juros e outros encargos	5,57	1,27	0,72	2,07	9,63
Transferências correntes	384,23	18,09	16,78	34,12	453,22
Subsídios	123,76	1,97	1,14	1,87	128,75
Outras despesas correntes	26,42	1,70	2,09	4,02	34,24
Aquisição bens de capital	584,84	43,28	53,05	67,28	748,45
Transferências de capital	83,41	3,97	3,65	11,48	102,52
Ativos financeiros	14,77	0,10	0,10	0,01	14,97
Passivos financeiros	88,41	8,72	13,50	8,71	119,35
Outras despesas de capital	3,53	0,00	0,02	0,13	3,68
Despesa total	2 750,30	203,53	204,29	308,92	3 467,04

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

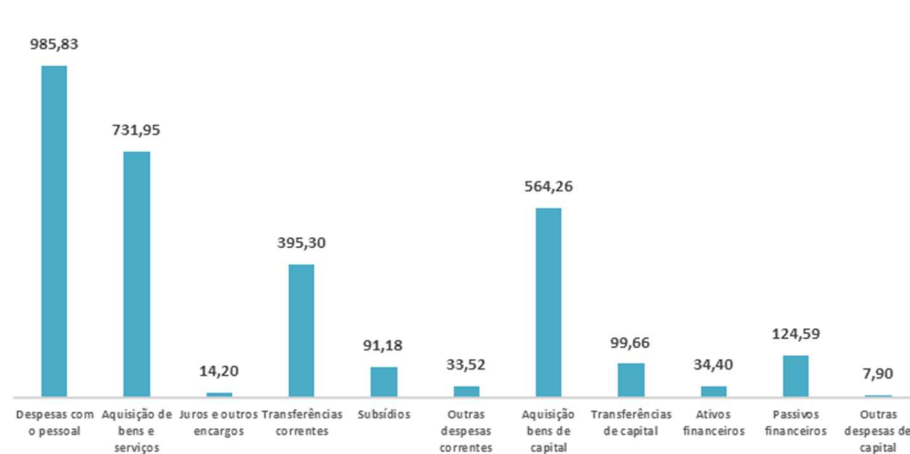
Os principais destinos da despesa municipal, na RLVT, ocorreram com o pagamento de despesas com o pessoal (32,0% em 2020 e 30,5% em 2021), aquisição de bens e serviços (23,7% em 2020 e 23,0% em 2021), aquisição de bens de capital (18,3% em 2020 e 21,6% em 2021), transferências correntes (12,8% em 2020 e 13,1% em 2021) e passivos financeiros (4,0% em 2020 e 3,4% em 2021).

Cada sub-região apresentou situações distintas nas principais fontes de financiamento:

- Em todas as sub-regiões as despesas com maior peso do total das despesas foram as que resultaram de pagamentos com o pessoal;
- Na Área Metropolitana de Lisboa, na Lezíria do Tejo e no Oeste as despesas com a aquisição de bens e serviços evidenciaram o segundo maior peso nas despesas, sendo esta posição ocupada pela aquisição de bens de capital no caso do conjunto de municípios do Médio Tejo;
- A terceira maior aplicação de despesas foi, em todas as sub-regiões, à exceção do Médio Tejo (neste caso aquisição de bens e serviços), para a aquisição de bens de capital;
- Em todas as sub-regiões, o quarto maior agregado de despesas incidiu sobre as transferências correntes para outras entidades, seguindo-se os subsídios correntes na AML, e os passivos financeiros, nas outras NUTS III.

Gráfico 55 – Composição da despesa municipal – 2020

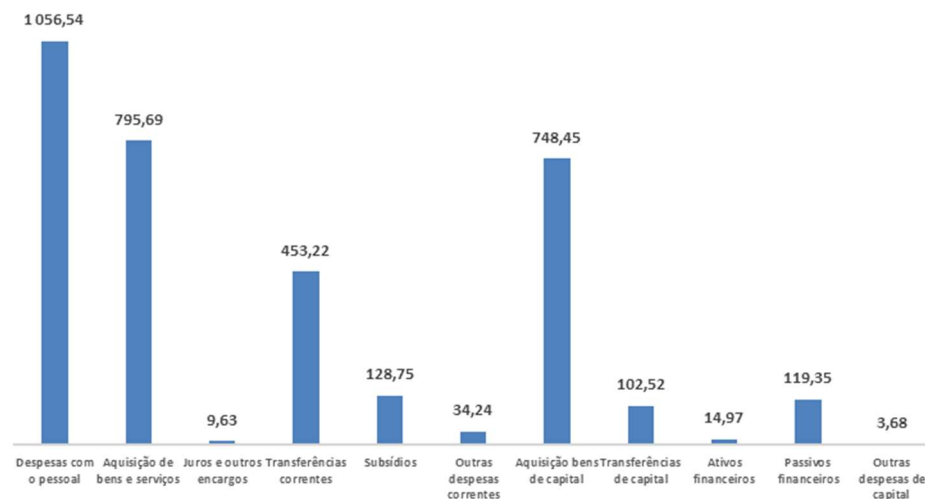
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 56 – Composição da despesa municipal – 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Tabela 41 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2020

Peso da despesa municipal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	31,4	36,3	33,3	33,2	32,0
Aquisição de bens e serviços	23,5	23,5	21,4	28,1	23,7
Juros e outros encargos	0,4	0,8	0,4	0,6	0,5
Transferências correntes	13,6	9,1	7,8	12,1	12,8
Subsídios	3,6	1,1	0,0	0,4	3,0
Outras despesas correntes	1,1	0,5	1,1	1,2	1,1
Aquisição bens de capital	17,5	21,2	26,7	17,7	18,3
Transferências de capital	3,5	1,5	1,9	3,3	3,2
Ativos financeiros	1,4	0,1	0,4	0,1	1,1
Passivos financeiros	3,8	5,8	6,8	3,2	4,0
Outras despesas de capital	0,3	0,0	0,2	0,1	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

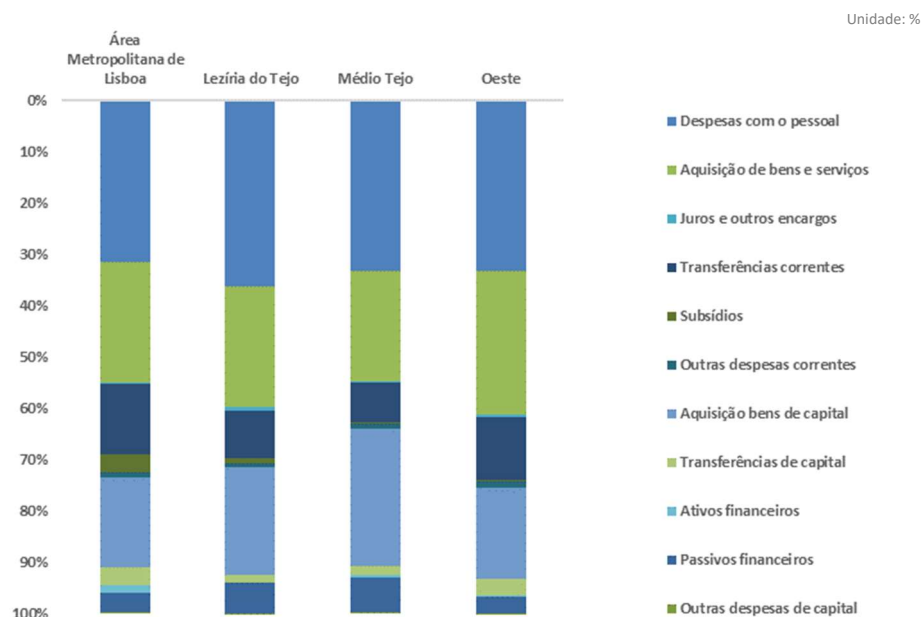
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 42 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2021

Peso da despesa municipal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Despesas com o pessoal	29,7	35,8	33,6	31,8	30,5
Aquisição de bens e serviços	22,5	25,4	21,8	26,2	23,0
Juros e outros encargos	0,2	0,6	0,4	0,7	0,3
Transferências correntes	14,0	8,9	8,2	11,0	13,1
Subsídios	4,5	1,0	0,6	0,6	3,7
Outras despesas correntes	1,0	0,8	1,0	1,3	1,0
Aquisição bens de capital	21,3	21,3	26,0	21,8	21,6
Transferências de capital	3,0	2,0	1,8	3,7	3,0
Ativos financeiros	0,5	0,0	0,0	0,0	0,4
Passivos financeiros	3,2	4,3	6,6	2,8	3,4
Outras despesas de capital	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

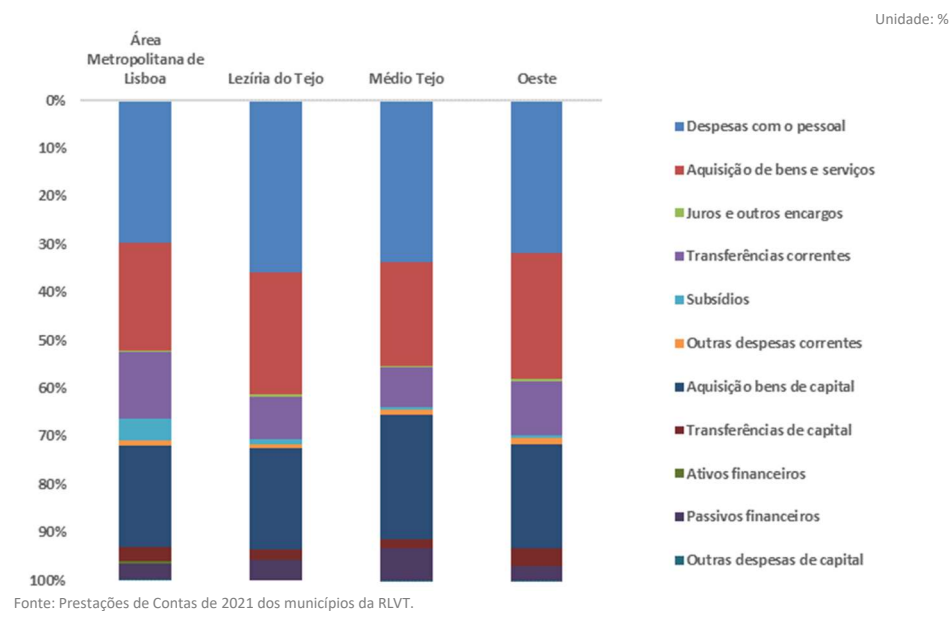
Gráfico 57 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2020



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Analisando as despesas registadas pelo conjunto dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, evidencia-se, tal como ocorre ao nível das receitas municipais, o peso que representam no total dos 52 municípios da área de atuação da RLVT.

Gráfico 58 – Estrutura da despesa municipal, por NUTS III – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

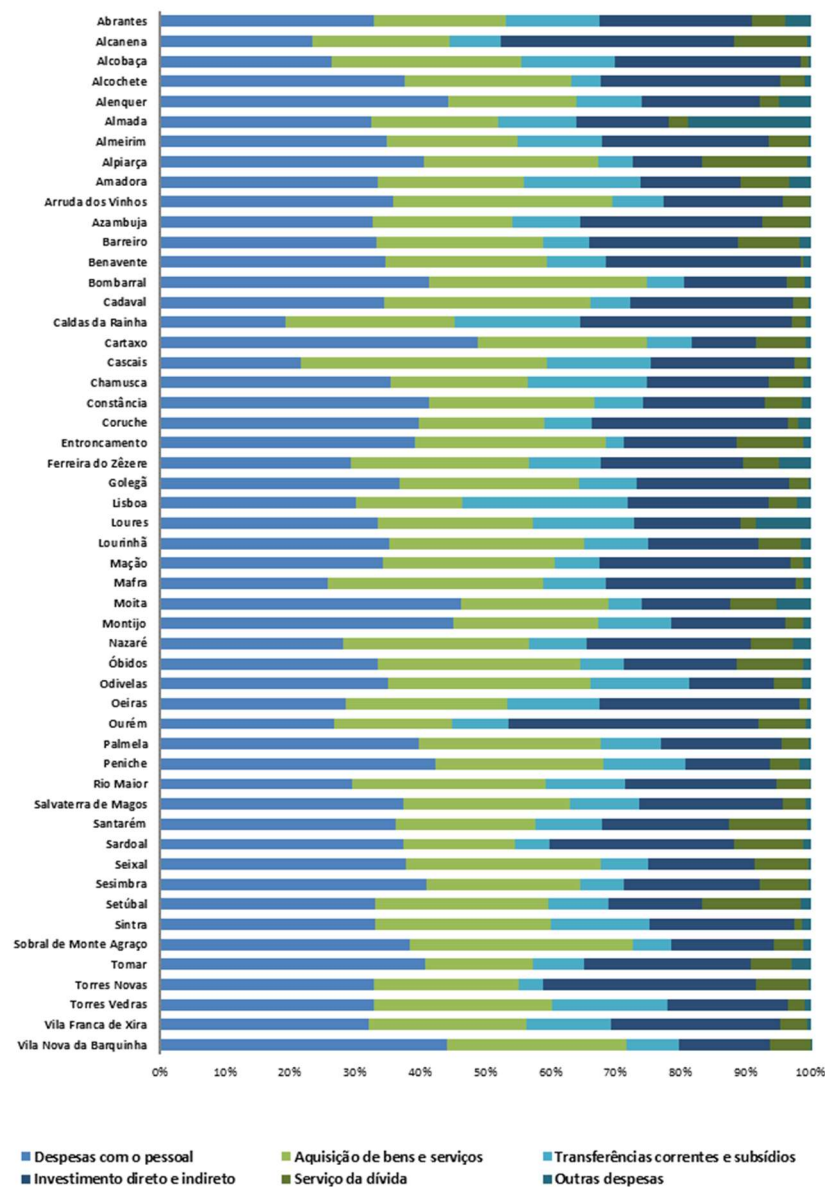
As tabelas seguintes evidenciam heterogeneidade no montante e composição das despesas municipais por grandes agregados, respetivamente em 2020 e em 2021, muito reveladora de situações distintas que caracterizam a administração e gestão financeira local na RLVT.

Tabela 43 – Despesa municipal por grandes agregados – 2020

Municípios	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes e subsídios	Investimento o direto e indireto	Serviço da dívida	Outras despesas	Despesa total
Abrantes	8,50	5,21	3,70	6,07	1,34	0,98	25,80
Alcanena	3,75	3,41	1,25	5,75	1,80	0,09	16,05
Alcobaça	7,55	8,37	4,09	8,15	0,39	0,08	28,61
Alcochete	7,88	5,34	0,97	5,77	0,78	0,19	20,94
Alenquer	11,00	4,92	2,49	4,47	0,74	1,22	24,83
Almada	36,81	22,08	13,49	16,07	3,43	21,34	113,22
Almeirim	4,94	2,82	1,85	3,62	0,88	0,04	14,15
Alpiarça	3,40	2,26	0,44	0,88	1,35	0,05	8,39
Amadora	31,16	20,80	16,56	14,24	6,92	3,10	92,78
Arruda dos Vinhos	4,56	4,30	0,98	2,34	0,52	0,03	12,73
Azambuja	6,67	4,34	2,13	5,70	1,48	0,02	20,35
Barreiro	17,20	13,20	3,75	11,80	4,82	0,93	51,70
Benavente	7,15	5,11	1,87	6,15	0,11	0,22	20,60
Bombarral	4,31	3,49	0,58	1,65	0,29	0,09	10,41
Cadaval	3,88	3,55	0,68	2,82	0,26	0,05	11,24
Caldas da Rainha	5,68	7,57	5,65	9,51	0,62	0,22	29,25
Cartaxo	6,20	3,30	0,87	1,24	0,99	0,09	12,69
Cascais	48,12	84,16	35,74	49,04	4,34	1,32	222,72
Chamusca	3,67	2,18	1,89	1,93	0,56	0,11	10,34
Constância	2,49	1,53	0,45	1,13	0,35	0,08	6,04
Coruche	6,64	3,23	1,22	5,05	0,26	0,32	16,72
Entroncamento	5,67	4,25	0,39	2,52	1,49	0,16	14,49
Ferreira Zêzere	2,41	2,25	0,90	1,79	0,46	0,40	8,21
Golegã	2,77	2,08	0,68	1,76	0,23	0,02	7,54
Lisboa	254,51	136,42	214,20	182,41	36,15	18,50	842,19
Loures	48,13	34,41	22,42	23,66	3,25	12,24	144,11
Lourinhã	8,84	7,53	2,45	4,27	1,60	0,40	25,09
Mação	3,65	2,81	0,74	3,12	0,20	0,13	10,64
Mafra	17,75	22,66	6,57	19,92	0,78	0,85	68,54
Moita	14,95	7,33	1,69	4,37	2,26	1,73	32,33
Montijo	15,75	7,76	3,98	6,08	0,95	0,43	34,96
Nazaré	4,14	4,21	1,31	3,71	0,97	0,40	14,75
Óbidos	5,08	4,74	1,02	2,62	1,55	0,18	15,19
Odivelas	27,00	23,93	11,59	9,98	3,40	1,02	76,92
Oeiras	53,86	47,18	26,67	58,32	1,91	1,21	189,14
Ourém	9,45	6,33	3,09	13,53	2,56	0,25	35,22
Palmela	19,90	14,05	4,59	9,34	2,05	0,16	50,08
Peniche	8,02	4,87	2,41	2,44	0,86	0,34	18,93
Rio Maior	6,10	6,09	2,52	4,79	1,05	0,05	20,60
Salvaterra de Magos	4,77	3,25	1,36	2,80	0,45	0,09	12,71
Santarém	15,03	8,93	4,24	8,13	5,02	0,20	41,55
Sardoal	3,46	1,59	0,49	2,60	0,98	0,11	9,24
Seixal	37,68	29,77	7,33	16,21	8,42	0,27	99,68
Sesimbra	20,83	12,02	3,34	10,68	3,76	0,20	50,84
Setúbal	30,77	24,80	8,59	13,39	14,30	1,35	93,20
Sintra	61,27	49,93	28,17	40,92	2,20	2,56	185,04
Sobral Monte Agraço	3,45	3,08	0,53	1,40	0,42	0,10	8,97
Tomar	10,45	4,22	2,04	6,55	1,60	0,75	25,61
Torres Novas	9,82	6,66	1,11	9,77	2,40	0,11	29,86
Torres Vedras	18,02	14,88	9,76	10,09	1,34	0,56	54,63
Vila Franca Xira	27,84	20,91	11,15	22,47	3,54	0,49	86,41
Vila Nova Barquinha	2,89	1,81	0,52	0,92	0,41	0,00	6,56
Despesa total	985,83	731,95	486,48	663,93	138,79	75,83	3 082,80

Unidade: M€

Gráfico 59 – Despesa municipal por grandes agregados – 2020



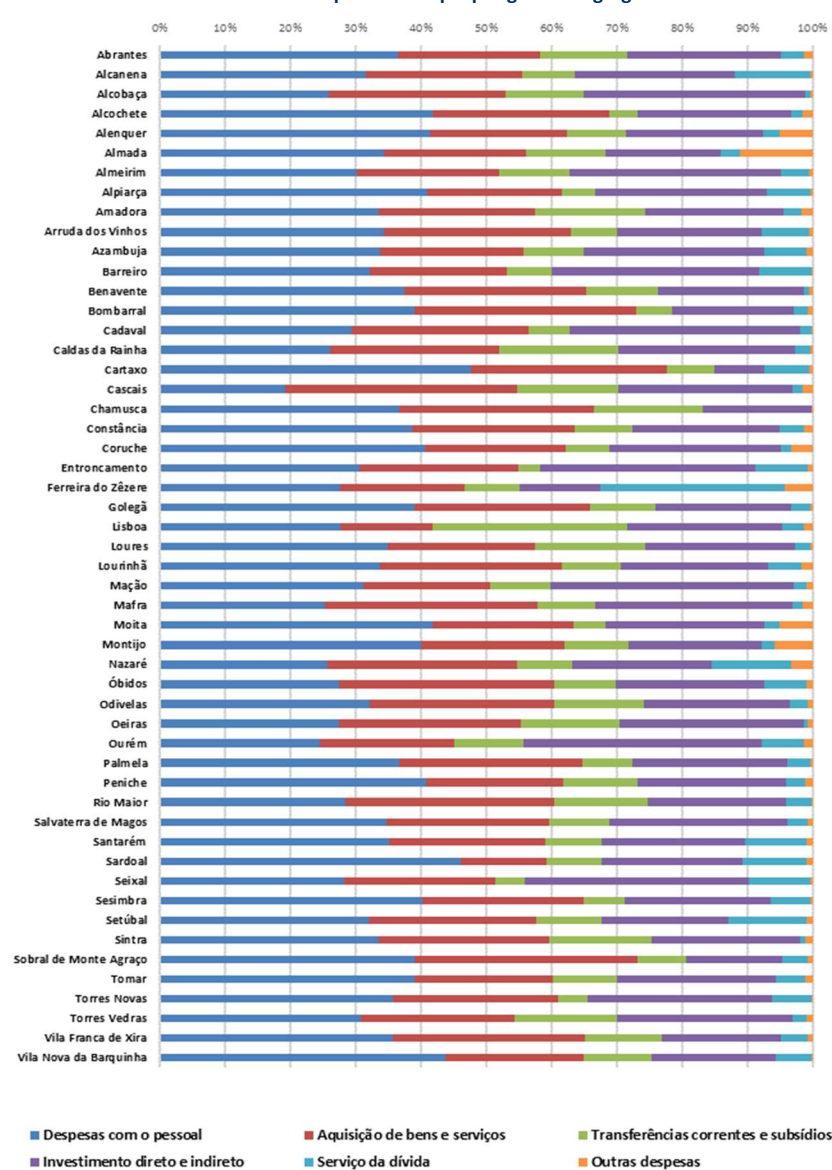
Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 44 – Despesa municipal por grandes agregados – 2021

Municípios	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes e subsídios	Investimento direto e indireto	Serviço da dívida	Outras despesas	Despesa total
Abrantes	10,33	6,15	3,80	6,66	1,00	0,37	28,31
Alcanena	4,87	3,68	1,23	3,78	1,78	0,06	15,40
Alcobaça	10,86	11,38	5,04	14,19	0,39	0,12	41,98
Alcochete	8,96	5,77	0,94	5,04	0,37	0,32	21,40
Alenquer	11,64	5,85	2,54	5,91	0,73	1,41	28,09
Almada	39,40	25,04	13,94	20,36	3,30	12,79	114,83
Almeirim	5,49	3,96	1,95	5,89	0,80	0,10	18,20
Alpiarça	3,64	1,84	0,44	2,35	0,58	0,03	8,89
Amadora	33,54	24,05	16,80	21,25	2,61	1,83	100,08
Arruda dos Vinhos	4,87	4,05	1,01	3,12	1,04	0,07	14,16
Azambuja	7,82	5,14	2,10	6,46	1,48	0,24	23,23
Barreiro	18,62	12,21	4,00	18,33	4,65	0,14	57,95
Benavente	7,74	5,77	2,27	4,61	0,15	0,12	20,68
Bombarral	4,30	3,74	0,60	2,06	0,24	0,07	11,02
Cadaval	4,27	3,93	0,91	5,12	0,25	0,02	14,52
Caldas da Rainha	8,80	8,74	6,15	9,14	0,74	0,16	33,73
Cartaxo	6,23	3,93	0,94	1,01	0,90	0,08	13,08
Cascais	49,57	90,78	39,65	68,32	4,23	3,95	256,49
Chamusca	4,22	3,41	1,91	1,90	0,00	0,03	11,48
Constância	2,66	1,71	0,61	1,54	0,26	0,10	6,88
Coruche	7,40	3,92	1,23	4,79	0,29	0,03	18,24
Entroncamento	5,74	4,52	0,62	6,17	1,51	0,13	18,70
Ferreira Zêzere	2,56	1,76	0,78	1,14	2,61	0,39	9,23
Golegã	2,96	2,03	0,76	1,57	0,23	0,03	7,58
Lisboa	265,36	136,67	285,85	226,32	33,56	12,40	960,16
Loures	49,57	32,00	23,84	32,72	3,14	0,61	141,89
Lourinhã	9,65	7,97	2,57	6,44	1,47	0,48	28,56
Mação	3,60	2,23	1,07	4,30	0,22	0,12	11,53
Mafra	19,09	24,34	6,76	22,64	1,13	1,20	75,17
Moita	15,73	8,09	1,85	9,15	0,84	1,95	37,60
Montijo	16,80	9,19	4,17	8,55	0,81	2,44	41,96
Nazaré	4,65	5,25	1,55	3,85	2,21	0,59	18,10
Óbidos	5,26	6,31	1,78	4,38	1,22	0,19	19,14
Odivelas	29,49	25,78	12,48	20,51	2,47	0,73	91,47
Oeiras	59,96	60,56	32,97	61,47	1,38	1,52	217,85
Ourém	9,52	7,94	4,16	14,11	2,48	0,56	38,77
Palmela	20,93	15,95	4,36	13,48	2,03	0,22	56,97
Peniche	10,33	5,29	2,89	5,78	0,73	0,29	25,31
Rio Maior	6,40	7,21	3,22	4,79	0,89	0,02	22,54
Salvaterra de Magos	5,20	3,73	1,35	4,10	0,45	0,12	14,95
Santarém	15,72	10,66	3,88	9,77	4,20	0,43	44,67
Sardoal	3,82	1,09	0,70	1,78	0,82	0,07	8,29
Seixal	39,97	32,78	6,41	48,49	13,25	0,51	141,41
Sesimbra	21,86	13,43	3,37	12,17	3,30	0,16	54,29
Setúbal	31,88	25,61	9,93	19,36	11,96	0,89	99,65
Sintra	65,37	51,02	30,70	44,35	1,44	2,42	195,30
Sobral Monte Agraço	3,55	3,10	0,69	1,33	0,34	0,08	9,09
Tomar	11,56	6,25	2,85	7,21	1,31	0,36	29,54
Torres Novas	10,94	7,71	1,38	8,65	1,84	0,05	30,58
Torres Vedras	20,14	15,29	10,25	17,44	1,42	0,68	65,22
Vila Franca Xira	30,60	25,35	9,96	15,74	3,52	0,65	85,83
Vila Nova Barquinha	3,09	1,50	0,72	1,35	0,39	0,01	7,06
Despesa total	1 056,54	795,69	581,97	850,97	128,97	52,90	3 467,04

Unidade: M€

Gráfico 60 – Despesa municipal por grandes agregados – 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

2.2.2 DESPESA COM O PESSOAL

A despesa com o pessoal rondou os 1.056,54 M€, em 2021, (+70,71 M€ (+7,2%) que em 2020), quase um terço das despesas municipais totais, sendo que a maior parte, (78,3% em 2020 e 77,3% em 2021) foi paga pelos municípios da AML, seguindo-se a NUTS III do Oeste, com cerca de 9% do total de despesas com o pessoal, Lezíria do Tejo (7%) e Médio Tejo (6,1% (2020) e 6,5% (2021)).

Tabela 45 – Despesa com o pessoal, por NUTS III – 2020

Despesa com o pessoal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Remunerações certas e permanentes	551,09	50,09	47,74	63,52	712,43
Abonos variáveis ou eventuais	52,01	2,17	0,95	2,01	57,13
Segurança social	168,32	15,09	13,86	18,99	216,26
Total de despesas com o pessoal	771,42	67,34	62,54	84,52	985,83

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 46 – Despesa com o pessoal, por NUTS III – 2021

Despesa com o pessoal	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Remunerações certas e permanentes	583,26	53,98	52,47	73,96	763,66
Abonos variáveis ou eventuais	55,92	2,76	1,25	2,55	62,47
Segurança social	177,52	16,10	14,97	21,82	230,41
Total de despesas com o pessoal	816,70	72,83	68,68	98,32	1 056,54

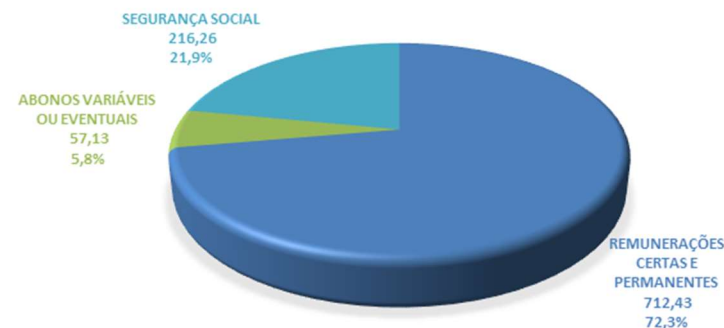
Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Na RLVT as remunerações certas e permanentes representaram 72,3% do total das despesas com o pessoal, em cada um dos anos em análise, seguindo-se os pagamentos à Segurança Social com um peso de 22%.

Os pagamentos em abonos variáveis ou eventuais representaram, na RLVT, 6% do total das despesas com o pessoal, registando esta despesa, no conjunto dos municípios da AML, um peso superior ao da região, ao rondar os 7%.

Gráfico 61 – Estrutura da despesa com o pessoal, RLVT – 2020

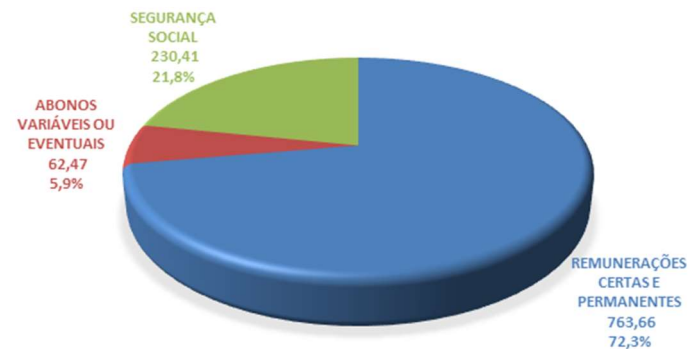
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 62 – Estrutura da despesa com o pessoal, RLVT – 2021

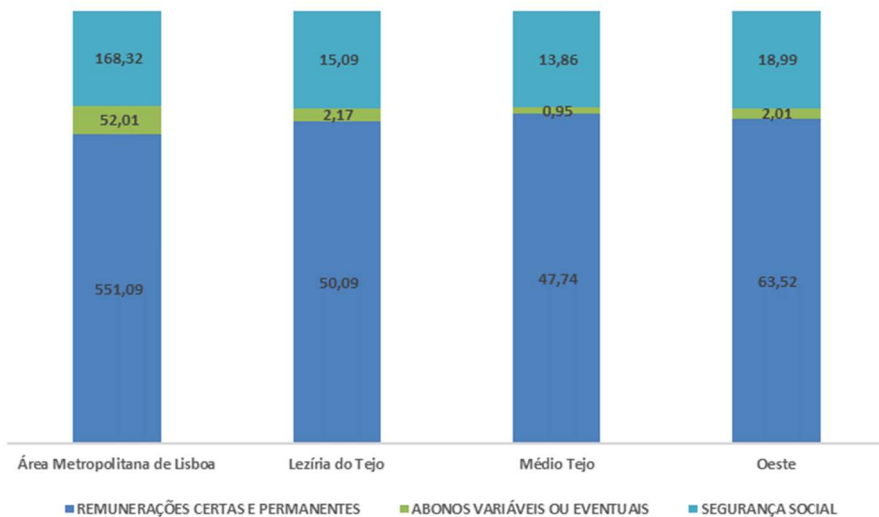
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 63 – Estrutura da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2020

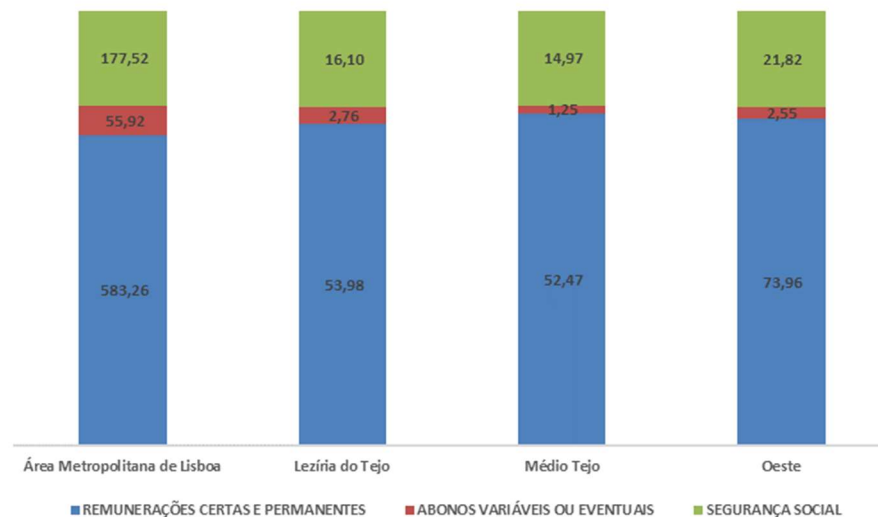
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 64 – Estrutura da despesa com o pessoal, por NUTS III – 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

2.2.2 DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A despesa com a aquisição de bens e serviços nos municípios da RLVT rondou os 795,69 M€, em 2021 (+63,74 M€ (+8,7%) que em 2020), quase ¼ das despesas municipais totais, sendo que a maior parte (78,8% em 2020 e 77,8% em 2021) foi paga pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 10% do total de despesas com a aquisição de bens e serviços, tanto em 2020 como em 2021, Lezíria do Tejo (6,0% e 6,5% em cada ano) e Médio Tejo (6%).

Tabela 47 – Despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2020

Despesa com a aquisição de bens e serviços	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição de bens	95,81	9,92	9,31	18,97	134,01
Aquisição de serviços	480,96	33,67	30,77	52,54	597,94
Total aquisição de bens e serviços	576,78	43,59	40,08	71,50	731,95

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 48 – Despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2021

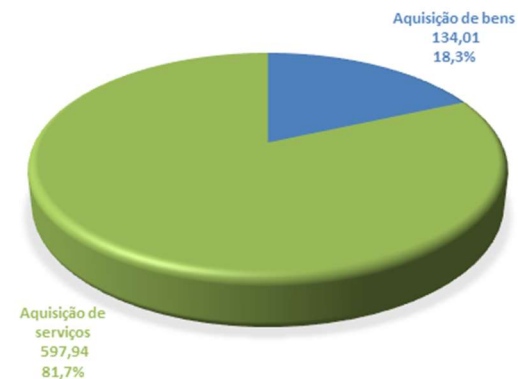
Despesa com a aquisição de bens e serviços	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição de bens	77,86	12,82	10,01	21,98	122,67
Aquisição de serviços	540,79	38,78	34,53	58,91	673,01
Total aquisição de bens e serviços	618,65	51,60	44,54	80,90	795,69

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Na RLVT as despesas com a componente de aquisição de serviços representaram 81,7% em 2020 e 84,6% em 2021, do total de despesas com a aquisição de bens e serviços, sendo que no Oeste esse peso foi de 73,5% e de 72,8%, naqueles anos, por reforço da despesa com a aquisição de bens, a qual representou nesta sub-região 27% do total, peso superior à média regional de 18,3% e 15,4%, respetivamente em 2020 e 2021.

Gráfico 65 – Estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços, RLVT – 2020

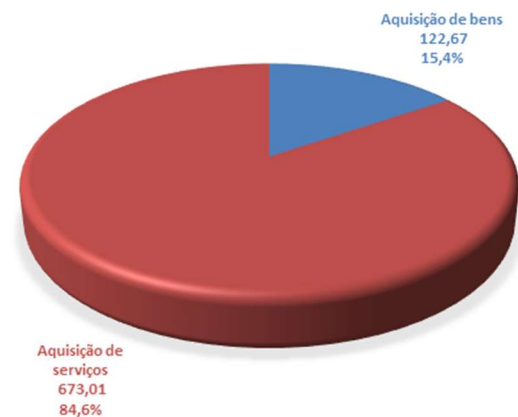
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 66 – Estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços, RLVT – 2021

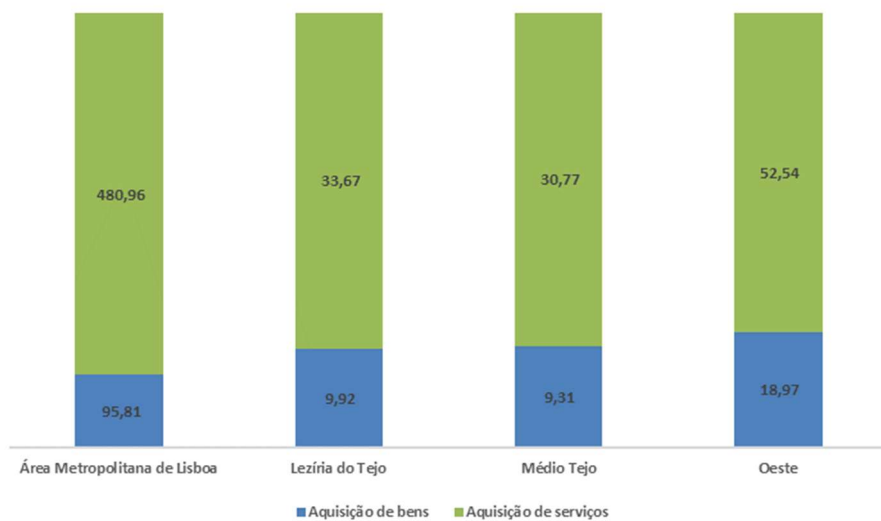
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 67 – Estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2020

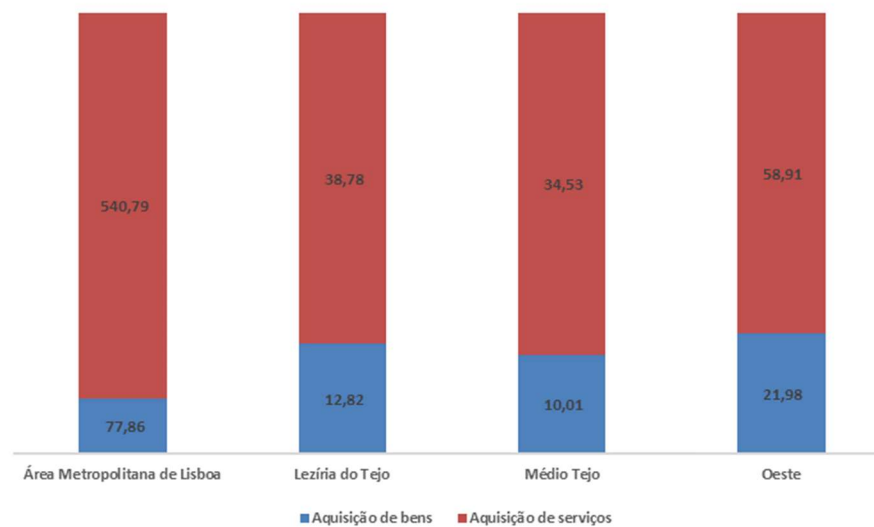
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 68 – Estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços, por NUTS III – 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

2.2.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

A despesa municipal com as transferências correntes e subsídios atribuídos a outras entidades, na RLVT, rondou os 581,97 M€, em 2021 (+298,31 M€ (+105,2%) que em 2020), representando 15,8% e 16,8% do total das despesas regionais, respetivamente em 2020 e 2021. A maior parte, cerca de 87%, foi paga pelos municípios da AML.

Tabela 49 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2020

Transferências correntes e subsídios	Por NUTS III				Unidade: M€ RLVT
	AML	LT	MT	O	
Transferências correntes	332,77	16,98	14,63	30,92	395,30
Subsídios	88,03	2,08	0,05	1,02	91,18
Total	420,80	19,06	14,68	31,94	486,48

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 50 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2021

Transferências correntes e subsídios	Por NUTS III				Unidade: M€ RLVT
	AML	LT	MT	O	
Transferências correntes	384,23	18,09	16,78	34,12	453,22
Subsídios	123,76	1,97	1,14	1,87	128,75
Total	507,99	20,06	17,92	35,99	581,97

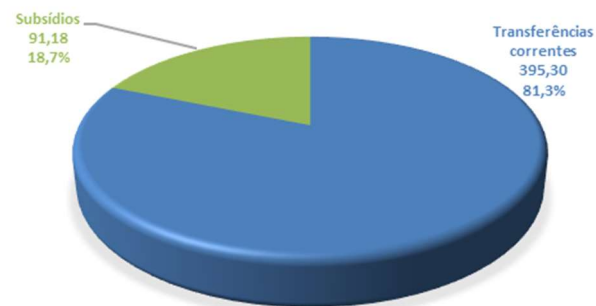
Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

O peso regional das despesas com as transferências correntes atribuídas a outras entidades variou entre os 81,3% em 2020 e os 77,9% em 2021, cabendo a fatia remanescente à atribuição de subsídios.

Destacando-se do peso regional, releve-se o peso de 20,9% e 24,4%, em 2020 e 2021, superior à média regional, dos subsídios atribuídos pelo conjunto de municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Gráfico 69 – Estrutura da despesa com transferências correntes e subsídios, RLVT – 2020

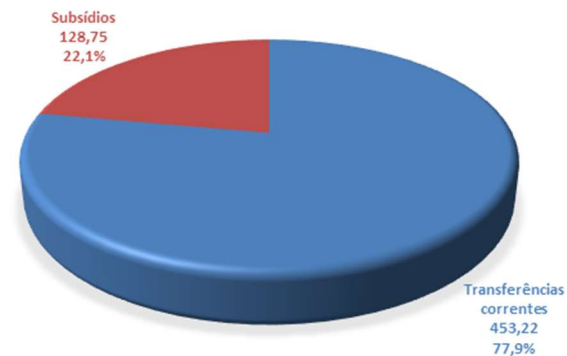
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 70 – Estrutura da despesa com transferências correntes e subsídios, RLVT – 2021

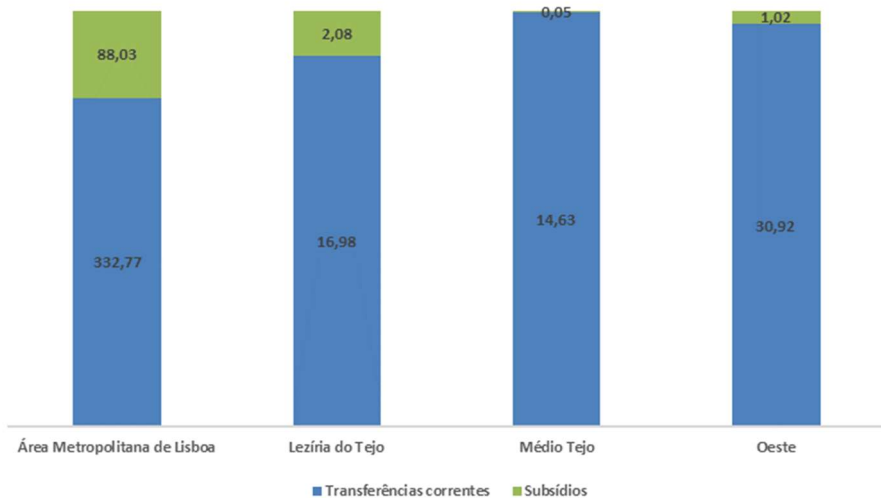
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 71 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2020

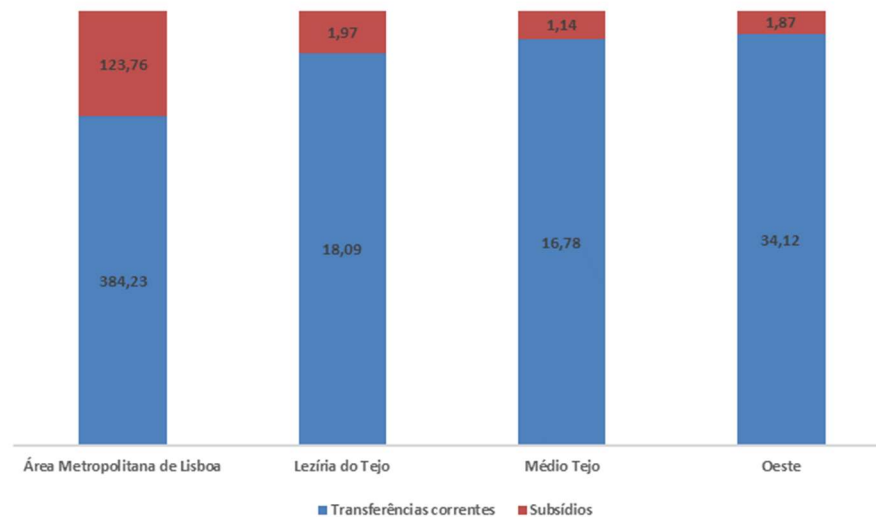
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 72 – Estrutura das transferências correntes e subsídios, por NUTS III – 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

2.2.4 INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO

A despesa com o agregado aquisição de bens de capital (investimento direto) e com as transferências de capital, atribuídas a outras entidades (investimento indireto), nos municípios da RLVT, rondou os 850,97 M€, 24,5% das despesas municipais totais em 2021, sendo de 663,93 M€, 21,5% das despesas municipais totais, em 2020.

Mais de ¾ deste investimento foi realizado pelo conjunto dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a NUTS III do Oeste, com 8,1% (2020) e 9,3% (2021), Médio Tejo com 8,1% (2020) e 6,7% (2021) e Lezíria do Tejo com 6,3% (2020) e 5,6% (2021).

Tabela 51 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2020

Investimento direto e indireto	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição bens de capital	429,64	39,30	50,21	45,11	564,26
Transferências de capital	85,03	2,74	3,55	8,35	99,66
Total	514,66	42,04	53,76	53,46	663,93

Unidade: M€

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 52 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2021

Investimento direto e indireto	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Aquisição bens de capital	584,84	43,28	53,05	67,28	748,45
Transferências de capital	83,41	3,97	3,65	11,48	102,52
Total	668,25	47,25	56,70	78,76	850,97

Unidade: M€

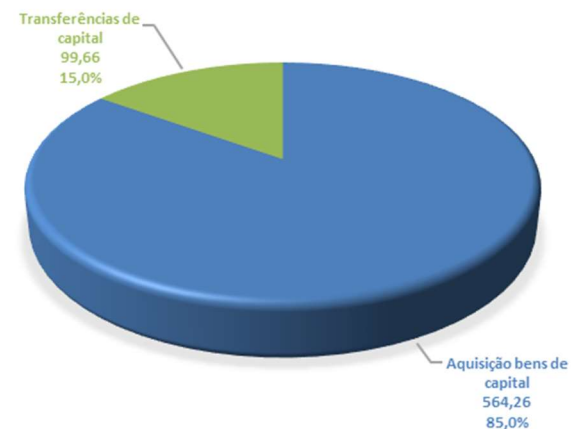
Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Na Região, a maior fatia do investimento concretizou-se através da aquisição de bens de capital (85% em 2020 e 88% em 2021) contribuindo as transferências de capital atribuídas as outras entidades com o remanescente.

Como nota de destaque, na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo a componente do investimento direto ultrapassou os 90% do total do investimento realizado, tanto em 2020 como no ano seguinte.

Gráfico 73 – Estrutura da despesa em investimento direto e indireto, RLVT – 2020

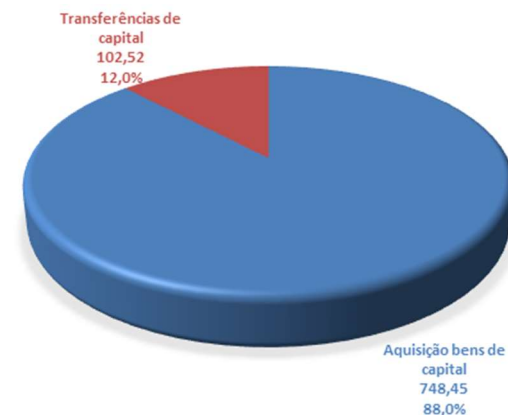
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 74 – Estrutura da despesa em investimento direto e indireto, RLVT – 2021

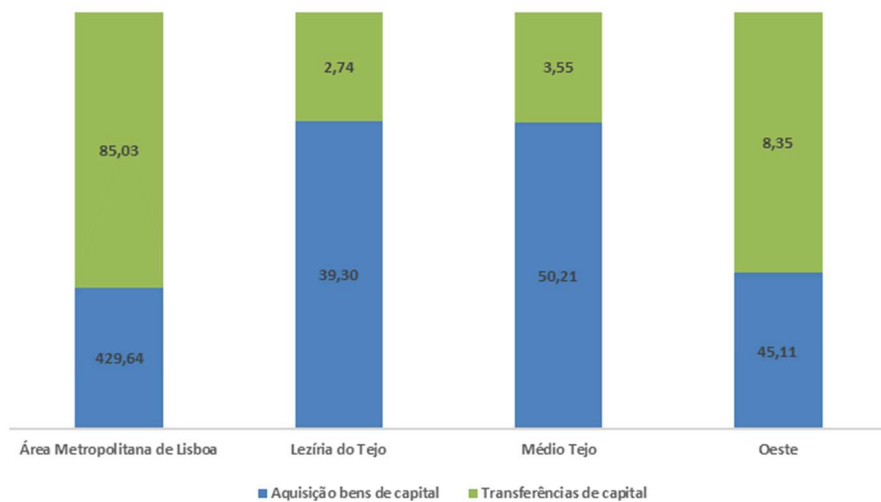
Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 75 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2020

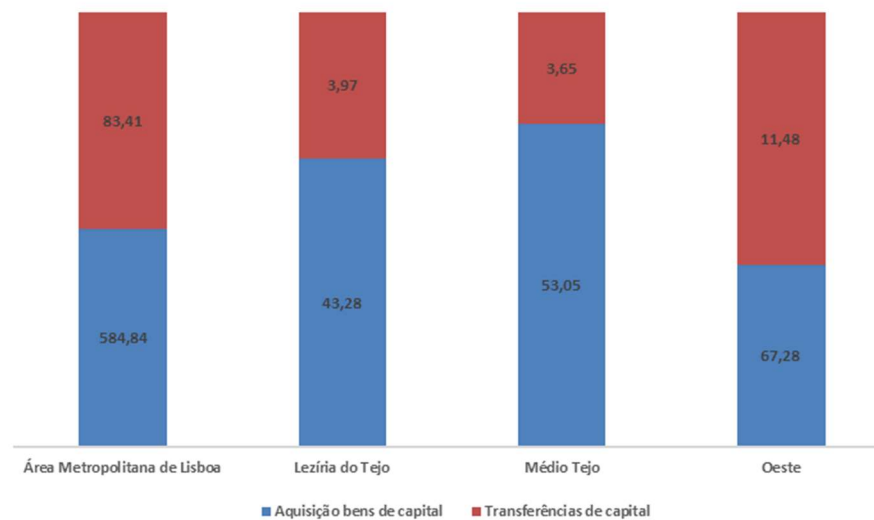
Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 76 – Estrutura do investimento direto e indireto, por NUTS III – 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

2.2.5 SERVIÇO DE DÍVIDA

A despesa com o agregado relativo ao serviço de dívida, formado pelas despesas em juros e outros encargos financeiros e ainda passivos financeiros, nos municípios da RLVT rondou, em 2021, os 128,97 M€, 3,7% das despesas municipais totais, sendo inferior em -9,82 M€ (-7,1%) relativamente ao ano anterior.

Quase ¾ do serviço de dívida foi pago pelo conjunto de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo-se a NUTS III do Médio Tejo, com 9,8% (2020) e 11,0% (2021), a Lezíria do Tejo com 8,9% (2020) e 7,7% (2021) e o Oeste com 6,9% (2020) e 8,4% (2021).

Tabela 53 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2020

Serviço de dívida	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Juros e outros encargos	10,48	1,53	0,78	1,42	14,20
Passivo financeiro - Empréstimos a curto prazo	12,10	0,79	3,04	0,50	16,42
Passivo financeiro - Empréstimos a médio e longo prazo	79,03	10,05	9,77	7,65	106,51
Outros passivos financeiros	1,66	0,00	0,00	0,00	1,66
Passivo financeiro	92,79	10,84	12,81	8,15	124,59
Total de serviço de dívida	103,27	12,37	13,59	9,56	138,79

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Tabela 54 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2021

Serviço de dívida	Por NUTS III				RLVT
	AML	LT	MT	O	
Juros e outros encargos	5,57	1,27	0,72	2,07	9,63
Passivo financeiro - Empréstimos a curto prazo	12,80	0,00	3,00	0,95	16,75
Passivo financeiro - Empréstimos a médio e longo prazo	73,96	8,63	10,50	7,76	100,85
Outros passivos financeiros	1,66	0,09	0,00	0,00	1,75
Passivo financeiro	88,41	8,72	13,50	8,71	119,35
Total de serviço de dívida	93,99	9,98	14,22	10,78	128,97

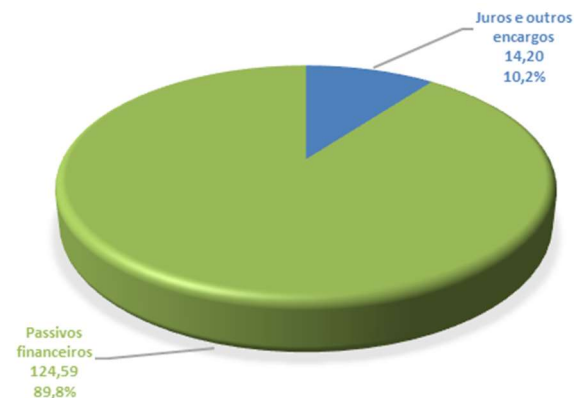
Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Por outro lado, na RLVT, 76,7% e 78,2%, das despesas no serviço de dívida foram para amortizar empréstimos de médio e longo prazo, 10,2% e 7,5%, para pagamento de juros e outros encargos financeiros e 11,8% e 13,0% foram gastos com a amortização de empréstimos de curto prazo, respetivamente em 2020 e 2021.

Em destaque, relativamente aos rácios regionais, temos o maior peso no serviço de dívida das amortizações com os empréstimos a curto prazo no Médio Tejo (22,3% - 2020 e 21,1% - 2021) e

o pagamento de juros e outros encargos financeiros que no Oeste foi de 14,9% do seu serviço de 2020 e de 19,2% em 2021.

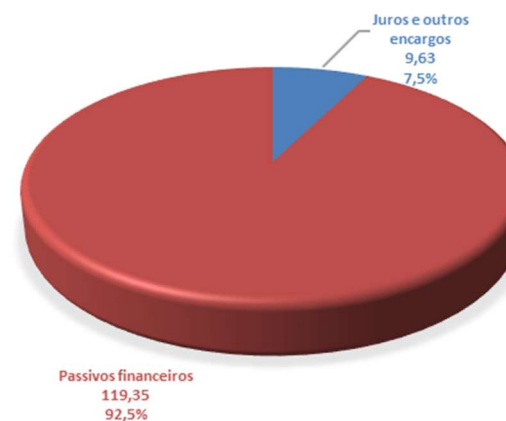
Gráfico 77 – Estrutura da despesa com o serviço de dívida, RLVT – 2020



Unidade: M€ e %

Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Gráfico 78 – Estrutura da despesa com o serviço de dívida, RLVT – 2021



Unidade: M€ e %

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

Gráfico 79 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2020

Unidade: M€

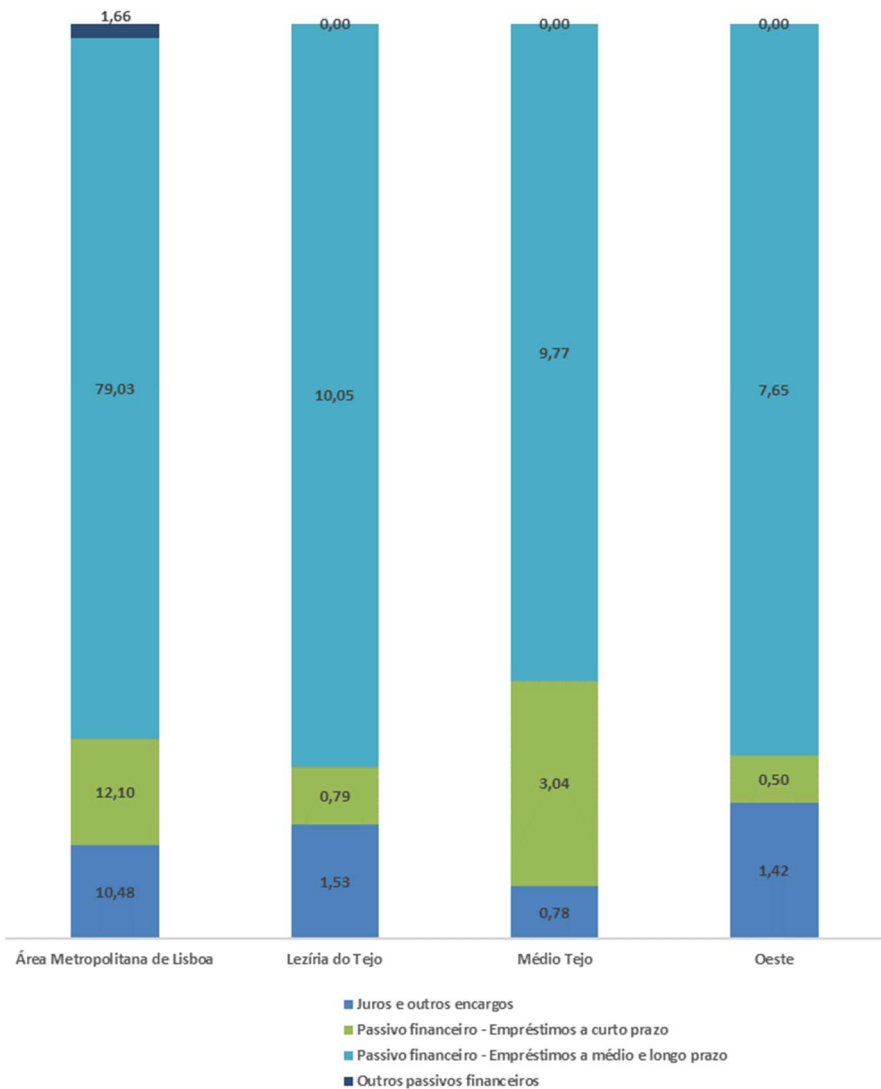
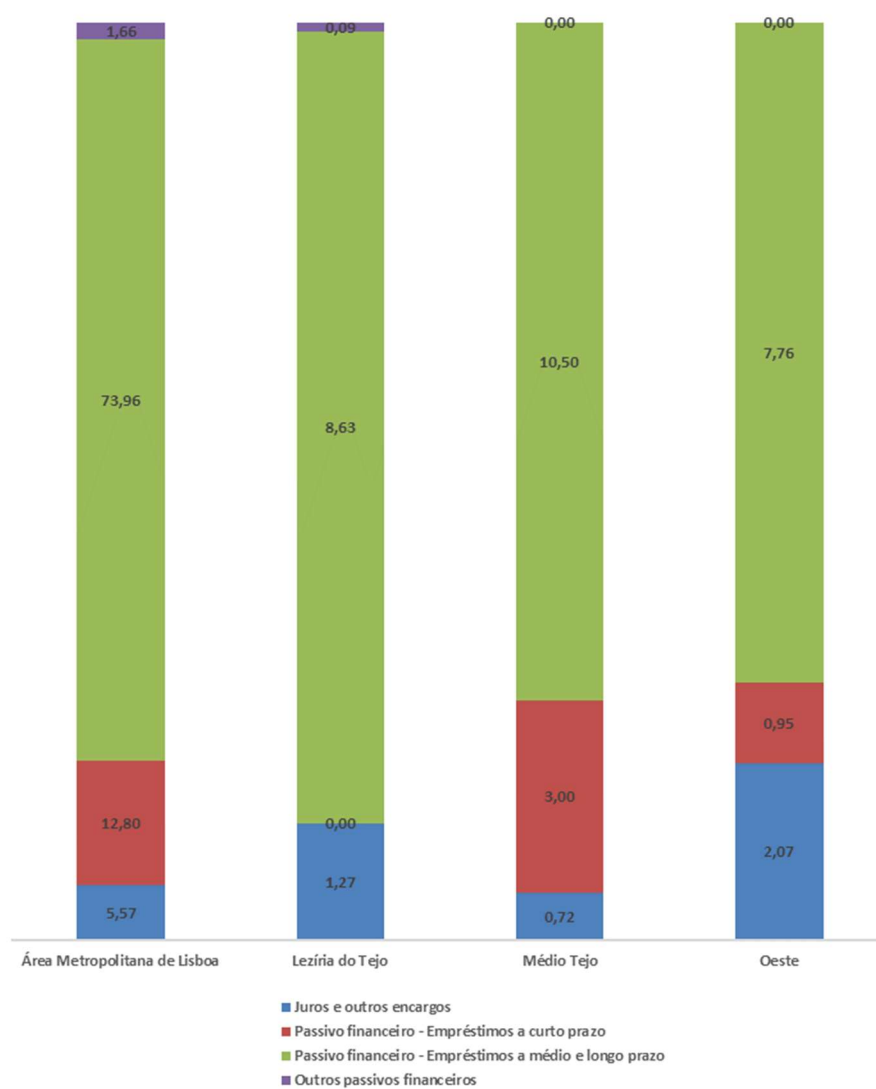


Gráfico 80 – Estrutura do serviço de dívida, por NUTS III – 2021

Unidade: M€



Fonte: Prestações de Contas de 2020 dos municípios da RLVT.

Fonte: Prestações de Contas de 2021 dos municípios da RLVT.

CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nota final deste estudo, procura-se enquadrar a estrutura dos municípios da RLVT, em termos orçamentais, comparando a situação existente em 2017 com a registada no último ano do período em análise, 2021, evidenciando-se também o índice de independência financeira e a poupança corrente.

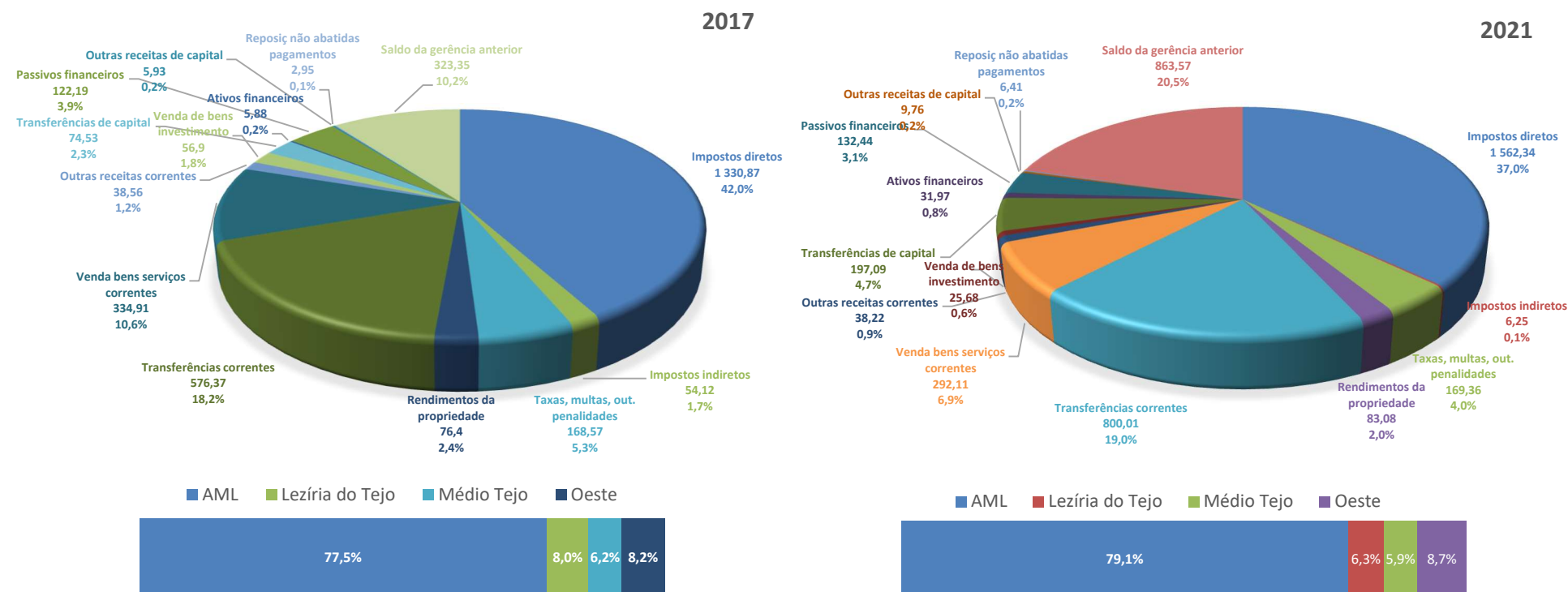
Sob o ponto de vista de desempenho orçamental, 77,5% (em 2017) e 79,1% (em 2021) do total de receitas municipais auferidas pelos 52 municípios da RLVT foram arrecadadas pelos 18 municípios da AML (35% do universo de municípios).

Em 2017 a receita fiscal representou 43,7% do total de receitas municipais, contribuindo com 57,7% para as receitas próprias. Já em 2021 a RLVT a receita fiscal diminuiu para um peso de 37,2% no total de receitas, compreendendo 50,8% de outras receitas próprias.

A linha evolutiva do valor das receitas próprias evidencia aumento ao longo do período em análise, no entanto como as transferências recebidas têm crescido mais, resulta que o peso das receitas próprias no total das receitas tem vindo a cair, designadamente a partir de 2019.

Gráfico 81 – Receitas municipais – 2017 e 2021

Unidade: M€ e %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2021 dos municípios da RLVT.

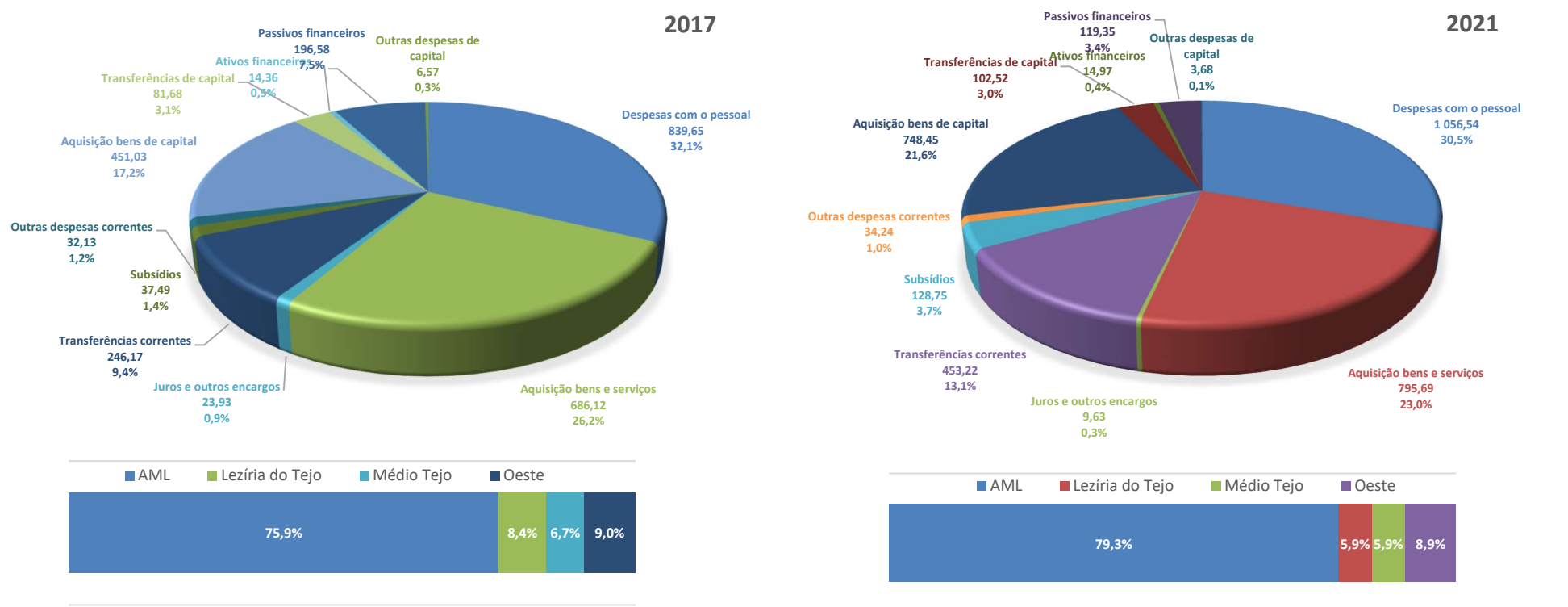
Considerando agora a estrutura das receitas totais, comparando os exercícios financeiros de 2017 e de 2021, releve-se:

- A diminuição do peso dos impostos diretos (de 42,0% em 2017 passou para 37,0% em 2021), do peso da venda de bens e serviços correntes (de 10,6% para 6,9%), das taxas, multas e outras penalidades (de 5,3% para 4,0%) e da venda de bens de investimento (de 1,8% para 0,6%), em contraponto ao crescimento significativo do saldo de gerência anterior (de 10,2% para 20,5%);
- O aumento das transferências correntes ficou reforçado, a partir de 2019, pela receita proveniente da participação de 7,5% na receita do IVA, bem como de receita relativa à transferência de competências operadas pela Lei n.º 50/2018. Por outro lado, o aumento das transferências de capital refletiu a subida na arrecadação de receita ao nível dos fundos comunitários, do novo fundo distribuído nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente, bem como da receita relativa à transferência de

competências operadas pela Lei n.º 50/2018. Resultou assim uma tendência de decréscimo do peso do FEF e da participação fixa no IRS no total de transferências recebidas (de 39,6% e 26,6% em 2017 passou para 30,7% e 21,9% em 2021, respetivamente). As transferências ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do RFALEI – excedente, representaram 2,1% do total de transferências, em 2021. Já as receitas recebidas por transferência de competências, correntes e de capital, atingiram um peso de 5,1% no total de transferências. Os fundos comunitários, correntes e de capital, evoluíram de um peso de 4,5% em 2017, para um peso de 16,5% em 2021.

- Relativamente ao passivo financeiro evidencia-se decréscimo do peso do recurso a novos empréstimos de médio e longo prazo (de 92,3% para 86,7%), comparando os exercícios de 2017 e de 2021, em contraponto à importância crescente do peso do recurso a novos empréstimos de curto prazo (de 7,7% cresceu para um peso de 12,6%).

Gráfico 82 – Despesas municipais – 2017 e 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 e 2021 dos municípios da RLVT.

Ao nível da despesa observa-se que 75,9% (em 2017) e 79,3% (em 2021) do total de despesas municipais da RLVT foram efetuadas pelos municípios da AML.

Na RLVT, em 2017, no total de despesas pagas, 32,1%, foram para despesas com o pessoal, descendo para 30,5% em 2021.

Estas despesas representam ser sempre a maior fatia de gastos, seguindo-se a aquisição de bens e serviços, mas verificando-se também aqui uma descida no peso deste agregado (26,2% em 2017 e 23,0% em 2021).

Em sentido diferente saliente-se a evolução positiva das despesas com o investimento total municipal direto e indireto, registando-se na RLVT um aumento de 2017 para 2021, de um peso no total das despesas de 20,4% cresceu para um peso de 24,5%.

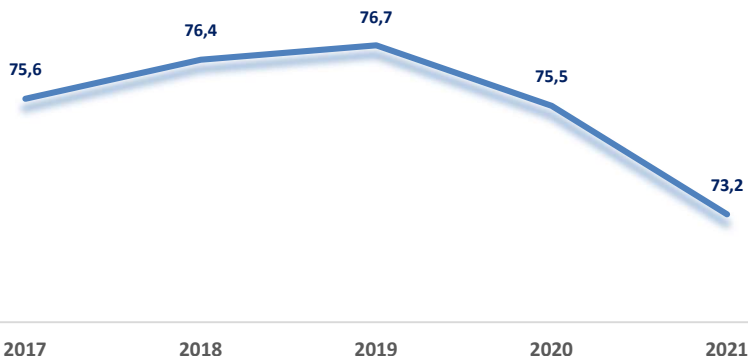
O agregado formado pelas transferências e subsídios efetuados para outras entidades também subiu, passando de um peso de 10,8% para 16,8%.

Analisando o início e o fim do período em análise, na RLVT observa-se uma diminuição favorável do serviço da dívida que evoluiu de 8,4% para 3,7%.

Numa análise complementar aos exercícios orçamentais evidenciam-se os resultados de dois indicadores, o de independência financeira e o da poupança corrente.

O rácio de independência financeira⁴⁰, que relaciona as receitas próprias com as receitas totais, baixou, na RLVT, de 75,6% para 73,2%, ao compararmos 2017 com 2021, evolução que, por um lado, teve a ver com o aumento de transferências recebidas, por outro lado, com o contexto pandémico, a partir de 2020.

Gráfico 83 – Evolução do índice de independência financeira – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

⁴⁰ CONSIDERA-SE HAVER INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA QUANDO ESTE RÁCIO FOR SUPERIOR A PELO MENOS 50%.

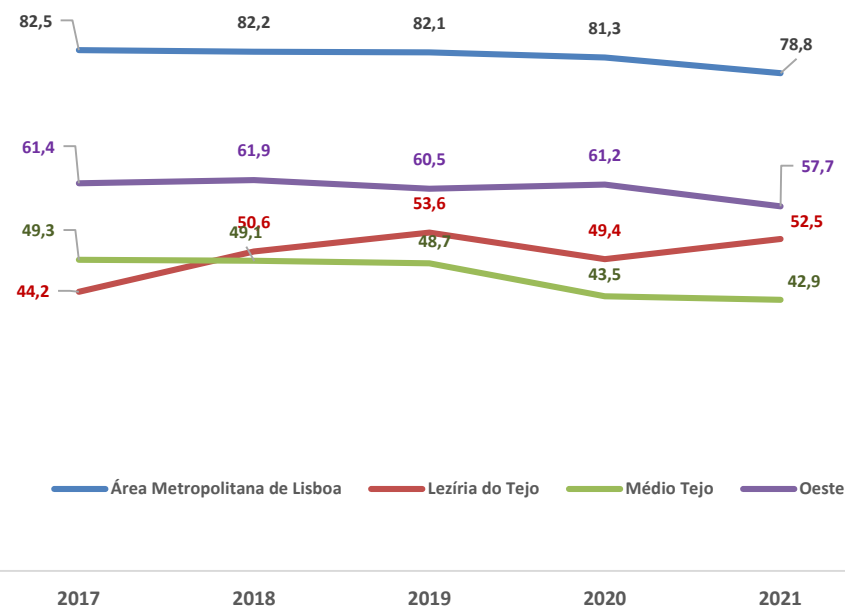
Comparando os exercícios financeiros, de 2017 e de 2021, verifica-se que este índice desceu em todas as sub-regiões, com exceção da Lezíria do Tejo, a qual, partindo de um índice de independência financeira de 44,2%, alcançou, em 2021, um rácio positivo de 52,5%.

No Médio Tejo este índice apresentou, ao longo do período, índices sempre abaixo dos 50%.

O melhor índice foi evidenciado pelo grupo de municípios da AML, sendo de 82,5% em 2017 e de 78,8% em 2021).

Entre 2017 e 2021 o nº de municípios que registaram rácios de independência financeira positivos passou de 38 para 37 municípios.

Gráfico 84 – Evolução do índice de independência financeira, por NUTS III – 2017 a 2021

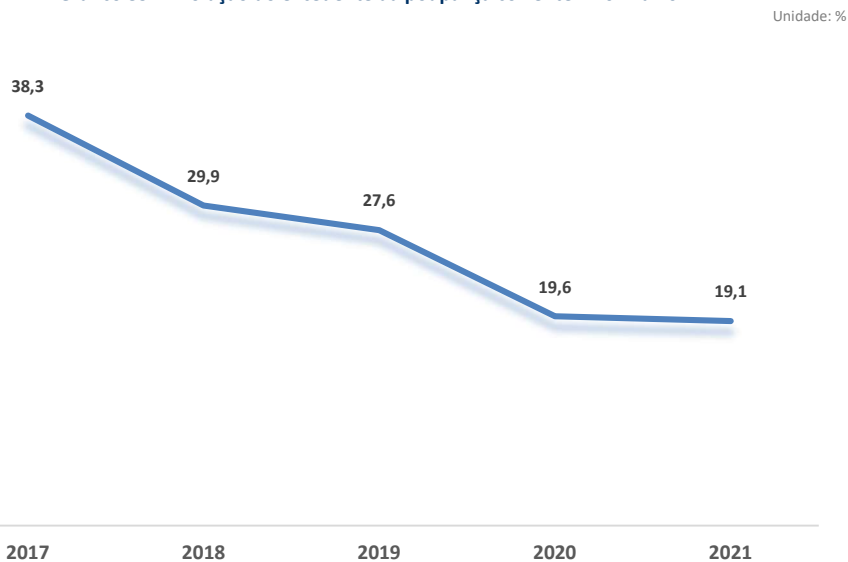


Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

Outro rácio em análise caracteriza o excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, potenciador de uma maior capacidade em investir.

Quando medimos a proporção das receitas correntes face ao valor pago de despesas correntes, resultando a % de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, constata-se, ao nível da RLVT, uma descida significativa, sendo de 38,3% em 2017 e de 19,1% em 2021.

Gráfico 85 – Evolução do excedente da poupança corrente – 2017 a 2021



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

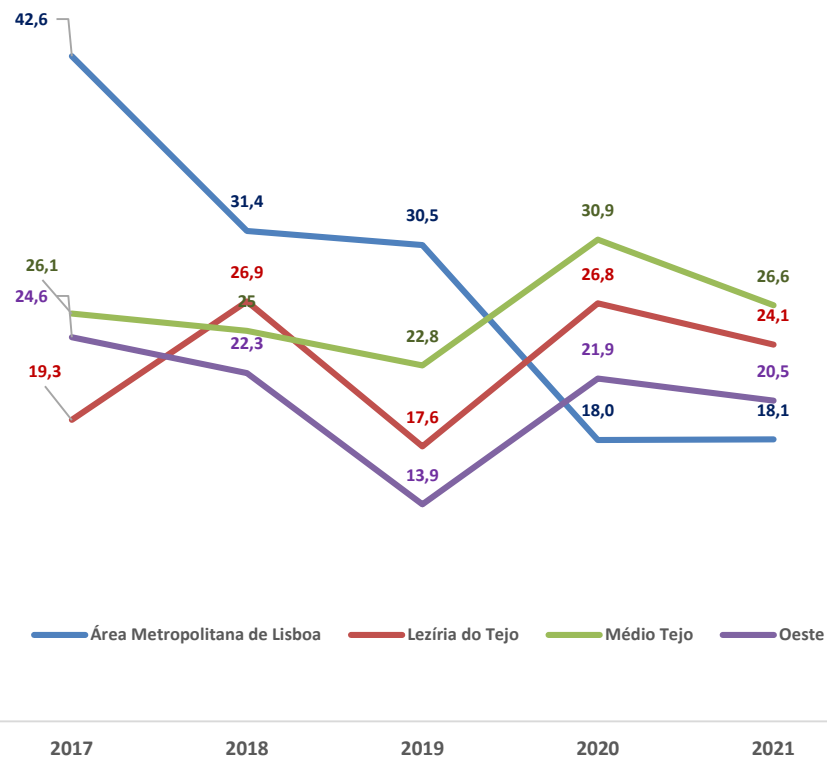
As sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa do Oeste registaram excedentes de poupança corrente mais baixas em 2021 face a 2017, passando, respetivamente, de 42,6% e de 24,6%, em 2017, para 18,1% e 20,5%, em 2021.

Por outro lado, no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo, verificou-se uma subida do excedente de poupança corrente, evoluindo, respetivamente, de 26,1% e de 19,3%, em 2017, para 26,6% e 24,1%, em 2021.

Pese embora esta descida constatou-se que em 2017 e em 2021 todos os municípios da RLVT apresentaram excedentes de poupança corrente.

Gráfico 86 – Evolução da % de excedente das receitas correntes sobre as despesas correntes, por NUTS III – 2017 a 2021

Unidade: %



Fonte: Prestações de Contas de 2017 a 2021 dos municípios da RLVT.

CONCEITOS

Amortização de empréstimo – Valor correspondente ao pagamento do capital em dívida, podendo o reembolso ser parcial ou total.

Aquisição de bens de capital – Agrega as despesas aplicadas em investimento, locação financeira e bens do domínio público.

Aquisição de bens e serviços – Engloba as despesas em bens de consumo, duráveis ou não, e aquisição de serviços.

Ativos financeiros (despesa) – Incluem as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito e com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, junto dos serviços municipalizados. Englobam as aplicações financeiras de tesouraria, mas também as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Ativos financeiros (receita) – Representam os benefícios anuais ou os benefícios futuros para os respetivos detentores, concretizando-se através de meios de pagamento. Pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Incluem a venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, bem como as resultantes do reembolso a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados, ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei.

Classificação económica – Quadro normativo que se destina ao acompanhamento, numa perspetiva económica, da execução orçamental das receitas e despesas públicas (na ótica da contabilidade pública). O classificador económico das receitas e despesas públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Derrama municipal – A derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, sendo a sua taxa fixada anualmente pelos diferentes municípios.

Despesa corrente – Reflete os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas.

Despesa de capital – Compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento.

Execução orçamental – A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento das despesas previstas.

Fundo de Apoio Municipal – Respeita a um fundo participado em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, dotado de autonomia administrativa e financeira, que tem por objetivo prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. Este fundo foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corresponde a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, consagrada no n.º 1 do artigo 25.º conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Fundo Social Municipal – Corresponde a uma subvenção específica, consagrada no artigo 30.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, estando a sua distribuição definida no art.º 34.º.

Investimento – Em termos financeiros, orçamentais e contabilísticos, consideram-se como despesas de investimento aquelas que as autarquias destinem à aquisição ou reparação de bens duradouros por si detidos ou por si utilizados na sua atividade.

Investimentos financeiros – Abrange as aplicações financeiras de carácter permanente.

Juros - montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de um determinado período pela utilização de um determinado montante de capital; incluem também outras despesas correntes inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento bem como às despesas inerentes aos serviços bancários e outras despesas/encargos financeiros que não sejam juros.

Participação variável no IRS – Participação consagrada na alínea c) do artigo 25.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugada com o art.º 26.º, mediante a qual os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa a rendimentos do ano imediatamente anterior.

Passivos financeiros (lado da despesa) – Pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios reembolsáveis e garantias.

Passivos financeiros (lado da receita) – Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto prazo e a médio e longo prazo. Os empréstimos de curto prazo destinam-se a cobrir exclusivamente dificuldades de tesouraria.

Receita fiscal municipal – Receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos, entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura.

Receita própria – A receita própria dos municípios engloba os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar, decorrendo das receitas cobradas localmente. Ao total de receitas cobradas são assim deduzidas as transferências, correntes e de capital, bem como os empréstimos contraídos (passivos financeiros), englobando as seguintes componentes de receita: impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital, reposições não abatidas nos pagamentos e saldo da gerência anterior.

Rendimentos de propriedade – Receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, como depósitos bancários, títulos e empréstimos cedidos, e rendas de ativos não produtivos, como terrenos e ativos incorpóreos.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou parte, pelas entidades que os receberam.

Serviço da dívida – Despesas pagas em juros e outros encargos e em passivos financeiros, execução orçamental.

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis, dos municípios para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Taxas, multas e outras penalidades – Agregado composto pelas taxas pagas pelos particulares, por contrapartida à emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e ainda pelas multas e outras penalidades, decorrentes da transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

Transferências correntes (despesa) – Importâncias a entregar a entidades para financiar despesas correntes, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências correntes (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Transferências de capital (despesa) – Importâncias a entregar a entidades, para financiar despesas de capital, não implicando qualquer contraprestação direta para o município por parte das unidades receptoras.

Transferências de capital (receita) – Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais – Engloba as transferências correntes concedidas às unidades institucionais (Orçamento do Estado, serviços e fundos autónomos, administração autárquica, administração regional, segurança social), bem como as transferências correntes concedidas sem contrapartida a unidades produtivas, como empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Transferências e subsídios obtidos – Inclui as transferências a que os municípios têm direito, designadamente nos termos do RFAEI e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico. As transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa são registadas na conta 2745 "Subsídios para investimentos". Nesta classificação estão ainda englobados os subsídios, que consistem em transferências correntes obtidas sem contrapartida destinadas a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Venda de bens de investimento – Rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Venda de bens e serviços correntes – Produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

Vendas e prestações de serviços – Abrange os proveitos das vendas (designadamente mercadorias, eletricidade, água, sucata, habitação social) e da prestação de serviços, como sejam de saneamento, resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias, entre outros.

PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS

Baleiras, Rui Nuno, Dias, Rui, Almeida, Miguel (2018) – *Finanças Locais, Princípios Económicos, instituições e a experiência portuguesa desde 1987* – Conselho de Finanças Públicas

Carvalho, João Baptista da Costa, Fernandes, Maria José, Teixeira, Ana (2002). *POCAL – Comentado*, Rei dos Livros. Lisboa.

Documentos de prestação de contas dos municípios (anos 2017 a 2021).

Estudos Finanças Locais publicados pela CCDRLVT - <https://www.ccdr-lvt.pt/administracao-local/estudos-de-analise-para-as-autarquias-locais/>

Portal autárquico - <http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/financas-locais/>

Relatórios do Conselho de Finanças Públicas relativos à execução orçamental da Administração Local *in site* www.cfp.pt.

Santos, J. Albano. *Os saldos orçamentais*, GPEARL – Ministério das Finanças, Artigo 03/2016.

Sousa Franco, António L., (2002). *Finanças públicas e direito financeiro*, volumes I e II, Almedina. Coimbra.

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2017 A 2021	5
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	6
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	7
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2017 A 2021.....	7
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DO PESO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2017 A 2021	7
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	8
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	9
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	10
TABELA 9 – EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	10
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021.....	11
TABELA 11 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	12
TABELA 12 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021.....	13
TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	14
TABELA 14 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS, POR NUTS III – 2020.....	15
TABELA 15 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS, POR NUTS III – 2021.....	16
TABELA 16 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2020.....	16
TABELA 17 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2021.....	17
TABELA 18 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2020.....	19
TABELA 19 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2021.....	20
TABELA 20 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2020	21
TABELA 21 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2021	21
TABELA 22 – ESTRUTURA DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2020.....	22
TABELA 23 – ESTRUTURA DA RECEITA FISCAL, POR NUTS III – 2021.....	22
TABELA 24 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2020.....	23
TABELA 25 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2021.....	23
TABELA 26 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2020	25
TABELA 27 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2021.....	25
TABELA 28 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	27
TABELA 29 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021.....	28
GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL MUNICIPAL – 2017 A 2021.....	5
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021.....	6
GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	6
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2017 A 2021.....	7
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA – 2017 A 2021	8
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA FISCAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	9
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE RECEITA PRÓPRIA – 2017 E 2021	10
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS – 2017 A 2021	11
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS – 2017 E 2021	12
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO – 2017 A 2021	13
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO PRINCIPAIS AGREGADOS DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	13
GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO – 2017 E 2021.....	14
GRÁFICO 13 – RECEITA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT, POR NUTS III - 2020.....	15
GRÁFICO 14 – RECEITA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLVLT, POR NUTS III - 2021.....	15
GRÁFICO 15 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL – 2020	16
GRÁFICO 16 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL – 2021	16
GRÁFICO 17 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2020	17
GRÁFICO 18 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2021.....	17
GRÁFICO 19 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADO, POR NUTS III – 2020.....	18

TABELA 30 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	28
TABELA 31 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPOS DE DESPESA – 2017 A 2021	29
TABELA 32 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPOS DE DESPESA – 2017 A 2021	29
TABELA 33 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	30
TABELA 34 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2017 A 2021	31
TABELA 35 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2017 A 2021	32
TABELA 36 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2017 A 2021	33
TABELA 37 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021.....	34
TABELA 38 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2017 A 2021.....	35
TABELA 39 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2020.....	36
TABELA 40 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2021.....	37
TABELA 41 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2020.....	38
TABELA 42 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2021.....	38
TABELA 43 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2020	39
TABELA 44 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2021	40
TABELA 45 – DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2020.....	41
TABELA 46 – DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2021.....	41
TABELA 47 – DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2020	43
TABELA 48 – DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2021	43
TABELA 49 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2020	45
TABELA 50 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2021	45
TABELA 51 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2020	47
TABELA 52 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2021	47
TABELA 53 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2020	49
TABELA 54 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2021	49
GRÁFICO 20 – ESTRUTURA DA RECEITA MUNICIPAL, POR AGREGADO, POR NUTS III – 2021	18
GRÁFICO 21 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2020	19
GRÁFICO 22 – RECEITA MUNICIPAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 2021	20
GRÁFICO 23 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, RLVLT – 2020.....	21
GRÁFICO 24 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, RLVLT – 2021.....	21
GRÁFICO 25 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2020	22
GRÁFICO 26 – ESTRUTURA DA RECEITA PRÓPRIA, POR NUTS III – 2021	22
GRÁFICO 27 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, RLVLT – 2020	23
GRÁFICO 28 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, RLVLT – 2021	23
GRÁFICO 29 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2020	24
GRÁFICO 30 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS, POR NUTS III – 2021	24
GRÁFICO 31 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, RLVLT – 2020	25
GRÁFICO 32 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, RLVLT – 2021	25
GRÁFICO 33 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2020.....	26
GRÁFICO 34 – ESTRUTURA DO PASSIVO FINANCEIRO, POR NUTS III – 2021.....	26
GRÁFICO 35 – EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL MUNICIPAL – 2017 A 2021.....	27
GRÁFICO 36 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	28
GRÁFICO 37 – VARIAÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	28
GRÁFICO 38 – EVOLUÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL POR GRUPO DE DESPESA – 2017 A 2021.....	29
GRÁFICO 39 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM O PESSOAL – 2017 A 2021	30

GRÁFICO 40 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2017 A 2021	30
GRÁFICO 41 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES – 2017 A 2021	31
GRÁFICO 42 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, POR NUTS III – 2017 A 2021	31
GRÁFICO 43 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2017 A 2021	32
GRÁFICO 44 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS – 2017 A 2021	32
GRÁFICO 45 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2017 A 2021	32
GRÁFICO 46 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2017 A 2021	33
GRÁFICO 47 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO – 2017 A 2021	33
GRÁFICO 48 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2017 A 2021	33
GRÁFICO 49 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA – 2017 A 2021	34
GRÁFICO 50 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NATUREZA ECONÓMICA – 2017 A 2021	34
GRÁFICO 51 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA – 2017 A 2021	35
GRÁFICO 52 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DESPESA COM O SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2017 A 2021	35
GRÁFICO 53 – DESPESA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLVT, POR NUTS III – 2020	36
GRÁFICO 54 – DESPESA TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA RLVT, POR NUTS III – 2021	36
GRÁFICO 55 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL – 2020	37
GRÁFICO 56 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL – 2021	37
GRÁFICO 57 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2020	38
GRÁFICO 58 – ESTRUTURA DA DESPESA MUNICIPAL, POR NUTS III – 2021	38
GRÁFICO 59 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2020	39
GRÁFICO 60 – DESPESA MUNICIPAL POR GRANDES AGREGADOS – 2021	40
GRÁFICO 61 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O PESSOAL, RLVT – 2020	41
GRÁFICO 62 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O PESSOAL, RLVT – 2021	41
GRÁFICO 63 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2020	42
GRÁFICO 64 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O PESSOAL, POR NUTS III – 2021	42
GRÁFICO 65 – ESTRUTURA DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, RLVT – 2020	43
GRÁFICO 66 – ESTRUTURA DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, RLVT – 2021	43
GRÁFICO 67 – ESTRUTURA DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2020	44
GRÁFICO 68 – ESTRUTURA DA DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, POR NUTS III – 2021	44
GRÁFICO 69 – ESTRUTURA DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, RLVT – 2020	45
GRÁFICO 70 – ESTRUTURA DA DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, RLVT – 2021	45
GRÁFICO 71 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2020	46
GRÁFICO 72 – ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS, POR NUTS III – 2021	46
GRÁFICO 73 – ESTRUTURA DA DESPESA EM INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, RLVT – 2020	47
GRÁFICO 74 – ESTRUTURA DA DESPESA EM INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, RLVT – 2021	47
GRÁFICO 75 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2020	48
GRÁFICO 76 – ESTRUTURA DO INVESTIMENTO DIRETO E INDIRETO, POR NUTS III – 2021	48
GRÁFICO 77 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O SERVIÇO DE DÍVIDA, RLVT – 2020	49
GRÁFICO 78 – ESTRUTURA DA DESPESA COM O SERVIÇO DE DÍVIDA, RLVT – 2021	49
GRÁFICO 79 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2020	50
GRÁFICO 80 – ESTRUTURA DO SERVIÇO DE DÍVIDA, POR NUTS III – 2021	50
GRÁFICO 81 – RECEITAS MUNICIPAIS – 2017 E 2021	51
GRÁFICO 82 – DESPESAS MUNICIPAIS – 2017 E 2021	52
GRÁFICO 83 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA – 2017 A 2021	53
GRÁFICO 84 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA, POR NUTS III – 2017 A 2021	53
GRÁFICO 85 – EVOLUÇÃO DO EXCEDENTE DA POUANÇA CORRENTE – 2017 A 2021	54
GRÁFICO 86 – EVOLUÇÃO DA % DE EXCEDENTE DAS RECEITAS CORRENTES SOBRE AS DESPESAS CORRENTES, POR NUTS III – 2017 A 2021	54

